

Revista

**FONTES**

 @REVISTAFONTESDOCUMENTAIS

**DQ**UMENTAIS

v. 6, n. 1, jan./abr., 2023

ISSN – 2595-9778



INSTITUTO FEDERAL  
SERGIPE

**GEPHIBES**   
Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior

## EXPEDIENTE

*Publicação Revista Fontes Documentais, Aracaju, SE, v. 6, n.1, jan./abr. 2023. Periódico quadrimestral organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior, Instituto Federal de Sergipe (GEPHIBES/IFS).*

### EQUIPE EDITORIAL

#### EDITOR-CHEFE

Salim Silva Souza – Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

#### EDITORA DA SEÇÃO MEMÓRIA, LITERATURA E CULTURA

Profa. Dra. Bernardina M. J. F. de Oliveira – Universidade Federal da Paraíba – UFPB

#### EDITORA DA SEÇÃO INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Profa. Dra. Bárbara Coelho Neves – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

#### EDITORA DA SEÇÃO INFORMAÇÃO, CULTURA E PATRIMÔNIO

Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

### CONSELHO EDITORIAL

**Profa. Dra. Ana Lúcia Silva Terra** – Universidade de Coimbra, Portugal;

**Profa. Dra. Bárbara Coelho Neves** – Universidade Federal da Bahia - UFBA;

**Profa. Dra. Bernardina Maria J. F. de Oliveira** – Universidade Federal da Paraíba - UFPB;

**Profa. Dra. Jussara Santos Pimenta** – Universidade Federal de Rondônia - UNIR;

**Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira** – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

**Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco** – Universidade Federal da Bahia - UFBA;

**Profa. Dra. Niliane Cunha de Aguiar** – Universidade Federal de Sergipe - UFS;

**Prof. Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão** – Instituto Federal de Sergipe - IFS;

**Prof. Dr. Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos** – Universidade Federal do Ceará - UFC

**Profa. Dra. Silvânia Santana Costa** - Universidade Tiradentes - UNIT;

**Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda** – Universidade Federal da Bahia – UFBA

### DIAGRAMAÇÃO

Luis Carlos Kehrle

### CAPA

Gabriel Ferreira Souza

### SECRETÁRIA EXECUTIVA

Ida Conceição Andrade de Melo

### COMUNICAÇÃO DA REVISTA

Gabriel Ferreira Souza



### **NORMALIZAÇÃO**

Ida Conceição Andrade de Melo  
José Mateus Correia Silva  
Juliana Santos da Silva  
Mércia Regina Andrade dos Santos  
Pablicio Franklin Sousa  
Salim Silva Souza

### **REVISÃO DE TEXTO**

Cláudia Andrade  
Jéssica Mirelle Lopes Matos  
Júlio Cezar dos Santos Barbosa  
Maria Edite Santos de Araújo  
Maria Monize Andrade de Paula

### **TRADUÇÃO**

Luana Inês Alves Santos

### **INDEXADORES**

BDA; BRAPCI; Diadorim; Erihplus; Google Acadêmico; Google Acadêmico; Latindex;  
LatinRev; Livre; OAJI.net; Súmarios; RIFS; RI-UFS; RI-UFBA, RI-U.Porto

### **INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**

Reitora: Profa. Dra. Ruth Sales Gama de Andrade

2

R454 Revista Fontes Documentais / Grupo de Estudos e  
Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior  
– GEPHIBES/IFS. v. 6, n. 1, jan./abr. 2023. – Aracaju: IFS, 2018-

Quadrimestral  
ISSN 2595-9778 (publicação eletrônica)

Endereço eletrônico: [https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/  
index.php/fontesdocumentais](https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais)

1. Ciência da Informação – Periódicos I. Brasil, Instituto  
Federal de Sergipe.

CDU 02(05)  
CDD 020.5

Esta revista está licenciada no Creative commons – atribuição não comercial 4.0 internacional.



A Revista Fontes Documentais (RFD) é um periódico quadrimestral, organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES/IFS/CNPq), com o intuito de atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica, voltada a área da Ciência da Informação em sua multi, inter de transdisciplinaridade.

Desde 2018, as edições publicadas pela RFD têm recebido com muito entusiasmo e carinho colaborações de grupos de pesquisas e estudos vínculos a Programas de Pós-Graduação nas áreas da Ciência da Informação, de Educação e de Memória Social, a exemplo do G-Acervos<sup>1</sup> e LTI Digital<sup>2</sup> – acolhidos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); GECIMP<sup>3</sup>, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); MNEMOS, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)<sup>4</sup> e Bibliotecas, Memória e Resistência (UNIRIO). Sem o incentivo e apoio destes Grupos de Pesquisa seria mais difícil o nosso estradar, por isso o nosso muito obrigado.

Esta edição trás nove artigos inéditos e com uma variedade temática bastante atrativa passando por Biblioteconomia, Arquivologia, Educação, História, Literatura, Humanidades, Saúde e Tecnologia, todos relacionadas com a Ciência da Informação, assim distribuídos:

Primeiramente, apresentamos o artigo “Biblioterapia hospitalar: cartilha elaborada para o Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe (HU-SE)” produzido pela bibliotecária e historiadora **Acácia Cristina do Nascimento Santos** e a professora doutora **Niliane Cunha de Aguiar** do DCI e PPGCI da Universidade Federal de Sergipe com intuito de diagnosticar qual o conhecimento que os profissionais da área da Psicologia possuem acerca da biblioterapia hospitalar no HU-SE e verificar os problemas enfrentados pelos psicólogos devido às dificuldades na aplicabilidade da biblioterapia, técnica bem-vinda aos citados profissionais.

No segundo artigo “O grau de internalização das bibliotecas do ensino superior em Portugal: um estudo piloto”, cuja autoria é atribuída as professoras doutoras **Alicia Arias Coello**, da Universidade Complutense de Madrid e **Ana Lúcia Silva Terra**, da Universidade

<sup>1</sup> G-Acervos - Acervos manuscritológicos, bibliográficos, iconográficos, etnográficos: organização, preservação e interfaces das tecnologias da informação e comunicação (G-Acervos/UFBA/CNPq).

<sup>2</sup> LTI Digital - Laboratório de Pesquisas em Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital/UFBA/CNPq)

<sup>3</sup> GECIMP - Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP/UFPB/CNPq).

<sup>4</sup> MNEMOS - Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória (MNEMOS/UNIR/CNPq)



de Coimbra, fornece ao leitor uma breve revisão da literatura sobre a temática da internacionalização e o quanto ela é importante para o ensino superior e às bibliotecas acadêmicas, tendo como cenário a realidade de Portugal.

O bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe e mestre pela UFS, **Hilton Henrique Cruz Santos Pereira**, nos trás o estudo “Inovação e Propriedade Intelectual: a responsabilidade da disseminação da informação pelo profissional da Ciência da Informação”, em que procura expor por meio de um levantamento bibliográfico as contribuições que um profissional da Ciência da Informação pode dar na organização e disseminação do conhecimento.

O quarto artigo, cujo título é “‘Pai, afasta de mim esse cálice’: a justiça de transição na Bahia à luz dos arquivos da ditadura” dos investigadores **Leandro Coutinho Silva** (doutorando pelo PPGCI/UFBA), **Zeny Duarte** (professora doutora do PPGCI/UFBA), **Diego Rabelo Nonato** (museólogo e mestre pela Universidade Federal de Pelotas) e **Eduardo Roberto Jordão Knack** (professor doutor da Universidade Federal de Campina Grande) busca investigar como vem se estruturando a justiça de transição na Bahia a partir da abertura dos registros informacionais produzidos, sobretudo pelos órgãos de repressão, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

A seção **Memória, Literatura e Cultura**, nos trás dois artigos: o primeiro é do professor doutor **Gustavo Orsolon de Souza**, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em seu estudo “Editora Alfa-Omega e o encantamento das fontes” apresenta aos leitores uma breve história da citada Editora, levando-se aos caminhos trilhados por ele para a obtenção dos seus resultados utilizando fontes bibliográficas, documentais e orais, descrevendo suas expectativas, angústias e realizações.

O segundo artigo da citada seção tem como título “Criação da base de dados e mapeamento conceitual para elaboração do Tesouro da Literatura de Cordel”, de autoria dos professores doutores **Maria Elizabeth Baltar de Albuquerque** e **Gracy Kelli Martins Lunardelli** (Universidade Estadual de Londrina), **Denyson Ribeiro Mota** (Universidade Federal do Cariri), **André Cavalcante Felipe** (Universidade Federal de Pernambuco); dos bibliotecários doutores **Sale Mário Gaudêncio** (UFERSA), **Eveline Filgueiras Gonçalves** (UnB), **Fabiana da Silva França** (UFPB), e mestre **Lucélia de Souza Serra** (UFC); e da graduanda **Maria Eduarda Hardman Urtiga** (UFPB). Este trabalho descreve o processo de criação da Base de Dados Literatura de Cordel, cujos folhetos foram analisados visando identificar seus temas e organizar sua estruturação conceitual para a futura elaboração de um tesouro da área.

A seção **Informação, Cultura e Patrimônio** nos apresenta o estudo “As festas populares e pandemia: a Festividade do Bom Senhor Jesus do Bonfim e as estratégias

de comunicação na manutenção da cultura”, do professor doutor **Valdir Jose Morigi**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e dos pesquisadores graduandos da UFRGS, **Vinícius Bard Mathias de Souza** e **Júlia Oldra Medeiros**. Neste artigo os autores buscam analisar a festa do Bom Senhor Jesus do Bonfim a partir de fontes oficiais em dois momentos, na pandemia da Covid-19 e no ano anterior, percebendo as estratégias adotadas para se manter a continuidade da celebração.

A seção **Informação, Tecnologia & Sociedade**, nos trás dois artigos: o primeiro tem como título “Web documentação: uma experiência da base de dados na construção de um conjunto de documentos interligados” de autoria da professora doutora da Universidade de Brasília (UnB), **Katia Isabelli Melo** e do arquivista e investigador da UnB, **Douglas Paiva**. Trata-se de um estudo que apresenta o processo de construção da Base de Dados em Arquivística, BDA, que contém uma produção científica e técnica, em arquivística, oriunda dos autores brasileiros. O texto aborda ainda as principais alterações e adaptações implantadas, visando maior funcionalidade e fluidez na recuperação das informações.

O segundo artigo da mesma seção, e último desta edição tem como título “Expansão da internet, inclusão digital e escolas públicas: uma breve discussão” da pesquisadora e mestre **Eunice de Jesus Santos** pelo e da professora doutora **Bárbara Coelho Neves** ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA. A pesquisa em questão traz reflexões sobre a informação no seu caráter digital, abordando o poder e as transformações por meio da Internet na contemporaneidade, apontando para mudanças do comportamento de comunicação com o outro, e como as escolas públicas brasileiras necessitam da inserção neste contexto.

Todos os trabalhos apresentados nesta edição trazem temas pulsantes e atualizados, disponibilizados aos nossos leitores em uma ambiência de intercâmbio de saberes.

Desejamos uma boa leitura!

**SALIM SILVA SOUZA**

(Editor-Chefe da Revista Fontes Documentais)

**ZENY DUARTE**

(Editora de Seção)

**EDITORIAL ..... 3**

**BIBLIOTERAPIA HOSPITALAR: CARTILHA ELABORADA PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (HU-SE)..... 8**

Acácia Cristina do Nascimento Santos  
Niliane Cunha de Aguiar

**O GRAU DE INTERNALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL: UM ESTUDO PILOTO ..... 23**

Alicia Arias Coello  
Ana Lúcia Silva Terra

**INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL: A RESPONSABILIDADE DA DISSIMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO PELO PROFISSIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ..... 50**

Hilton Henrique Cruz Santos Pereira

**“PAI, AFASTA DE MIM ESSE CÁLICE”: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA BAHIA À LUZ DOS ARQUIVOS DA DITADURA ..... 61**

Leandro Coutinho Silva  
Zeny Duarte  
Diego Rabelo Nonato  
Eduardo Roberto Jordão Knack

### ❖ SEÇÃO MEMÓRIA, LITERATURA E CULTURA

**EDITORA ALFA-OMEGA E O ENCANTAMENTO DAS FONTES ..... 77**

Gustavo Orsolon de Souza

**CRIAÇÃO DA BASE DE DADOS E MAPEAMENTO CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO DO TESAURO DA LITERATURA DE CORDEL..... 92**

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque  
Gracy Kelli Martins  
Denysson Axel Ribeiro Mota  
André Anderson Cavalcante Felipe  
Sale Mário Gaudêncio  
Eveline Filgueiras Gonçalves  
Fabiana da Silva França  
Rosane Suely Álvares Lunardelli  
Lucélia Mara de Souza Serra  
Maria Eduarda Dantas Hardman Urtiga

### ❖ SEÇÃO INFORMAÇÃO, CULTURA E PATRIMÔNIO

**AS FESTAS POPULARES E PANDEMIA: A FESTIVIDADE DO BOM SENHOR JESUS DO BONFIM E AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA CULTURA..... 115**

Valdir Jose Morigi  
Vinícius Bard Mathias de Souza  
Júlia Oldra Medeiros



❖ **SEÇÃO INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA & SOCIEDADE**

**WEB DOCUMENTAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DA BASE DE DADOS NA CONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO DE DOCUMENTOS INTERLIGADOS..... 134**

Katia Isabelli Melo  
Douglas Paiva

**EXPANSÃO DA INTERNET, INCLUSÃO DIGITAL E ESCOLAS PÚBLICAS: UMA BREVE DISCUSSÃO ..... 151**

Eunice de Jesus Santos  
Bárbara Coelho Neves

## BIBLIOTERAPIA HOSPITALAR: CARTILHA ELABORADA PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (HU-SE)

*HOSPITAL BIBLIOTHERAPY: BOOKLET PREPARED FOR THE UNIVERSITY HOSPITAL OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE (UH-SE)*

### Acácia Cristina do Nascimento Santos

Bibliotecária Documentalista e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3982-9337> E-mail: [cacacristina14@hotmail.com](mailto:cacacristina14@hotmail.com)

### Niliane Cunha de Aguiar

Docente do Departamento de Ciência da Informação (DCI/UFS). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2198-7882> E-mail: [nilianeaguiar@yahoo.com.br](mailto:nilianeaguiar@yahoo.com.br)

### RESUMO

Este artigo se propôs a responder qual o conhecimento dos psicólogos atuantes no Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) sobre a biblioterapia e seus benefícios. Tendo como objetivo geral apresentar uma proposta de biblioterapia para os profissionais psicólogos do HU-SE formato de cartilha. E como específicos diagnosticar qual o conhecimento que os profissionais de psicologia possuem a cerca da biblioterapia hospitalar no HU-SE e verificar os problemas enfrentados por esses profissionais que impossibilitam a aplicação da biblioterapia. Utilizando-se do método de pesquisa a revisão bibliográfica, sendo seus objetivos descritivos e exploratórios, com estudo de caso utilizando aplicação de questionário com análise quali-quantitativa, de natureza aplicada. Como resultado foi observado que 57% dos profissionais respondentes informaram conhecer conceitos e técnicas sobre biblioterapia, e que já aplicaram em seu ambiente de trabalho, informando ser possível esse tipo de aplicação, mas que os principais obstáculos no momento se deu por questões relacionadas a pandemia do COVID-19, no qual recomenda-se o não compartilhamento de objetos. Como produto final foi feita uma cartilha virtual e disponibilizava via Qr-Code, apresentando principais conceitos e dicas sobre aplicação da biblioterapia hospitalar a psicólogos. Considera-se uma pesquisa muito importante não somente no âmbito da Ciência da Informação, mas também da Saúde, onde fomenta o incentivo a pesquisas sobre biblioterapia, principalmente de estudos de casos, já que não foi possível para aplicação desta, devido ao momento pandêmico.

**Palavras-chave:** biblioterapia hospitalar; hospital universitário; mediação da leitura.

### ABSTRACT

This article aims to answer the knowledge of psychologists working at the University Hospital (HU) of the Federal University of Sergipe (UFS) about bibliotherapy and its benefits. With the general objective to present a proposal of bibliotherapy for the psychologist professionals of the HU-SE booklet format. And as specific to diagnose what knowledge psychology professionals have about hospital bibliotherapy at HU-SE and verify the problems faced by these professionals that make it impossible to apply bibliotherapy. Using the research method, the bibliographic review, with descriptive and exploratory objectives, with a case study using a questionnaire with quali-quantitative analysis, of an applied nature. As a result, it was observed that 57% of the responding professionals reported knowing concepts and techniques about bibliotherapy, and that they have already applied them in their work environment, informing that this type of application is possible, but

that the main obstacles at the moment were due to issues related to the pandemic. of COVID-19, in which it is recommended not to share objects. As a final product, a virtual booklet was made and made available via Qr-Code, presenting main concepts and tips on the application of hospital bibliotherapy to psychologists. It is considered a very important research not only in the field of Information Science, but also in Health, where it encourages research on bibliotherapy, especially case studies, since it was not possible to apply it, due to the pandemic moment.

**Keywords:** hospital bibliotherapy; university hospital; reading mediation.

## 1 INTRODUÇÃO

A mediação da leitura tem sido uma prática utilizada por bibliotecários, esta se tornou fundamental no trabalho dos profissionais que atuam em diferentes espaços e contextos também visando fortalecer o gosto pela leitura de diferentes públicos. O papel do mediador não consiste somente em fornecer informações pertinentes a determinados grupos, mas sim tentar tornar esse usuário passivo em agente ativo na produção do conhecimento.

Conforme afirma Mindlin (2009), a leitura pode proporcionar um sentido espiritual à vida, abrindo horizontes, apresentando uma visão melhor e mais ampla do mundo e da sociedade em que vivemos, estimulando a imaginação e os sonhos, auxiliando na criação de possibilidades, na reivindicação de mudanças em nossa sociedade, e na tomada de decisões.

Com base na afirmação anterior, a biblioterapia é um instrumento muito importante no estímulo à leitura quando relacionada à mediação. No contexto atual, a biblioterapia ainda não é muito utilizada na maioria dos hospitais no Brasil, apesar de termos conhecimento que desde a antiguidade o termo biblioterapia, que significa a terapia através da leitura de livros, também foi praticada por algumas pessoas com o intuito de proporcionar alívio na saúde física e mental, ajudando aos pacientes a enfrentarem momentos dolorosos, através da leitura de livros, possibilitando aos mesmos enfrentarem a doença com menos sofrimento.

Percebemos que o uso da biblioterapia em alguns hospitais até agora não é conhecido, pois a maioria dos profissionais de saúde, por não terem o conhecimento sobre este termo, não sabem o quanto seria útil para a saúde dos pacientes, onde consequentemente estes estão perdendo os benefícios que a biblioterapia pode proporcionar.

O problema de pesquisa se revestiu pela necessidade de uma observação maior a essa prática nos hospitais sergipanos. Considerando o conhecimento da biblioterapia através de produções acadêmicas, principalmente, livros e artigos científicos, por este motivo, ocorreu o seguinte questionamento: **como se dá a elaboração de fontes de informações sobre biblioterapia hospitalar no âmbito da Biblioteconomia?**



Tendo como objetivo geral apresentar uma proposta de biblioterapia para os profissionais psicólogos do HU-SE em formato de cartilha.

Sendo os objetivos específicos:

- Diagnosticar qual o conhecimento que os profissionais de psicologia do HU-SE possuem acerca da biblioterapia hospitalar;
- Verificar os problemas enfrentados por esses profissionais que impossibilitam a aplicação da biblioterapia.

Este estudo apresenta uma parte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, com o título “Proposta de biblioterapia aplicada para os profissionais de psicologia do Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe”.

Onde teve a intenção de abrir um caminho para que outros pesquisadores que pretendem pesquisar sobre a biblioterapia no HU possam ter como fonte e referência, considerando que até o momento não temos conhecimento de nenhum outro projeto/trabalho sobre biblioterapia neste hospital.

A pesquisa exploratória no HU da UFS será de grande importância, pois visa contribuir com os estudos da Ciência da Informação na esfera social, ampliando assim uma observação a mais na área da biblioterapia em hospitais.

## 2 BIBLIOTERAPIA

A Biblioterapia surgiu desde os tempos antigos para auxiliar as pessoas que sofriam com doenças mentais, psicológicas, físicas e outros tipos de distúrbios, servindo como auxiliadora ao tratamento desses pacientes que além de sofrerem o trauma das dores físicas não tinham consolo para poder ajudá-los a enfrentar tanto sofrimento.

Mas foi somente nos tempos atuais que a prática da biblioterapia vem sendo desenvolvida em vários locais, dentre os quais podemos destacar: hospitais, asilos, presídios, escolas etc., para que essa prática se desenvolva de forma correta é preciso ter a presença de um profissional especialista na área da biblioterapia para poder aplicá-la devidamente entre os quais os bibliotecários, psicólogos, médicos, pedagogos e demais profissionais especializados (PIMENTA, 2020, n.p.).

Acredita-se que a biblioterapia traz muitos benefícios para as pessoas que a praticam, pois tendo um bom livro como objeto principal, através da leitura ouvida ou lida, as pessoas não vão ser mais as mesmas depois de terem contato com a leitura, porque um desses livros consola a alma, facilita a maneira de expressar seus sentimentos, melhora o humor e etc. (PEREIRA, 2014).

Para Rosa (2006, p. 26) “a biblioterapia funciona como arte para os profissionais que utilizam para a cura, porém não ligados a área médica, consiste em uma técnica não diretiva de leitura conduzida a alto ajuda”, todavia a maioria dos estudos apontam que a biblioterapia não cura, mas, que normalmente é indicada como um método de tratamento, para diversas enfermidades.

A origem do termo “biblioterapia” é grega, seguindo sua etimologia onde “*biblion*” significa “livro” e “*therapia*” seria “tratamento”. Entendendo-se que a biblioterapia seria a utilização da leitura para fins terapêuticos. Essa premissa é válida, onde ao longo dos anos, a humanidade tem utilizado a leitura como lazer, e considerado por muitos leitores assíduos como uma ação tranquilizante. Mas pensar nessa função no sentido terapêutico é mais além. A seguir alguns conceitos abordados sobre essa prática, bem como seus principais objetivos.

Essa prática nos faz pensar na possibilidade da utilização da leitura como uma saída para determinada situação desagradável, no âmbito psicológico, Bortolin e Silva (2016, p. 2) explica que, com ela “é possível nortear o leitor e levá-lo para outro ambiente, inseri-lo em locais nunca vistos, possibilitando sensações, vibrações de um mundo muitas vezes inexplorado”.

Pensando no sentido medicinal, as autoras ainda debatem que essa prática também “está ligada aos tratamentos terapêuticos, psicológico, e também a tratamentos da saúde física de um indivíduo, pois a parte física de um indivíduo está diretamente envolto a sua área psicológica” (BORTOLIN; SILVA, 2016, p. 6), assim, quando falamos que a leitura pode levar o leitor a outro ambiente, nos referimos a ambientes imaginários, fortalecendo o desenvolvimento mental.

Referindo-se as ações desenvolvidas pelo profissional mediador, no processo biblioterápico, devemos observar que este “não se confunde com a psicoterapia, posto que esta última é o encontro entre paciente e terapeuta e a primeira se configura como o encontro entre o ouvinte e leitor em que o texto desempenha o papel terapêutico” (CALDIN, 2001, p. 37), esse encontro pode ser realizado de forma presencial ou virtual, de forma direta ou indireta.

Para Gusmão e Souza (2020, p. 12)

[...] é uma prática de literatura dirigida que pode ser aplicada por um bibliotecário, psicólogo ou outro profissional qualificado para esta ação, e representa um importante instrumento no restabelecimento psíquico de indivíduos com transtornos emocionais.

Os autores ainda refletem sobre os obstáculos enfrentados para a efetiva aplicação desta prática nos ambientes específicos, e em como se deve percorrer um longo caminho

para estabelecer-se como um programa de leitura obrigatório em ambientes hospitalares, principalmente com a formação da equipe multidisciplinar, visando oferecer um processo de recuperação emocional aos pacientes (GUSMÃO; SOUZA, 2020).

Para Valença e Magalhães (2015) o conceito de biblioterapia é norteado pelo desenvolvimento de atividades de leitura e diálogo grupal, correlacionando com os autores acima, que defendem a montagem da equipe multidisciplinar, para atender melhor a esses grupos, favorecendo que os usuários expressem suas emoções e sentimentos, buscando um conforto e entendimento de sua situação, para o processo de tratamento psicológico e recuperação.

Após um melhor entendimento da prática em si, é importante também observar a interdisciplinaridade desta ação, e em como se encaixa em determinadas áreas do conhecimento, para Jerônimo *et al.* (2012, p. 471) “é uma das várias vertentes da Biblioteconomia e um instigante campo de trabalho para o profissional bibliotecário que busca atuar em uma área menos técnica e mais humana, do ponto de vista emocional e psicológico”, podendo o mesmo buscar referências nas Ciências Humanas e Sociais.

Leite (2019, p. 16) em sua obra voltada para os Fundamentos da Biblioterapia, explica que esta “é uma prática, ciência e arte, de livros e outros cujo objetivo é o desenvolvimento do ser por meio da leitura terapêutica de livros e outros materiais bibliográficos”, fortalecendo assim a relação com as outras ciências, onde se insere as produções literárias, e suas adaptações, sobre variados assuntos.

Ainda sobre a sua relação com as outras ciências, e o aproveitamento das áreas, Sousa e Caldin (2017, p. 489) explicam que,

[...] esse campo começou a ser explorado principalmente na área da saúde, mas sempre contou com o envolvimento de profissionais da informação, em especial os bibliotecários, mesmo que atuando como coadjuvantes no processo. Desta forma, o conceito de Biblioterapia nasce como um campo interdisciplinar que agrega profissionais de diversas áreas, inclusive da Ciência da Informação.

Por fim, a importância de se entender não somente sua etimologia, seus conceitos, relação científica e vertente nas áreas do conhecimento, se faz necessário destrinchar definições sobre seus elementos, bem como as divisões e aplicações.

Existem elementos que auxiliam o paciente a encarar com mais facilidade os seus problemas, Caldin (2001, p. 8) aderi a seis elementos biblioterápicos, que são: a catarse, o humor, a identificação, a introjeção, a projeção e a introspecção

Rosa (2006) corrobora com Caldin (2001), que os elementos biblioterápicos ainda são identificados como os mesmos citados acima, os quais são conceituados abaixo:



Catarse: as palavras num texto podem provocar ou modificar emoções na pessoa que o lê e, assim, serem consideradas instrumento essencial para o tratamento do espírito. Dessa forma, a catarse pode ser entendida como pacificação, serenidade e alívio das emoções;

Humor: como a rebelião do ego, transforma o objeto de dor em prazer e é dessa forma que os textos, que privilegiam o humor, constituem uma possibilidade terapêutica;

Identificação: como parte de um processo psicológico, uma pessoa pode assimilar uma propriedade, um aspecto ou um atributo de outra e, posteriormente, se transformar total ou parcialmente de acordo com o modelo dessa outra;

Introjeção: relacionado com a identificação, a pessoa pode internalizar objetos e qualidades inerentes a esses objetos;

Projeção: nesse processo, a pessoa transfere suas ideias, sentimentos, expectativas, desejos e intenções a outra;

Introspecção: a pessoa passa a refletir sobre os seus próprios sentimentos, favorecendo a possibilidade de mudança comportamental. (ROSA, 2006, p. 29).

De acordo com Marcinko (1989 *apud* FERREIRA, 2003) a biblioterapia passou a ser classificada em três categorias: a biblioterapia clínica, a biblioterapia institucional e a biblioterapia de desenvolvimento pessoal, também conhecida como a biblioterapia desenvolvimental. Para o desenvolvimento dessas divisões, é necessária a formação de equipes multidisciplinares, onde cada uma equivalente à sua divisão.

A biblioterapia divide-se em três níveis conforme nos mostra Pereira (1996). O primeiro é o “Institucional”, que possui literatura mais voltada para a higiene mental, recomendados a pacientes mentais. Essa prática deve ser desenvolvida por um bibliotecário juntamente com um médico. O segundo é “Clínica” que se utiliza da leitura imaginativa, direcionada a pessoas com problemas emocionais ou comportamentais, deve ser desenvolvida por médicos ou bibliotecários e psicólogos. Já o terceiro é o “Desenvolvimental”, recomenda-se uma literatura imaginativa e didática com grupos de pessoas consideradas normais, essa atividade deve ser desenvolvida por um bibliotecário, professor ou outro profissional ajudante, normalmente essa prática é utilizada para ajudar pessoas em tarefas comuns e a suportar problemas como divórcio, morte, gravidez, depressão, preconceito, etc., (PEREIRA, 1996).

A biblioterapia clínica é indicada para pessoas com problemas de comportamento emocional, moral e físico. Esse tipo de categoria é encontrado em hospitais, como também em outras atividades de saúde, que é feito um trabalho bem elaborado com atividades bem estruturadas que envolvem médicos, bibliotecários, psicólogos, terapeutas ocupacionais entre outros profissionais habilitados. A biblioterapia institucional pode ser realizada em grupo ou individualmente, e também, conta com uma equipe multidisciplinar composta por médicos, educadores, assistentes sociais e bibliotecários.

E por fim a biblioterapia de desenvolvimento pessoal pode ser aplicada em caráter preventivo e corretivo, como uma assistência literária personalizada para o desenvolvimento normal e progressivo do indivíduo que está em busca de ajuda.

## **2.1 A BIBLIOTERAPIA NO AMBIENTE HOSPITALAR**

As pessoas ao se internarem passam por momentos de grande angústia e sofrimento, então o ambiente hospitalar precisa se organizar para ter uma estrutura adequada para receber esses pacientes, principalmente se forem paciente diagnosticados com doenças graves e que vão precisarem de tratamentos prolongados e dolorosos.

O ambiente hospitalar precisa ser um lugar estruturado onde consiga receber pessoas com enfermidades e que possa fazer o melhor possível para que essas pessoas se sintam acolhidas, pois essas pessoas já estão tristes, sofredas, doloridas fisicamente e mentalmente, e suas emoções estão muito abaladas. Tendo auxílio de profissionais habilitados adequadamente a cuidar, psicologicamente falando, esses pacientes, terão melhores resultados ao enfrentar essa fase difícil de sua vida.

A biblioterapia através de profissionais habilitados fará a maior diferença, todavia, para que isto aconteça a administração hospitalar deve disponibilizar recursos a essas equipes, para que consigam usar as técnicas da biblioterapia e realizar um bom trabalho com os pacientes, deixando-os mais leves e consolados para enfrentarem o dia a dia no hospital.

O Brasil, apesar de ser um país rico em vários tipos de recursos, enfrenta muitos problemas relacionados ao investimento no sistema de saúde e no desenvolvimento científico, visto isso, é possível observar um sucateamento das unidades de saúde pública. e ao considerarmos a prática da biblioterapia um recurso de tratamento paliativo, os investimentos normalmente são muito baixos. Pensando nisso, foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.186, de 11 de julho de 2012, que trata do uso da Biblioterapia em hospitais públicos, o qual dispõe:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o uso da Biblioterapia nos hospitais públicos, contratados, conveniados e cadastrados do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 2º A Biblioterapia integra o conjunto das ações de saúde oferecidas pelo SUS. §1º Os materiais de leitura com função terapêutica só poderão ser prescritos e vendidos para os fins estabelecidos nesta Lei após autorização do Ministério da Saúde. §2º A autorização de que trata o §1º deverá considerar a eficácia terapêutica da obra. §3º Das obras autorizadas pelo Ministério da Saúde para Biblioterapia constará o número da autorização seguido do selo.

Art. 3º Os familiares do paciente, mediante recomendação médica, também poderão receber a prática terapêutica biblioterápica nos hospitais públicos, contratados, conveniados e cadastrados no Sistema Único de Saúde.

Art. 4º Fica autorizada a venda de obras biblioterápicas em farmácias, drogarias e livrarias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. No entanto, de acordo com o Portal da Câmara dos deputados, em 2017 a Comissão de Seguridade Social e Família rejeitou a proposta que estabelece o uso da Biblioterapia nos hospitais públicos, contratados ou conveniados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL, 2012, n.p.).

Esse projeto de lei, apesar de ser necessário, foi rejeitado, Gusmão e Souza (2020, p. 42) explicam que apesar de ter sido rejeitada a prática não impede de ser aplicada nos hospitais públicos, onde o argumento citado foi o que de “não há obstáculos à utilização desse procedimento nos serviços do SUS”, porém essa rejeição implica na falta de orçamento destinado.

Nos hospitais vários são os setores que necessitam do auxílio da biblioterapia para aplicar em seus pacientes, juntamente com seus familiares, mas ainda existem poucos setores nos hospitais brasileiros que desenvolvem atividades biblioterápicas, e segundo Pereira (2016, p. 18) o procedimento biblioterápico é bastante abrangente e pode ser aplicado em diversos setores, dependendo da viabilidade de sua execução, ou seja, a existência de ambientes propícios ao exercício da leitura e a possibilidade de reflexão, seja individual ou a interação com outros participantes.

Sobre os setores, são os mais conhecidos: oncologia infantil, psiquiatria e nefrologia etc. (PEREIRA, 2016). Todavia, para que os profissionais habilitados possam obter resultados positivos, é preciso que os biblioterapeutas, tenham apoio e incentivo dos gestores para aplicação ter sucesso.

No setor de psiquiatria principalmente, o que está relacionado ao tratamento da depressão, a aplicação da biblioterapia obtém resultados eficazes para seus pacientes, onde:

[...] podemos perceber que a Biblioterapia na depressão é eficaz como tratamento, além de ser barato e de fácil aplicação, ele pode vir a ser a chance de cura para grandes grupos de pacientes que antes não teriam acesso aos tratamentos tradicionais (PEREIRA, 2016, p. 45).

Mas não se podem desconsiderar os demais setores, no Brasil, são desenvolvidos projetos em variados âmbitos hospitalares, onde, a seguir serão apresentados alguns mais conhecidos da literatura atualizada.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo é caracterizado como descritivo e exploratório, utilizando-se de um levantamento bibliográfico com análise qualitativa para a construção do embasamento teórico, sendo sua natureza aplicada, e sua coleta de dados através de questionário.



Considerando os conceitos acerca do tipo de pesquisa adotado, o levantamento bibliográfico pode ser definido como “um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos” (MARCONI, LAKATOS, 2021, p. 49), neste caso, foram recuperados trabalhos sobre Biblioterapia em Ambiente hospitalar no marco temporal de 2011 a 2021, visando a construção de um embasamento teórico mais atualizado, onde essa “deve ser realizada em fontes confiáveis de informação, como bibliotecas e bases de dados” (LOZADA, 2018, p. 159).

Após recuperação dos trabalhos sobre a temática foi realizada uma análise qualitativa dessas mesmas atividades, que de acordo com Sampiere, Collado e Lucio (2013, p. 35) “permite que o pesquisador se questione durante todo o processo. Ele pode desenvolver perguntas e hipóteses durante a coleta e a análise dos dados. Esse tipo de pesquisa busca principalmente a dispersão ou expansão dos dados e da informação”. Neste caso a coleta será direcionada para tomar como base o desenvolvimento de atividades semelhantes.

Sobre os objetivos descritivos Lozana (2018, p. 139) diz que tem como função “a descrição das características do assunto estudado. O pesquisador pode estabelecer relações entre as variáveis”. Já os exploratórios “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos, hipóteses pesquisáveis para estudos superiores” (GIL, 2012, p. 27).

Em 1960 foi criada a Faculdade de Medicina de Sergipe, que inicialmente teve suas atividades desenvolvidas pelo Instituto Parreira Horta, e que somente em 1962 suas atividades passaram a serem desenvolvidas pela Fundação de Beneficência Hospitalar de Cirurgia, onde permaneceu até 1989, quando tiveram suas instalações transferidas para o então Hospital Sanatório, que teve sua construção em 1940 (SILVA, 2020). Atualmente está localizado na Rua Cláudio Batista, 505 no Bairro Palestina na cidade de Aracaju – SE.

Considerando o objeto de estudo, que utilizou profissionais da área de psicologia do HU da UFS, a pesquisa é um estudo de caso de natureza aplicada, visto que a intenção é o fornecimento de uma cartilha que abrangem várias atividades de biblioterapia que possam ser inseridas as atividades cotidianas desses profissionais aos seus pacientes.

Para a realização dos procedimentos de coleta e análise dos dados foi adotada a pesquisa bibliográfica, a aplicação de questionários e o estudo de caso. Para a aplicação dos questionários via *Google Forms*, foi disponibilizado um item de autorização da pesquisa apresentado de forma automática. Após a coleta de todos esses dados, foi feita uma pesquisa bibliográfica de acordo com a temática, visando construir uma cartilha com propostas de ações voltadas a prática da Biblioterapia no HU.

#### 4 RESULTADOS E ANÁLISES

A coleta do contato dos participantes da pesquisa foi feita através de uma profissional responsável pelo setor no HU, enviando via *whatsapp* o *e-mail* e designação dos 7 respondentes. Foi feito o envio via *e-mail* contendo assunto e explicação prévia do questionário, de quem estava enviando, e qual o seu objetivo.

Essa solicitação foi enviada três vezes num período de 40 dias, para reforçar e lembrar aos participantes a sua participação. Mas, somente 4 participantes preencheram os questionamentos, sendo 57,1%, porcentagem esta considerada relevante, no qual pode ser apresentada de forma representativa em relação aos participantes.

Todos os 4 participantes concordaram e leram as condições impostas pelo pesquisador, tendo sua identificação preservada e anônima. Os respondentes serão identificados como P1, P2, P3 e P4 respectivamente.

A primeira pergunta foi direcionada a formação acadêmica dos respondentes, considerando que todos estão relacionados a área da Psicologia, era de interesse conhecer em qual grau eles estavam atualmente. Foi possível observar através das respostas que apenas psicólogos já formados responderam o questionário. A segunda pergunta referiu-se a qual setor no HU o respondente atuava durante o período de resposta, no qual houve uma variedade de setores, estes com características e pacientes distintos.

Seguindo o enunciado sobre conceituação da Biblioterapia, todos os respondentes afirmaram conhecer a prática da biblioterapia, então foram designados a responder uma pergunta na qual apenas conhecedores da prática poderiam compreender. Estes foram questionados se em algum momento já utilizaram a prática da biblioterapia em seu ambiente de trabalho atual.

Dois respondentes apenas informaram que “Sim”, um informou que “Não” aplicou a biblioterapia, já um dos respondentes apresentou um relato pessoal, demonstrando conhecimento na prática. Em relação a aplicação dessa prática com pacientes infantis, Lucas, Caldin e Silva (2006) apresentaram seu estudo com crianças em ambiente escolar, outros trabalhos relacionados a essa prática em ambientes hospitalares são os de Bernardinho, Elliot e Rolim Neto (2012) e Noronha (2013).

Após a verificação do conhecimento teórico e prático em relação a biblioterapia, os respondentes fizeram a leitura de um enunciado explicando os benefícios da biblioterapia e foram questionados sobre ser possível a implementação das práticas no setor a qual está atuando, 75% dos respondentes apresentaram “Sim” como resposta, e 25%, “Não”.

Diante dessas respostas os respondentes foram levados a apresentar qual seria o motivo do “Não”, e qual seria a intenção de aplicação para quem respondeu “Sim” (Quadro 1).

**Quadro 1** – Respostas do questionário

| RESPONDENTE | RESPOSTA  |
|-------------|---|
| P1          | Poderia haver uma biblioteca com exemplares básicos para ser ofertada aos pacientes como forma de estimular uma ocupação funcional em meio ao longo tempo de hospitalização, objetivando também diminuição de ansiedade e aumento de prazer.  |
| P2          | É possível utilizar outros livros, cartilhas ou revistas de outras editoras com temáticas referentes a outras patologias, temas religiosos, literatura ou de enfrentamento das dificuldades cotidianas. Em parceria com as editoras é possível solicitar exemplares para serem doados. Um dos problemas para a prática seria a presença de acompanhantes analfabetos e criança ou adolescentes analfabetos funcionais ou com neuropatias. |
| P3          | A clínica cirúrgica tem uma rotatividade muito grande de pacientes. Acredito que a biblioterapia seria melhor utilizada sem setores onde haja internações de média e longa duração.   |
| P4          | Montar uma minibiblioteca livre; fazer grupos de leitura e discussão terapêutica.   |

Fonte: organizado pelas autoras.

Após a coleta desses dados, foi feito um levantamento sobre os principais conceitos e características da prática da biblioterapia em hospitais, estes, relacionados e apresentados de forma didática e objetiva na cartilha produto deste estudo.

#### **4.1 CARTILHA: CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE A BIBLIOTERAPIA HOSPITALAR**

A elaboração da cartilha consistiu nas seguintes partes: Capa; Folha de rosto; Ficha catalográfica + direitos autorais; Apresentação; Sumário ilustrado; O que é Biblioterapia?; Principais Benefícios; Elementos da Biblioterapia; Suas divisões; Os profissionais que podem aplicar (equipe multidisciplinar); Biblioterapia em Hospitais; Exemplo de prática com crianças doentes; Exemplo de prática com doentes; Exemplo de prática com acompanhantes; Exemplo de práticas com grupos especiais; Exemplo de práticas; Considerações finais; Agradecimentos e Segunda Capa.

Esta pode ser acessada através do QR-Code em formato pdf disponibilizado na figura 1:

Figura 1 – Cartilha



Fonte: Elaborado pela autoras.

A disponibilização é gratuita e facilitada, para que outros profissionais e pesquisadores possam ter acesso a esta fonte de informação.

19

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de mediação da leitura vem sendo utilizado por profissionais da informação para projetos de incentivo a leitura, principalmente, mas também servem para a aplicação de métodos que visam uma melhoria no bem estar de seus leitores/ouvintes, utilizando-se do recurso bibliográfico, ou seja, a biblioterapia.

Tendo seu referencial teórico pautado nos conceitos de biblioterapia, utilizando principalmente Caldin (2001), Pimenta (2020) e Bortolin e Silva (2015), tendo apresentados seus conceitos e objetivos, bem como seus principais elementos biblioterapêuticos, seguido de suas divisões e formação de equipe disciplinas.

Considerando os estudos aqui apresentados, foi possível observar que essa prática pode e deve ser aplicada em ambientes específicos, como o hospitalar, e a aplicação de seus métodos por parte dos profissionais podem mudar a vida de seus pacientes.

A elaboração do produto final serviu como resultado demonstrativo de como a biblioterapia pode ser aplicada a grupos específicos em ambiente hospitalar principalmente com a colaboração do profissional bibliotecário, bem como a construção de fontes de



informações direcionadas a outras áreas do conhecimento são fundamentais para estabelecer a interdisciplinaridade dos estudos no âmbito da Biblioteconomia.

Diante desta realidade, sugere-se que novos estudos sejam feitos, especialmente no HU utilizando o estudo de campo, incluindo outros profissionais atuantes nos setores, considerando que diante do momento pandêmico, não foi possível a realização deste tipo de pesquisa. Sugere-se ainda que sejam desenvolvidos estudos de caso com a aplicação de atividades práticas e em parceria com estudantes da UFS, principalmente do curso de Biblioteconomia e Documentação, para que esses tenham em sua formação acadêmica conhecimentos não somente teóricos sobre a biblioterapia hospitalar.

## REFERÊNCIAS

BORTOLIN, S.; SILVA, S. da. Biblioterapia no âmbito hospitalar. **Informação@ Profissões**, Paraná, v. 5, n. 1, p. 52-74, 2016. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/24468>. Acesso em: 8 maio 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.186, de 11 de julho de 2012**. Dispõe sobre o uso da biblioterapia nos hospitais públicos, contratados, conveniados e cadastrados do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, Câmara dos deputados, [2012]. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=9434B473735A9E0A-12FF27B7A57E8753.proposicoesWeb2?codteor=1019259&filename=Avulso+-PL+4186/2012](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9434B473735A9E0A-12FF27B7A57E8753.proposicoesWeb2?codteor=1019259&filename=Avulso+-PL+4186/2012). Acesso em: 23 nov. 2021.

CALDIN, C. F. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S.l.], v. 6, n. 12, p. 32-44, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/36>. Acesso em: 8 maio 2022.

FERREIRA, D. T. Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal. **ETD: Educação Temática Digital**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 3, 2003. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/44209779\\_Biblioterapia\\_uma\\_pratica\\_para\\_o\\_desenvolvimento\\_pessoal](https://www.researchgate.net/publication/44209779_Biblioterapia_uma_pratica_para_o_desenvolvimento_pessoal). Acesso em: 8 maio 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GUSMÃO, A. O. M.; SOUZA, E. G. J. A Biblioterapia como ferramenta de restabelecimento emocional. **Investigación bibliotecológica**, [S.l.], v. 34, n. 85, p. 33-59, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-358X2020000400033&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-358X2020000400033&script=sci_arttext). Acesso em: 6 maio 2022.

JERÔNIMO, V. *et al.* Biblioterapia na melhor idade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v. 17, n. 2, p. 460-471, 2012. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/786/pdf>. Acesso em: 8 maio 2022.

LEITE, A. C. **Fundamentos de Biblioterapia**. Editora: Clube de Autores. São Paulo, 2019.

LOZADA, G. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Sagah, 2018.

LUCAS, E. R.; CALDIN, C. F.; SILVA, P. V. Biblioterapia para crianças em idade pré-escolar: estudo de caso. **Perspectivas em ciência da informação**, Minas Gerais, v. 11, p. 398-415, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v11n3/a08v11n3.pdf>. Acesso em: 8 maio 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2021.

MINDLIN, J. **No mundo dos livros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

NORONHA, L. S. **A importância da biblioterapia com crianças internadas em hospitais**. 2013. 52 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/7290>. Acesso em: 7 maio 2022.

PEREIRA, A. N. **Biblioterapia no SUS: um projeto de lei**. 2014. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22705>. Acesso em: 8 maio 2022.

PEREIRA, I. L. **A importância da Biblioterapia no tratamento da depressão**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.unirio.br/emc/unirio/unirio/cchs/eb/arquivos/tccs-2016.2/Isabela%20Lustosa%20Pereira.pdf>. Acesso em: 8 maio 2022.

PEREIRA, M M. G. **Biblioterapia: proposta de um programa de leitura para portadores de deficiência visual em bibliotecas públicas**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1996. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/biblioterapia-proposta-de-um-programa-de-leitura-para-portadores-de-deficiencia-visual-em-bibliotecas-publicas/oclc/685145476/editions?referer=di&editionsView=true>. Acesso em: 8 maio 2022.

PIMENTA, C. A. **Biblioterapia: uma contribuição significativa no tratamento dos transtornos mentais**. 2020. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27030>. Acesso em: 8 maio 2022.

ROSA, A. L. R. **As cartas de Ana Cristina César**: uma contribuição para a biblioterapia. 2006. 84 p. Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração Linguagem, Cultura e Discurso)-Universidade do Vale do Rio Verde, Três Corações, 2006. Disponível em: [https://www.unincor.br/images/imagens/2017/mestrado\\_letras/APARECIDA\\_LUCIENE\\_RESENDE\\_ROSA.pdf](https://www.unincor.br/images/imagens/2017/mestrado_letras/APARECIDA_LUCIENE_RESENDE_ROSA.pdf). Acesso em: 5 maio 2022.

SILVA, L. A. C. S. **Desenvolvimento de metodologias de aplicação da termografia na análise de manifestações patológicas em fachadas no hospital universitário de Sergipe-UFS/ Ebserrh**. 2020. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14745>. Acesso em: 8 maio 2022.

SOUSA, C.; CALDIN, C. F. Biblioterapia: o quiasma entre as ciências. **Informação & Informação**, Paraná, v. 22, n. 3, p. 484-501, 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/25790>. Acesso em: 8 maio 2022.

**Recebido/ Received: 05/08/2022**  
**Aceito/ Accepted: 10/10/2022**  
**Publicado/ Published: 30/04/2023**

**22**

## O GRAU DE INTERNALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL: UM ESTUDO PILOTO

*INTERNALIZATION LEVEL OF PORTUGUESE HIGHER EDUCATION LIBRARIES: A PILOT STUDY*

**Alicia Arias Coello**

Doutora em Biblioteconomía y Documentación pela Facultad de Ciencias de la Documentación. Universidade Complutense de Madrid, Espanha (UCM). Professora da UCM. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7164-2025> E-mail: [aarias@ucm.es](mailto:aarias@ucm.es)

**Ana Lúcia Silva Terra**

Doutora em Ciências Documentais em História pela Universidade de Coimbra, Portugal (U.C.). Professora da Universidade de Coimbra (U.C.). Investigadora do CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares, Portugal <https://orcid.org/0000-0003-1292-2849> E-mail: [anatertra@fl.uc.pt](mailto:anatertra@fl.uc.pt)

### RESUMO

Partindo da constatação de que a internacionalização do ensino superior, em várias vertentes, tem vindo a ganhar visibilidade e importância significativa desde meados do século XX, apresentam-se os resultados de um estudo sobre o papel das bibliotecas académicas portuguesas neste processo. É feita uma breve revisão da literatura sobre a temática da internacionalização no ensino superior e nas bibliotecas académicas, em específico, sublinhando que se trata de um campo de estudo emergente e com relevância crescente. O sistema de ensino superior português é brevemente apresentado, no sentido de contextualizar as suas bibliotecas académicas e verificar que as práticas de internacionalização destes serviços de informação são pouco visíveis na literatura disponível. De seguida, são apresentados os resultados de entrevistas realizadas a seis responsáveis de bibliotecas de ensino superior. São tratados dados relativos à estratégia de internacionalização, aos recursos humanos envolvidos, às atividades de internacionalização e de cooperação, aos utilizadores (estudantes e professores/investigadores) e ao financiamento. Também é feita a análise das perspetivas pessoais dos entrevistados sobre o papel da biblioteca neste âmbito e sobre o seu conceito de internacionalização. Nas conclusões, sublinha-se a necessidade de as bibliotecas desempenharem uma ação mais significativa e visível no processo de internacionalização da instituição de ensino superior à qual estão vinculadas.

**Palavras-chave:** bibliotecas académicas; internacionalização; ensino superior.

### ABSTRACT

As several aspects of higher education internationalization has gained visibility and significant importance since the mid-twentieth century, the results of a study on the role of Portuguese academic libraries in this process are presented. A brief literature review on the topic of internationalization in higher education and in academic libraries is made, emphasizing it as an emerging and increasingly important field of study. The Portuguese higher education system is briefly presented to contextualize its academic libraries and to verify that the internationalization practices of these information services are scarcely visible in literature. The results of interviews with the heads of six higher education libraries are presented. Data on the internationalization strategy, human resources involved, in-

ternationalization and cooperation activities, users (students and professors/researchers) and funding are discussed. The analysis of personal perspectives from the interviewees regarding the library's role in internationalization and their views about this concept is undertaken. The conclusions emphasize the need for libraries to play a more significant and visible role in the internationalization process of the higher education institution to which they belong.

**Keywords:** academic libraries; internationalization; higher education.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2013, a Comissão Europeia apresentou ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões um documento COM sobre o ensino superior europeu no mundo (Comissão Europeia, 2013), sublinhando que a internacionalização das instituições universitárias e de ensino superior devia ser uma realidade prioritária. Segundo o documento, as estratégias para atingir os objetivos da internacionalização devem estar orientadas para que os estudantes do ensino superior possam desenvolver as competências e os conhecimentos que os tornem competentes no mundo global, no qual vão ter de desempenhar a sua atividade profissional.

Assim, a internacionalização do ensino superior deve ser entendida como um processo que tem por objetivo integrar, numa dimensão internacional, a interculturalidade, as atividades de ensino-aprendizagem, a investigação e os serviços dirigidos à comunidade. A qualidade e a eficiência de todas estas componentes no âmbito da internacionalização constituem-se como fatores de êxito das instituições de ensino superior, enquanto elementos imprescindíveis para uma sociedade baseada na economia do conhecimento, o qual se apresenta como matéria-prima que deve promover um modelo de desenvolvimento e crescimento social sólido e estável.

Nesta abordagem, as bibliotecas académicas, como serviços de apoio básico ao ensino e à investigação, assumem um grande protagonismo, mas exigem-se igualmente mudanças na missão e na visão que assumem como suas. A política destes serviços de informação deve operar uma mudança na cultura dos seus profissionais bibliotecários que devem centrar o foco das suas atividades nas necessidades e nas expectativas dos seus utilizadores. Para o efeito, devem ser usados meios que permitam a estes profissionais conhecer ativamente os seus utilizadores, agrupando-os conforme as suas necessidades e expectativas, de forma a tornar a biblioteca um serviço proativo de apoio a estudantes, docentes, investigadores e à própria instituição de ensino superior. Esta perspetiva focada nos utilizadores, de acordo com os princípios de gestão da qualidade, criará um contexto propício para que os bibliotecários interiorizem a necessidade de reorientar os serviços já



existentes e de criar novos, participando ativamente na estratégia de internacionalização das suas instituições, usando para o efeito as possibilidades oferecidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Tendo em conta este cenário, foi conduzido um estudo piloto para analisar a temática da internacionalização nas instituições de ensino superior em Portugal. De seguida, depois de uma revisão da literatura sobre esta matéria, será apresentada a metodologia aplicada na recolha de dados e será feita a análise e discussão dos resultados.

## **2 A INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

O nível de internacionalização das instituições de ensino superior vai além dos programas de mobilidade de estudantes, docentes e colaboradores da biblioteca ou dos órgãos de gestão e outros serviços, ou da assinatura de acordos internacionais. Atualmente, é necessário ter em conta outros aspetos que devem ser desenvolvidos no âmbito das instituições de ensino superior, como por exemplo, a atualização dos planos de estudos, a internacionalização da investigação, a criação de cursos em parceria com instituições estrangeiras, a criação de campus transnacionais, o desenvolvimento de sistemas internacionais de garantia e gestão da qualidade, a avaliação e acreditação internacional dos cursos e das instituições, a presença e o lugar ocupado em classificações internacionais (*rankings*), a troca de experiências e boas práticas, ou a empregabilidade e o empreendedorismo, entre outros.

Desde meados do século XX, é possível encontrar a temática da internacionalização das universidades e do ensino superior tratada na literatura científica especializada. O trabalho de Brown (1950) foi pioneiro ao sublinhar que as universidades precisam de ter de novo em conta um dos seus objetivos originais: a universalidade do conhecimento.

Mais tarde, na década de oitenta, a preocupação em desenvolver atividades de internacionalização nas universidades foi tomando um lugar cada vez mais significativo na reflexão e na ação das instituições de ensino superior. Contudo, é a partir da década de noventa que se encontram os contributos mais relevantes. Destaca-se o trabalho de Kerr (1994), o qual, seguindo a linha traçada por Brown, assinalou que estava a nascer o que ele denomina de “universidade cosmopolita”<sup>1</sup>. Com efeito, na sua opinião, naquela altura, ocorria o que o autor considerava uma reconversão das universidades, pois assistia-se a um regresso ao modelo convergente que a universidade tinha há 500 anos, o qual estava focado no ensino internacional.

De Wit (1995) situa a perspetiva da internacionalização no âmbito da gestão estratégica da universidade. O autor publicou um trabalho onde apresenta os resultados de um

<sup>1</sup> Aspas das autoras.

conjunto de conferências onde o tema foi debatido, em 1994, com ênfase no desenvolvimento de estratégias por parte das instituições de ensino superior para conseguir maior internacionalização, o que segundo ele implicava obrigatoriamente a reformulação das três missões das universidades: ensino, investigação e serviços à comunidade. Os debates centraram-se nos seguintes temas: estratégias para a internacionalização do ensino superior; perspectivas históricas e conceptuais, com foco nas experiências das universidades dos EUA, da Europa e da Austrália; os contextos institucionais da política internacional de ensino superior nos EUA; a internacionalização do ensino superior na Europa; reflexão e debates sobre um estudo nacional relativo à internacionalização das universidades canadianas e a internacionalização do ensino superior na Austrália. De Wit (1995) foi o primeiro autor a apresentar uma visão global da internacionalização das universidades, concebendo também uma linha de pesquisa mais específica sobre esta vertente da gestão estratégica das universidades, assim aprofundou o seu trabalho sobre a internacionalização do ensino superior, com enfoque no contexto digital, através de um novo estudo internacional, em 2015, envolvendo dez países europeus e sete de outras partes do mundo (WIT et. al, 2015).

Na mesma época, Muller (1994) considerou que, ao estarmos integrados numa era da informação, nesta sociedade havia condições adequadas para atingir o objetivo de desenvolver um mercado global de ideias, dados e comunicação. De acordo com este autor, o conhecimento, enquanto compreensão, deve ser a base da universidade. Ainda assim, sublinha que a universidade se tem focado quase totalmente no conhecimento dos estudantes, relegando para segundo plano a compreensão desse conhecimento. Contudo, insiste que com a sociedade da informação veio igualmente a globalização e que esta, inevitavelmente, leva as instituições de ensino superior a enfatizar a compreensão, conseguindo desse modo uma fusão entre conhecimento e compreensão. Neste seu trabalho, Muller (1994) refere-se ao conhecimento como aquilo que o aluno estuda e que, muitas vezes, não compreende plenamente. Neste pressuposto, aconselha a que se melhore o nível de compreensão, ensinando os alunos a aplicarem os seus conhecimentos.

Já no século XXI, as pesquisas e estudos realizados sobre a internacionalização das universidades evidenciam que as primeiras instituições de ensino superior que elaboraram estratégias nesta matéria são oriundas da Austrália, Canadá, Europa e EUA.

Knight (2005) alertou para o facto de que, num mercado global, as universidades não são os únicos organismos que oferecem cursos e formação académica no país de origem do estudante, pois existem outras entidades, nacionais e estrangeiras, que atuam no mesmo âmbito. A autora sublinha que os meios de comunicação social, as empresas de Tecnologias da Informação e Comunicação, bem como novas associações de organismos

públicos e privados, entre outros, dedicam-se cada vez mais a proporcionar serviços de ensino. Esta situação implica o surgimento de diversos concorrentes, que as universidades não tinham até então.

Neste cenário de mudança, alguns organismos oficiais trabalham atualmente na criação de um quadro e de objetivos para o fenómeno da internacionalização. De entre eles, pode destacar-se a European Association for International Education, a European University Association, a Association of International Educators (NAFSA), o American Council on Education e a Comissão Europeia.

### **3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DE ENSINO SUPERIOR**

A partir da década de 1990, começam a ser publicados alguns trabalhos sobre o fenómeno da internacionalização das bibliotecas. No geral, estes estudos abordam aspetos relacionados com protocolos e projetos realizados pelos colaboradores das bibliotecas universitárias, no seguimento e enquadradas nas iniciativas de internacionalização das próprias universidades. Destaca-se o trabalho de Brogan (1990), onde se defende que as bibliotecas universitárias devem mudar o seu modo de atuar, posicionando-se numa visão mais global dos serviços, fazendo um paralelo com as editoras que já haviam assumido uma posição global e internacional. Para ilustrar a sua proposta, o autor exemplifica referindo que uma obra de um autor norte-americano é publicada por uma empresa multinacional com sede nos Países Baixos e impressa na Coreia. Face a esta realidade, os bibliotecários devem conhecer a dinâmica do novo mercado internacional, interiorizando esta tendência de forma a reformular os processos internos das suas bibliotecas, em específico da preservação, do desenvolvimento das coleções e da catalogação.

Em 1993, Bliss publicou um estudo onde afirmava que a informação transcende o tempo e o espaço e isto, graças às Tecnologias de Informação e Comunicação, faz com que as universidades ofereçam à sociedade uma mais valia na rapidez de transmissão da informação, promovendo mais desenvolvimento (BLISS, 1993). Assim, as bibliotecas universitárias, e os seus colaboradores, devem ter em conta esta necessidade social e aprender a utilizar os novos dispositivos e ferramentas disponíveis, porque as bibliotecas são centros de informação fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento.

Becker, centrando-se no contexto australiano, procurou elucidar o papel dos bibliotecários académicos no processo de internacionalização do ensino superior (Becker, 2006b; 2006a). O seu trabalho constitui uma súmula de várias iniciativas de análise das atividades de internacionalização das bibliotecas académicas australianas, incluindo a distribuição de um inquérito e a realização de entrevistas focadas em dois estudos de caso. Genericamente, as conclusões apontam para a existência de um grau elevado de colaboração internacional,

frequência de eventos/conferências internacionais e formação orientada para uma perspectiva internacional/multicultural. Já a mobilidade internacional dos colaboradores das bibliotecas acadêmicas não se afigura como muito significativa e também não há evidências que sustentem uma atenção especial para aquisição de uma segunda língua, mas deve atender-se ao contexto linguístico do estudo, onde o inglês é língua oficial. A autora sublinha ainda que a participação dos responsáveis pelas bibliotecas em organizações internacionais da área e em grupos de trabalho sobre a estratégia da instituição de ensino superior promove a concretização de iniciativas de internacionalização nos serviços dos quais são responsáveis. Adicionalmente, enfatiza que a internacionalização das bibliotecas acadêmicas e do ensino superior tem de ser abordada no contexto mais lato da globalização.

Kutner (2009) centra o seu trabalho nos resultados de um inquérito dirigido aos estudantes norte-americanos de diversas instituições de ensino superior a estudar na Costa Rica. O inquérito foca essencialmente o nível de conhecimento dos estudantes relativamente aos serviços oferecidos pela biblioteca da sua universidade de origem e da confiança que depositavam nesses serviços. Os resultados revelam que os estudantes dos EUA apresentam um certo grau de desconhecimento no que respeitava à possibilidade de interação com as bibliotecas das suas instituições. Nesse sentido, o artigo apresenta recomendações para melhorar os serviços direcionados para os estudantes no estrangeiro. Incentiva a promoção dos serviços das bibliotecas acadêmicas junto dos estudantes em mobilidade fora da sua instituição de origem, apresentando algumas sugestões oriundas dos inquiridos, como garantir a possibilidade de contacto por email com os bibliotecários, informar os estudantes sobre como aceder aos recursos da biblioteca estando no estrangeiro, dar a conhecer os serviços disponíveis antes de os estudantes saírem em mobilidade ou criar um tutorial com informações úteis.

Por seu lado, Witt, Kutner e Cooper (2015), através da aplicação de um questionário respondido por 202 bibliotecas acadêmicas dos EUA, concluem que estes serviços podem desempenhar uma miríade de papéis na internacionalização das instituições de ensino superior a que pertencem. A sua amostra evidenciou que as bibliotecas são frequentemente envolvidas nos esforços de internacionalização das suas instituições, estando representadas nos grupos de trabalho formalmente criados para o efeito, ainda que esta participação tenha intensidades distintas consoante cada instituição de ensino superior. De qualquer modo, o enfoque dos autores vai para uma mudança de posicionamento das bibliotecas acadêmicas ao referirem

The challenge is moving from facilitators of authoritative knowledge exchanges into the knowledge creation processes. This can take the form of serving on international grant-funded teams, given our expertise in, for instance, data creation. Or our new roles could place us in classrooms as co-teachers of discipline based

inquiry, which draws ideas and inspirations from the international scholarly ecosystem. We must also ensure that we maintain a diversity of perspectives in our collections, reflective of the increasing diversity of our campus constituencies. Relatedly, we must purposefully extend our collective cultural competencies so as to assure all campus stakeholders feel welcomed and enabled in our virtual spaces and physical places (WITT, KUTNER, COOPER, 2015, p. 603).

No mesmo ano, Bordonaro e Rauchmann (2015) analisaram as atividades de internacionalização de uma amostra de bibliotecas alemãs, enfatizando uma comparação com as práticas da América do Norte e refletindo sobre o papel da língua inglesa neste processo. A sua recolha de dados foi realizada através de cinco entrevistas a bibliotecários académicos alemães e de um questionário com 78 respostas de bibliotecas académicas deste país. Em termos de resultados, salientam o facto de a maioria dos respondentes indicarem que na sua biblioteca não existia um profissional dedicado especificamente ao trabalho com os estudantes internacionais e de predominar o uso do inglês na comunicação com os estudantes estrangeiros, havendo incentivos para que os colaboradores frequentem aulas de inglês. A maioria das respostas obtidas indica ainda que a internacionalização constitui uma prioridade da instituição de ensino à qual a biblioteca académica pertence, mas que eles próprios não apresentam uma definição formal do conceito de internacionalização.

O intercâmbio entre profissionais de duas bibliotecas académicas, uma sueca e outra norte-americana, enquadrado no contexto global do projeto de internacionalização de ambas as universidades é descrito por Somerville, Cooper, Torhell, & Hashert (2015) the academic libraries at Linnaeus University, Sweden and University of Colorado Denver, USA have collaboratively created a programmatic approach for staff exchanges and associated projects. This initiative occurred within the larger framework of university internationalization goals and cultural competency requirements. In addition, both libraries were experiencing significant workplace changes, including newly designed facilities, programs, and services, which required that staff members learn to see their organizations and understand their roles in new ways. As the exchange program evolved, formal comparison studies complemented informal exchange observations about similarities and differences between the two library organizations. Resulting insights altered traditional worldviews and professional assumptions of both host and exchange participants. In addition, cultural competencies were further exercised through collaborative projects that benefit the increasingly diverse faculty and student constituencies at both home institutions. Concluding reflections suggest considerations for organizations considering international exchanges for staff members “at home in the world.” © 2015, © The Author(s). Além de descreverem o processo logístico da mobilidade entre colaboradores das duas instituições, os autores sublinham a relevância do envolvimento e da coordenação dos responsáveis por



ambas as bibliotecas na dinâmica desta iniciativa de internacionalização, a qual fortaleceu não só as bibliotecas envolvidas mas também, num nível mais global, as universidades em que cada qual se insere, enriquecendo igualmente as atividades de ensino-aprendizagem e a investigação. Concluem, pois, que “results confirm that the international library staff exchange has enhanced creativity, generated ideas, furthered innovation, and fostered relationships that enrich staff members’ ways of experiencing the world more deeply and broadly” (SOMERVILLE *et al.*, 2015, p. 332) the academic libraries at Linnaeus University, Sweden and University of Colorado Denver, USA have collaboratively created a programmatic approach for staff exchanges and associated projects. This initiative occurred within the larger framework of university internationalization goals and cultural competency requirements. In addition, both libraries were experiencing significant workplace changes, including newly designed facilities, programs, and services, which required that staff members learn to see their organizations and understand their roles in new ways. As the exchange program evolved, formal comparison studies complemented informal exchange observations about similarities and differences between the two library organizations. Resulting insights altered traditional worldviews and professional assumptions of both host and exchange participants. In addition, cultural competencies were further exercised through collaborative projects that benefit the increasingly diverse faculty and student constituencies at both home institutions. Concluding reflections suggest considerations for organizations considering international exchanges for staff members “at home in the world.” © 2015, © The Author(s).

Todos estes trabalhos apresentam como denominador comum o facto de as bibliotecas académicas, e os seus profissionais, estarem a viver num contexto de mudanças, onde se verifica uma adaptação incontornável às Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como mudanças na configuração do seu espaço, programas e serviços bibliotecários, exigindo-se um novo perfil profissional dos seus colaboradores.

É também neste sentido que apontam as reflexões de Kenney e Li (2016, p. 9) ao afirmarem:

To remain relevant in a global university, research libraries need to shift from a supporting role to a participating one. This means moving beyond assembling world area collections, waiting for students to come to the library or locate Lib-Guides, ensuring access to resources, providing one-shot send-off or welcome orientations, and offering instruction sessions that do not differentiate between domestic and international students’ needs. Engagement requires seeking out international students, identifying needs specific to them, and addressing their pain points.

Neste intuito de mudança de posicionamento, propõem algumas iniciativas para as bibliotecas académicas, incluindo procurar compreender os condicionalismos específi-

cos dos estudantes internacionais, promover a colaboração com outros serviços de índole administrativa para melhor acolher esses estudantes ou assumir a internacionalização como uma responsabilidade das bibliotecas académicas.

A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), desde finais do século XX, também presta especial atenção à ação das bibliotecas em ambientes multiculturais, onde cabe o papel das bibliotecas académicas para a internacionalização das instituições de ensino superior. Neste âmbito, entre outros, cabe destacar a publicação *Multicultural Communities: Guidelines for Library Services* (IFLA, 2009), uma terceira atualização de um documento de 1982, orientada para o apoio a serviços bibliotecários linguisticamente e culturalmente diversos, em cada contexto específico.

A American Library Association (ALA) é outra instituição que assume o apoio à internacionalização das bibliotecas como uma das suas missões, apoiando-as no estabelecimento de objetivos relacionados com esta matéria. Para o efeito, edita publicações que apresentam casos reais e resultados de inquéritos a bibliotecários de instituições de ensino superior. No início de 2019, publicou um extenso trabalho sobre a internacionalização das bibliotecas académicas, apresentando reflexões e casos práticos de bibliotecas norte-americanas com iniciativas pioneiras no apoio à globalização das instituições de ensino superior, com enfoque para o acolhimento dos estudantes estrangeiros (LUCKERT, CARPENTER, 2019).

Como vemos a partir da revisão da literatura, a internacionalização das bibliotecas académicas é um campo de ação e de estudo emergente que tem sido explorado essencialmente no contexto anglo-saxónico, havendo poucos estudos exteriores a este cenário. No sentido de contribuirmos para esta temática a partir de um outro posicionamento geográfico e cultural, iremos apresentar os resultados de um estudo piloto sobre a internacionalização de oito bibliotecas académicas portuguesas. Antes de passarmos à apresentação da metodologia e dos resultados, iremos deter-nos brevemente sobre a caracterização do sistema de ensino superior português e sobre o lugar da internacionalização nas suas bibliotecas académicas.

#### **4 AS BIBLIOTECAS DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL E A INTERNACIONALIZAÇÃO**

O ensino superior português é configurado por um sistema binário, que integra o ensino universitário e o ensino politécnico, tal como definido pela Lei de Bases do Sistema Educativo, na redação da Lei 46/86, alterada pela Lei n.º 115/97 e pela Lei 49/2005 (Lei n.º 46/86 da Assembleia da República, 1986; Lei n.º 115/97 da Assembleia da República, 1997; Lei n.º 49/2005 da Assembleia da República, 2005). Tanto as instituições universitárias como as instituições politécnicas, podem ser de índole pública ou privada. Formalmen-

te, o ensino universitário deve estar orientado para a investigação e a criação do saber científico e cultural enquanto o ensino politécnico está focado na investigação aplicada e criação do saber de natureza profissional. Contudo, na prática, esta distinção é bastante difícil de descortinar porque o posicionamento de ambos os sistemas se sobrepõem frequentemente. Neste cenário, o papel das bibliotecas no contexto das universidades e dos politécnicos não parece apresentar diferenças significativas, enquadrando-se nas designadas bibliotecas académicas ou bibliotecas do ensino superior.

Tal como sublinhado por Saraiva (2013), as bibliotecas do ensino superior constituem estruturas de apoio às instituições de ensino onde se inserem, estando ligadas à sua génese e acompanhando o seu desenvolvimento. Assim, em Portugal, foi essencialmente nas décadas de setenta, oitenta e noventa do século passado que se assistiu ao desenvolvimento das bibliotecas académicas como estruturas essenciais de suporte ao processo de ensino-aprendizagem e à investigação, acompanhando o crescimento do número de instituições de ensino superior, públicas e privadas.

Foi aliás, em 1992, que teve início o primeiro projeto de cooperação entre bibliotecas de várias universidades portuguesas, a Rede Universitária de Bibliotecas e Informação (RUBI), sob a égide do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Contudo, apesar de diligências várias e mesmo da redação de um plano de ação, com intervenção de representantes destas bibliotecas, a RUBI nunca chegou a iniciar atividade formal (LEMOS, MACEDO, 2003). Apesar da falta de êxito, pode considerar-se que a RUBI foi a incubadora onde nasceu a ideia da B-on (Biblioteca Online do Conhecimento), componente essencial dos serviços de informação das instituições de ensino superior portuguesas na atualidade. Na opinião de bibliotecários que participaram no lançamento da RUBI, um dos fatores que contribuiu para o fracasso da iniciativa foi o facto de as bibliotecas não terem tradição de trabalho em cooperação (LEMOS, MACEDO, 2003).

Para a temática que nos interessa especificamente neste trabalho, a internacionalização das bibliotecas de ensino superior, este aspeto é muito relevante porque não existindo tradição nem propensão para a colaboração num contexto nacional, o estabelecimento de relações internacionais não encontra uma cultura favorável. Isto não significa que a perceção da importância da internacionalização das bibliotecas de ensino superior portuguesas não existisse porque, em 2003, Lemos e Macedo propunham já a implementação de consórcios internacionais, como uma das componentes essenciais para avançar frente à inércia.

Em 2007, Amante considerava a internacionalização como um elemento, entre outros, do contexto no qual as universidades se moviam e que tinha implicações para as suas bibliotecas e profissionais. Contudo, não inclui esta vertente nas áreas de parceria

entre bibliotecários e docentes, nem nas áreas privilegiadas de atuação das bibliotecas académicas que incidem nos serviços de informação, nas tecnologias de informação, na investigação, no desenvolvimento de coleções e na edição.

A visibilidade reduzida da temática da internacionalização das bibliotecas de ensino superior, com uma atenção essencialmente de ordem implícita continua a verificar-se alguns anos mais tarde. De facto, em dezembro de 2015, foram publicadas as *Recomendações para as bibliotecas de ensino superior em Portugal* (APBAD, 2016). O documento elaborado pelo Grupo de Trabalho das Bibliotecas do Ensino Superior (GT-BES), da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), resultou da reflexão conjunta de profissionais bibliotecários de várias instituições públicas e privadas. As recomendações são em número de dez focando quatro áreas de ação destes serviços de informação especializados: o apoio ao ensino e à aprendizagem, o suporte às atividades de investigação e de publicação científica, a gestão organizacional de parcerias e de projetos de colaboração entre bibliotecas bem como a conceção e disponibilização de serviços, sistemas e espaços orientados para a aprendizagem e uso de informação.

Assim, as Recomendações definem como missões das bibliotecas de ensino superior

- Reafirmar a relevância das competências de literacia da informação na comunidade académica;
- Desenvolver competências dos profissionais das bibliotecas para apoio às atividades de ensino e aprendizagem;
- Apoiar projetos editoriais de publicação académica e científica;
- Assegurar repositórios institucionais alinhados com os padrões de interoperabilidade e preservação;
- Criar serviços de apoio à gestão de dados científicos;
- Potenciar o papel da biblioteca no apoio à investigação;
- Fomentar parcerias com estruturas de apoio à comunidade académica;
- Promover e facilitar o acesso às fontes de informação;
- Reinventar e potenciar os espaços das bibliotecas;
- Aprofundar redes de colaboração entre profissionais e instituições.

Não havendo uma abordagem direta e explícita à questão da internacionalização das bibliotecas, podemos considerar que as iniciativas nesta área ficam abrangidas pela recomendação de aprofundar as redes de colaboração, as quais podem decorrer não só em contexto nacional, mas igualmente internacional. Aliás, isso mesmo é referido na identificação de boas práticas por parte de dez bibliotecas que responderam a um inquérito sobre boas práticas relacionadas com estas Recomendações (SANCHES, COSTA, 2017,

p. 224). Adicionalmente, pode considerar-se que, no apoio à investigação bem como no fomento de parcerias com estruturas de apoio à comunidade académica, podem caber atividades de internacionalização já que a cooperação com bibliotecas congéneres no estrangeiro tem potencialidades para apoiar a investigação e pode materializar-se em parcerias de apoio mais abrangente à comunidade académica.

## 5 METODOLOGIA

O objetivo do presente trabalho é apresentar a análise dos dados de um conjunto de entrevistas realizadas aos responsáveis de seis bibliotecas do Instituto Politécnico do Porto e de duas bibliotecas da Universidade do Porto (Escola Superior de Educação, Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e Instituto Superior de Engenharia do Porto) e duas da Universidade do Porto (Faculdade de Ciências e Faculdade de Desporto). A escolha destas bibliotecas decorreu de fatores de conveniência, em especial da disponibilidade dos seus responsáveis para concederem uma entrevista.

As entrevistas serviram para identificar as atividades de internacionalização existentes nestes serviços de informação, os seus projetos futuros neste âmbito, a participação dos seus profissionais em ações de mobilidade e a sua opinião sobre a temática da internacionalização das instituições de ensino superior e das bibliotecas académicas. Com estas entrevistas, pretendia-se essencialmente identificar os aspetos que são do interesse e que constituem preocupação em matéria de internacionalização para os responsáveis de serviços de informação de instituições do ensino superior.

Esta abordagem insere-se na continuidade de um trabalho de levantamento e análise sobre as estratégias de internacionalização das universidades espanholas realizado, desde 2015, por um grupo de investigadores do Instituto Universitario de Evaluación (IUE), da Universidade Complutense de Madrid (Espanha). Pretendeu-se com o estudo aqui apresentado alargar essa abordagem a Portugal, na vertente específica do papel das bibliotecas académicas.

Em termos metodológicos, este primeiro questionário foi concebido por um grupo de investigadores do IUE, a partir de um outro já validado na Austrália, realizado por Linda Becker(2006b). Este incluía perguntas sobre sete áreas relacionadas com a internacionalização: a estratégia de internacionalização da universidade e da biblioteca; a participação e as atividades dos colaboradores da biblioteca relacionadas com iniciativas de internacionalização e os tipos de mobilidade realizada; as relações da biblioteca com outros serviços ou departamentos da universidade que estejam envolvidos em iniciativas de internacionalização; o conhecimento dos bibliotecários sobre os interesses dos estudan-



tes estrangeiros que estudam na sua instituição; o conhecimento dos bibliotecários sobre as necessidades de informação dos docentes e investigadores ou grupos de investigação, portugueses e estrangeiros, que utilizam os recursos da biblioteca, em suporte digital ou outros; e a possibilidade de usar o financiamento da biblioteca para iniciativas relacionadas com a internacionalização. Além destas, foram ainda colocadas duas perguntas abertas para que os entrevistados exprimissem a sua opinião sobre a importância do papel da biblioteca na concretização dos objetivos relacionados com a internacionalização e para que o responsável pela biblioteca pudesse indicar como concebe a estratégia de internacionalização do seu serviço.

No total, o questionário incluía 32 perguntas, as quais apesar de apresentarem opções de resposta alternativas ou serem de escolha múltipla, incluíam sempre um campo de comentários, deixando a possibilidade de o entrevistado sublinhar, esclarecer ou desenvolver algum aspeto que considerasse relevante. As entrevistas foram realizadas nas instalações das bibliotecas participantes, com uma duração média de 60 minutos. Os dados recolhidos foram sistematizados num ficheiro *Excel*, incluindo as opções de respostas fechadas e os comentários dos entrevistados a cada uma das perguntas. Para respeitar o anonimato das bibliotecas envolvidas, na apresentação dos resultados, optou-se por identificar cada uma das bibliotecas participantes com letras do alfabeto grego.

Deveremos ainda sublinhar que esta recolha de dados foi uma etapa preliminar para conceber um questionário que será aplicado em termos internacionais, no intuito de avaliar o conhecimento sobre a temática da internacionalização, no âmbito das bibliotecas académicas e as atividades que estão a ser desenvolvidas nestes serviços de informação, em vários países. Com efeito, pretendia-se com a aplicação deste questionário depurar este instrumento de recolha de dados de modo a adaptá-lo a uma distribuição mais alargada.

## **6 A INTERNACIONALIZAÇÃO NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO E DA UNIVERSIDADE DO PORTO: RESULTADOS PRELIMINARES**

### **6.1 ESTRATÉGIA**

O primeiro bloco de perguntas incluía três questões relativas à estratégia da biblioteca e da instituição de ensino no seu todo. Assim, na primeira pergunta (Q1), destinada a averiguar se, na missão geral da instituição de ensino, existia alguma referência à estratégia de internacionalização definida pela Comissão Europeia em 2013 (COMISSÃO EUROPEIA, 2013), todos os entrevistados responderam afirmativamente. Já na pergunta seguinte, sobre a existência de um plano estratégico específico da própria biblioteca (Q2), verificou-se

que este não existia em nenhuma delas. Ainda assim, a biblioteca Zeta indicou que o seu plano estratégico está definido no plano estratégico geral da sua unidade orgânica. Apesar de as bibliotecas estudadas não terem plano estratégico, todas têm definida a sua missão.

A terceira pergunta deste grupo procurava averiguar em que medida a internacionalização era considerada no plano estratégico da biblioteca (Q3). Para o efeito, os entrevistados podiam escolher três opções: a internacionalização está incluída nas cinco primeiras prioridades do plano estratégico, a internacionalização está incluída no plano estratégico, mas não consta das cinco primeiras prioridades e a internacionalização não é abordada no plano estratégico. Nenhuma biblioteca assinalou a inclusão da internacionalização nas cinco prioridades do plano estratégico, esclarecendo que não dispunham de tal documento, ainda que tenham a sua missão definida (bibliotecas Beta, Omega, Psi e Qui) e objetivos (biblioteca Qui). Já as bibliotecas Csi e Zeta indicaram que a internacionalização consta do plano estratégico pelo qual se guiam, ainda que não seja específico dos seus próprios serviços pois abrange toda a sua unidade orgânica. Note-se ainda que a biblioteca Beta esclareceu que recebe estudantes Erasmus e a biblioteca Gama indicou igualmente a existência de estudantes brasileiros e romenos.

## 6.2 RECURSOS HUMANOS

A primeira pergunta deste grupo procurava identificar o papel que os entrevistados consideravam adequado os bibliotecários terem na estratégia de internacionalização da sua instituição de ensino superior (Q4). Para o efeito, eram propostas cinco opções, dando-se também a hipótese de indicar outras alternativas. Assim, seis consideraram que o bibliotecário deveria ter experiência em atividades de intercâmbio. Oito bibliotecas assinalaram a opção relativa à frequência de conferências, congressos e seminários internacionais, com a biblioteca Omega a sublinhar a importância deste tipo de eventos para o intercâmbio com outros países europeus e a biblioteca Csi a referir a possibilidade de assistir a estes eventos com financiamento do programa Erasmus. A colaboração com bibliotecas de outros países foi assinalada por todos os entrevistados, com a biblioteca Omega a indicar que os projetos de mobilidade de recursos humanos e a partilha de financiamento são essenciais neste âmbito. O domínio de outras línguas foi uma opção escolhida por todos os entrevistados, com a responsável da biblioteca Omega a sublinhar a relevância da fluência em inglês. A experiência em projetos de cariz internacional/multicultural foi considerada relevante por seis dos participantes. Na opção “outras”, a biblioteca Alfa considerou importante o apoio aos estudantes estrangeiros.

A pergunta seguinte destinava-se a identificar que tipo de colaboradores participavam em ações de internacionalização (Q5). Seis indicaram os responsáveis pelos serviços

centrais das bibliotecas, quatro indicaram os responsáveis por cada uma das bibliotecas, quatro também indicaram os catalogadores, três referiram os responsáveis pelas aquisições e outros três indicaram os responsáveis pelos serviços de empréstimo e sala de leitura. Face a estes resultados, constata-se que três bibliotecas indicaram que todos os colaboradores devem participar em ações de internacionalização porque escolheram todas as opções apresentadas. As restantes cinco bibliotecas apresentam uma visão mais restritiva da participação dos seus colaboradores nas ações de internacionalização.

Procurou-se também saber se aspetos relativos à internacionalização eram valorizados na seleção dos colaboradores das bibliotecas (Q6). A experiência em atividades de internacionalização foi assinalada apenas por duas bibliotecas enquanto a participação em conferências, congressos e seminários internacionais foi escolhida por cinco dos entrevistados. Já a colaboração internacional com bibliotecas de outros países foi escolhida por três bibliotecas. O domínio de outras línguas foi assinalado por seis, com enfoque dado ao inglês pelas bibliotecas Beta e Qui. Por seu lado, as bibliotecas Omega e Gama, sublinhando a importância das línguas estrangeiras, indicaram que não se tinha em conta este requisito. Por fim, a experiência em projetos de âmbito internacional/multicultural foi selecionada por quatro bibliotecas. Com estes dados, é possível verificar que apenas duas bibliotecas conferem acentuada importância a aspetos de internacionalização na seleção dos seus colaboradores pois foram as que escolheram todas as opções apresentadas.

### 6.3 PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES DA BIBLIOTECA EM ATIVIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A participação dos colaboradores da biblioteca em atividades de internacionalização foi objeto de quatro perguntas. Assim, perguntou-se se, no conselho consultivo da biblioteca, em que participam professores e estudantes, estava definida alguma função relacionada com a internacionalização (Q7). Apenas a biblioteca Csi indicou que existia um conselho consultivo presidido pelo diretor da biblioteca, que é vice-diretor da faculdade, mas não especificou a existência de funções relativas à internacionalização.

Na pergunta seguinte, solicitava-se que fosse indicado se os bibliotecários participavam em órgãos da instituição de ensino superior onde fossem tratados aspetos relacionados com a internacionalização (Q8). As bibliotecas Qui e Omega responderam afirmativamente enquanto a biblioteca Beta, respondendo negativamente, indicou que as questões de internacionalização são tratadas pelo serviço dedicado a esta matéria em exclusivo.

As bibliotecas participantes foram também questionadas acerca da sua colaboração em ações de internacionalização desenvolvidas pela instituição de ensino superior

(Q9). As bibliotecas Gama, Psi e Csi confirmaram a sua participação referindo que todos os colaboradores podiam usufruir de bolsas Erasmus. Por seu lado, a biblioteca Zeta indicou que apenas o responsável pelo serviço usufruía destas bolsas, enquanto a biblioteca Qui referiu que esporadicamente participavam em iniciativas do género.

Por fim, neste tópico, pretendeu saber-se se nos últimos três anos o envolvimento das bibliotecas nestas atividades tinha aumentado (bibliotecas Beta e Gama), mantido (bibliotecas Alfa, Omega e Psi) ou diminuído (biblioteca Zeta) (Q10).

#### 6.4 ATIVIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

O questionário aplicado procurou também averiguar quais as atividades de internacionalização desenvolvidas pela própria biblioteca. Assim, os entrevistados foram questionados acerca dos serviços e atividades de internacionalização oferecidas pela biblioteca aos estudantes estrangeiros (Erasmus, Erasmus Mundus, etc), havendo a possibilidade de escolha de cinco opções (visitas programadas à biblioteca, informação sobre os serviços da biblioteca, guias da biblioteca em várias línguas, informação sobre as coleções digitais e impressas e informação sobre cursos de português para estrangeiros) ou da indicação de outros (Q11). Todos indicaram que organizavam visitas guiadas, a pedido do gabinete de relações internacionais (bibliotecas Alfa, Beta, Csi e Zeta) ou sem programação prévia (bibliotecas Omega e Gama). A biblioteca Psi referiu que realiza estas visitas no início do 1º e do 2º semestres ou a pedido de pequenos grupos de estudantes, à semelhança da biblioteca Qui. Todas as bibliotecas escolheram a opção indicando disponibilizarem informação sobre os seus serviços, mas nenhuma tem guias em várias línguas, à exceção da biblioteca Beta que indicou ter informação em inglês no sítio web. A informação sobre as coleções digitais e impressas também é disponibilizada por todas as bibliotecas. Nenhuma biblioteca fornece informação sobre cursos de português para estrangeiros, tendo sido afirmado que esse assunto é tratado pelo gabinete de relações internacionais.

Na pergunta seguinte, procurava-se saber se a biblioteca oferecia algum serviço orientado para os estudantes portugueses que vão estudar para o estrangeiro, dando como opções fornecer informação sobre guias de cursos em língua estrangeira, guias sobre serviços para os estudantes que saem, guias sobre o inglês como segunda língua ou guias de cursos de línguas estrangeiras e outros (Q12). Nenhuma das opções foi assinalada pelos entrevistados que referiram sistematicamente tratar-se de assuntos do gabinete de relações internacionais.

## 6.5 ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO DA BIBLIOTECA

O quinto grupo de perguntas incidia sobre a cooperação da biblioteca com outros serviços da instituição de ensino superior a atuar na área da internacionalização. Assim, uma pergunta inquiria sobre existência de cooperação entre a biblioteca e o departamento de línguas estrangeiras da universidade ou do instituto politécnico (Q13). As bibliotecas Beta, Omega e Gama responderam afirmativamente: a primeira referiu que existiam protocolos com o departamento de línguas para obterem publicações periódicas, enquanto a segunda também referiu este aspeto acrescentando que eram dadas facilidades para a frequência de cursos de línguas. Por seu lado, a biblioteca Gama salientou a facilidade para o empréstimo interbibliotecário. Já as restantes bibliotecas (Alfa, Zeta, Psi, Csi e Qui) responderam negativamente, havendo duas que remeteram para o gabinete de relações internacionais.

A pergunta seguinte pretendia averiguar se existia alguma cooperação com o departamento de inglês, como segunda língua (Q14). A biblioteca Omega respondeu afirmativamente indicando que havia um relacionamento com a área de línguas estrangeiras para a formação dos colaboradores do serviço. A biblioteca Gama especificou que havia relações com um centro de investigação para o desenvolvimento da cultura internacional, para o empréstimo interbibliotecário e no apoio à realização de conferências mensais no espaço da própria biblioteca, mas dinamizadas por esta unidade de I&D. Neste grupo, a pergunta Q15 foi desconsiderada porque no decurso da aplicação do questionário se verificou sobreposição com a pergunta Q13.

Passaremos, portanto, à análise da pergunta Q16 que abordava a existência de cooperação com bibliotecas estrangeiras. Apenas três bibliotecas responderam afirmativamente. A biblioteca Omega indicou a existência de alianças com bibliotecas alemãs, francesas e com a biblioteca da Universidade de Santiago de Compostela. A biblioteca Qui referiu cooperar com bibliotecas do Brasil e de Moçambique enquanto a biblioteca Csi aludiu aos protocolos com bibliotecas estrangeiras através do programa Erasmus.

## 6.6 ESTUDANTES

A pergunta Q17 destinava-se a saber se a biblioteca tinha conhecimento do número de estudantes estrangeiros a frequentar o seu espaço e a usar os seus serviços. Houve seis bibliotecas (Alfa, Beta, Gama, Zeta, Psi e Csi) a indicar que não tinham esses números, mas que podiam obtê-los junto do Serviço de Informática pois estavam disponíveis na aplicação. Já as bibliotecas Omega e Qui indicaram que não tinham forma de obter esses dados. A questão seguinte visava saber se biblioteca dispunha de uma listagem com a nacionalidade dos seus utilizadores de origem estrangeira (Q18). Todas as bibliotecas res-



ponderam afirmativamente, exceto as bibliotecas Qui e Csi, as quais indicaram, contudo, que podiam obter esses dados mediante pedido.

A pergunta Q19 pretendia averiguar se a biblioteca realizava atividades com o serviço destinado a acolher os estudantes estrangeiros na instituição. As bibliotecas Gama, Zeta e Csi responderam afirmativamente, mas apenas a última especificou que organizava visitas guiadas aos estudantes estrangeiros em parceria com o Gabinete de Relações Internacionais. As restantes bibliotecas deram uma resposta negativa, mas esclareceram que podiam colaborar pontualmente em ações que fossem solicitadas pelo serviço responsável pelos assuntos internacionais.

A existência de colaboradores da biblioteca dedicados ao atendimento de estudantes estrangeiro constituía o enfoque da pergunta Q20. Em caso afirmativo, solicitava-se a indicação do número de funcionários. Todas as bibliotecas responderam positivamente, havendo quatro delas (bibliotecas Beta, Zeta, Psi e Csi) a indicarem que todos os colaboradores atendiam estes utilizadores. A biblioteca Psi acrescentou que existia igualmente um docente que dava apoio nesta área. As bibliotecas Alfa e Omega indicaram que existiam dois colaboradores com funções nesta área. Já a biblioteca Gama referiu que os estudantes estrangeiros eram atendidos exclusivamente pela responsável da biblioteca.

A última pergunta deste grupo inquiria se os bibliotecários usavam o inglês para comunicar com os estudantes estrangeiros (Q21). Todos os responsáveis indicaram que sim, com o detalhe de que recorriam à língua portuguesa para interagir com os estudantes espanhóis. A responsável pela biblioteca Gama especificou que, no seu serviço, em cinco colaboradores, apenas três falavam inglês.

## 6.7 PROFESSORES E INVESTIGADORES

O sétimo grupo de perguntas focava aspetos relativos aos serviços oferecidos pela biblioteca aos seus investigadores para acederem a conteúdos publicados noutros países ou para facilitarem as suas iniciativas de internacionalização bem como os serviços disponibilizados a investigadores estrangeiros ligados à instituição de ensino superior. Assim, a pergunta Q22 inquiria sobre o conhecimento de investigadores estrangeiros a frequentarem a biblioteca. As bibliotecas Omega e Csi referiram ter acesso a esses dados, sublinhando que era diminuto o número de investigadores estrangeiros. As restantes bibliotecas indicaram não ter esses dados e a biblioteca Beta esclareceu que só recebiam pontualmente investigadores estrangeiros enquanto a biblioteca Psi referiu não ter investigadores oriundos de outros países.

Já a pergunta Q23 abordava o conhecimento que a biblioteca tinha das linhas de pesquisa exploradas pelos investigadores da entidade à qual pertenciam. As bibliotecas Beta, Gama e Zeta responderam que tinham um conhecimento informal dessas áreas de pesquisa. Já as restantes bibliotecas referiram não ter essa informação, com a biblioteca Csi a especificar que não dispunha de recursos humanos suficientes para fazer esse levantamento. A questão seguinte destinava-se a saber se a biblioteca tinha estratégias para a recolha de conteúdos publicados no estrangeiro e se os conseguia difundir de modo seletivo (Q24). Apenas as bibliotecas Alfa e Qui responderam de forma negativa. As bibliotecas Beta, Omega, Gama e Zeta referiram a este propósito a existência da B-on Estas bibliotecas, bem como as bibliotecas Psi e Csi, indicaram disponibilizar alertas de informação.

A última pergunta deste grupo abordava o uso de redes sociais ou outras aplicações Web 2.0 por parte das bibliotecas para divulgarem as suas iniciativas de internacionalização (Q25). Houve quatro bibliotecas a responderem afirmativamente: a biblioteca Beta indicou ter página no Facebook e ISSUU com publicações, a biblioteca Gama referiu usar o Facebook, Orox e que pretendia passar a estar presente no Instagram e no LinkedIn, a biblioteca Qui também usa o Facebook, o Youtube e um chat para comunicar com os estudantes e professores e a biblioteca Csi usa igualmente o Facebook. As restantes bibliotecas responderam negativamente, com a biblioteca Zeta a indicar que não era permitido institucionalmente os serviços estarem individualmente presentes nas redes sociais e a biblioteca Psi a referir que pretendia criar página no Facebook.

## 6.8 FINANCIAMENTO

O grupo seguinte de perguntas abordava a temática do financiamento das bibliotecas, no sentido de averiguar a disponibilidade orçamental para realizar atividades de internacionalização. Neste âmbito, a pergunta Q26 inquiria as bibliotecas sobre o facto de terem alguma rubrica no seu financiamento destinada a iniciativas de internacionalização. As bibliotecas Zeta e Psi responderam afirmativamente indicando que, apesar de não terem financiamento próprio, podiam usufruir de verbas do programa Erasmus. Ao contrário, as restantes bibliotecas referiram que não têm financiamento para ações de internacionalização, essencialmente porque não têm orçamento próprio e todas as suas necessidades financeiras têm de ser autorizadas num nível hierárquico superior.

Na questão seguinte (Q27), procurava-se saber se as bibliotecas solicitavam verbas financeiras à direção da sua unidade orgânica ou ao governo para efeitos de internacionalização. As bibliotecas Psi e Csi indicaram que faz parte dos procedimentos pedir bolsas Erasmus à sua instituição mas que não fazem pedidos diretos ao governo. As restantes bibliotecas responderam negativamente. A pergunta Q28 inquiria sobre a existência de

rúbricas no orçamento da biblioteca para a participação em ações de mobilidade por parte dos seus colaboradores. As bibliotecas Beta, Zeta e Psi responderam afirmativamente, esclarecendo que apesar de não terem orçamento próprio costumavam pedir bolsas Erasmus ao serviço de relações internacionais. As outras cinco bibliotecas deram uma respostas negativa.

Na questão Q29, era perguntado se as bibliotecas dispunham de verbas suficientes para que os seus colaboradores participassem nas cinco variáveis relacionadas com a internacionalização e com que frequência. Quanto à primeira variável, experiência em atividades de intercâmbio internacional, as bibliotecas foram unânimes em responder que não, indicando que só existem verbas das bolsas Erasmus que são distribuídas pelo serviço competente na matéria na sua unidade orgânica. No que toca à frequência de conferências, congressos e seminários internacionais, também todas as bibliotecas responderam negativamente, com a biblioteca Qui a especificar que eram os colaboradores que tinham de custear a sua participação. Sobre a colaboração internacional com bibliotecas de outros países, apenas as bibliotecas Qui e Csi responderam positivamente. No que respeita ao conhecimento de línguas estrangeiras, as bibliotecas Psi e Csi indicaram que tinham verbas suficientes para o efeito. As restantes bibliotecas responderam de modo negativo, havendo casos em que essa formação é disponibilizada pelos serviços centrais da sua instituição. Já quanto à inclusão da biblioteca em projetos de âmbito internacional/multicultural, apenas a biblioteca Qui respondeu afirmativamente.

A pergunta Q30 destinava-se a saber quais os colaboradores com acesso a financiamento para ações de mobilidade. Sobre esta matéria, a biblioteca Alfa indicou que não existem verbas para o efeito e todas as restantes bibliotecas referiram que todos os colaboradores estão abrangidos, exceto no caso da biblioteca Psi onde apenas os responsáveis estão abrangidos.

A última deste grupo (Q31) procurava esclarecer se existia algum serviço de biblioteca da sua instituição que servisse de referência em matéria de internacionalização. Apenas duas bibliotecas responderam de modo afirmativo, com a biblioteca Qui a referir a *Business School* da sua instituição e a biblioteca Csi a remeter para uma escola de Engenharia e outra de Letras.

## 6.9 PERSPETIVAS PESSOAIS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

O último grupo de perguntas, incluía duas questões abertas. A primeira (Q32) estava formulada nestes termos “qual pensa ser o papel da biblioteca na internacionalização da sua instituição de ensino superior?”. No quadro seguinte, estão sistematizadas as respostas obtidas em cada uma das bibliotecas.

**Quadro 1** - O papel da biblioteca na internacionalização das instituições de ensino superior (Q32)

|                  |   |
|------------------|---|
| Biblioteca Alfa  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acolher estudantes e investigadores estrangeiros</li> <li>• Pesquisa de informação em plataformas digitais</li> </ul>  |
| Biblioteca Beta  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio a estudantes e professores Erasmus com formações específicas na biblioteca</li> <li>• Ações de mobilidade</li> <li>• Trabalho colaborativo com outras bibliotecas da sua instituição</li> <li>• Produzir guias tutoriais</li> <li>• Desenvolver uma estratégia conjunta com outras bibliotecas da sua instituição</li> </ul> |
| Biblioteca Omega | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilizar obras de outros países</li> <li>• Criar um espaço para estudantes estrangeiros</li> <li>• Mobilidade dos colaboradores</li> <li>• Promover ações de formação em grupo</li> <li>• Disponibilizar informação bilingue sobre a biblioteca (português e inglês)</li> </ul>  |
| Biblioteca Gama  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incluir a biblioteca no plano estratégico da instituição</li> <li>• Disponibilizar formação para utilizadores estrangeiros</li> </ul>  |
| Biblioteca Zeta  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ser ativa com estudantes e professores/investigadores estrangeiros</li> <li>• Domínio de línguas</li> <li>• Conhecimento de culturas</li> </ul>  |
| Biblioteca Psi   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio a todos os investigadores para publicação em revistas estrangeiras</li> <li>• Apoio à instituição para melhoria do seu posicionamento nos rankings</li> <li>• <i>Staff training</i></li> <li>• Acesso a cursos digitais e presenciais</li> </ul>   |
| Biblioteca Qui   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Papel muito importante com estudantes e investigadores estrangeiros</li> <li>• Abertura a outros países</li> <li>• Fazer atividades com estrangeiros</li> <li>• Traduzir para inglês a página web da biblioteca</li> </ul>   |
| Biblioteca Csi   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de intercâmbio e intercâmbio de experiências</li> <li>• Participação em programas destinados a estudantes estrangeiros</li> <li>• Proporcionar mais serviços para estudantes estrangeiros</li> </ul>  |

**Fonte:** Autoras

As respostas dos entrevistados foram bastantes díspares, mas há alguns aspetos que foram recorrentemente abordados evidenciando a partilha de algumas noções relacionadas com o tipo de intervenção que a biblioteca académica pode desempenhar no processo de internacionalização da instituição de ensino superior à qual está vinculada.

Assim, todas as bibliotecas, exceto uma, referiram o acolhimento especificamente direcionado para estudantes e investigadores estrangeiros. Assim, os entrevistados parecem pressupor que este grupo de utilizadores apresenta necessidades particulares e que os serviços da biblioteca devem ter em conta essas necessidades e criar respostas adaptadas. Contudo, não parece haver uma consciência muito exata de quais são essas necessidades, havendo certamente um trabalho de levantamento a realizar de modo a criar uma base sustentada de conhecimento sobre este grupo de utilizadores. Também a participação em projetos de intercâmbio, de colaboradores e de experiências, se apresenta como uma componente frequentemente associada ao conceito de internacionalização. Para o efeito, sublinha-se a realização de ações de mobilidade de colaboradores ou o trabalho colaborativo com outras instituições.

A pergunta final do questionário solicitava uma definição de internacionalização no contexto do ensino superior (Q33). As respostas obtidas estão sistematizadas no quadro abaixo.

**Quadro 2** - Sobre o conceito de internacionalização no contexto do ensino superior (Q33)

|                  |   |
|------------------|---|
| Biblioteca Alfa  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação entre escolas e serviços de relações internacionais para haver mais estudantes e professores estrangeiros.</li> </ul>   |
| Biblioteca Beta  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais mobilidades de intercâmbio de estudantes, professores e funcionários.</li> <li>• Mais divulgação do ensino da língua portuguesa.</li> <li>• Estratégias comuns a todas as escolas.</li> <li>• Formação online, a exemplo de um curso online sobre o Office promovido por uma docente da instituição.</li> </ul> |
| Biblioteca Omega | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aulas em inglês.</li> <li>• Mobilidade de estudantes.</li> </ul>   |
| Biblioteca Gama  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atrair estudantes de África (Angola), do Brasil e de toda a América Latina, bem como da Roménia.</li> <li>• Mobilidade de estudantes, docentes e outros colaboradores.</li> <li>• Incluir a língua inglesa nos cursos.</li> </ul>  |
| Biblioteca Zeta  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A internacionalização deve ser um objetivo competitivo.</li> <li>• Criar projetos de investigação online para colaboração de vários países.</li> <li>• Realização de congressos internacionais.</li> </ul>   |

|                |   |
|----------------|---|
| Biblioteca Psi | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visibilidade internacional.</li> <li>• Mais publicações em revistas com fator de impacto.</li> <li>• Os investigadores devem participar em projetos de colaboração com instituições estrangeiras.</li> <li>• Criar serviços de qualidade em inovação.</li> </ul> |
| Biblioteca Qui | <ul style="list-style-type: none"> <li>• É um objetivo essencial.</li> </ul>  |
| Biblioteca Csi | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atrair estudantes estrangeiros.</li> <li>• Aumentar o número de projetos de intercâmbio de estudantes e de profissionais.</li> <li>• Promover a instituição no estrangeiro.</li> </ul>   |

Fonte: Autoras

Analisando os dados do Quadro 2, constata-se que os entrevistados não formularam uma definição de conceito de internacionalização, preferindo referir elementos que podem configurar este conceito, repetindo tópicos que já haviam enunciado na resposta à pergunta anterior. Ainda assim, poderemos sublinhar as ideias de cooperação, mobilidade, visibilidade internacional, estratégia e inovação. Neste sentido, a complexidade e a abrangência dos processos de internacionalização torna-se patente, deixando claro também a dimensão dos desafios enfrentados pelas bibliotecas académicas nesta área de ação.

## 7 CONCLUSÕES

Face aos resultados obtidos neste levantamento preliminar, podemos afirmar que as bibliotecas das instituições de ensino superior analisadas não constituem um serviço considerado estratégico na internacionalização da entidade na qual se integram. O seu papel está fundamentalmente orientado para a custódia e disponibilização de coleções documentais em suporte papel e em suporte digital.

Os entrevistados evidenciaram conhecer a estratégia da sua instituição, sublinhando que contempla a internacionalização, mas desconhecem o documento elaborado pela Comissão Europeia (2013). Todas estas bibliotecas têm definida a sua Missão, mas não existe em nenhuma alusão à temática da internacionalização. Contudo, todos deram bastante importância à participação do serviço que coordenam na estratégia de internacionalização da instituição no seu geral. Os aspetos que mais sublinharam incluíram dinamizar procedimentos para acolher os estudantes e investigadores/professores estrangeiros, incrementar os programas de mobilidade com bibliotecas de outros países e criar serviços de apoio para os investigadores publicarem em revistas científicas com impacto internacional, servindo deste modo para que as suas instituições melhorem o seu posicionamento nos rankings internacionais.



Os entrevistados foram igualmente unânimes ao afirmar que as suas instituições deveriam criar dinâmicas para atrair estudantes estrangeiros, fomentar a colaboração entre as bibliotecas e os serviços com alçada das relações internacionais e apoiar a participação dos seus investigadores em redes de pesquisa internacionais, incrementando a visibilidade da instituição no seu todo. Note-se que foi particularmente acutilante a observação da responsável pela biblioteca Zeta ao referir que a internacionalização deve ser encarada pela instituição como um objetivo competitivo.

Os responsáveis pelas bibliotecas têm formação académica relevante para a sua área de atuação profissional, mas existem outros colaboradores que carecem dessa formação. Na globalidade, os colaboradores das bibliotecas falam inglês, ainda que apresentem um nível de domínio desta língua bastante díspar. Os responsáveis pelas bibliotecas dominam de modo muito satisfatório o inglês.

Estes responsáveis não detêm autonomia para pôr em prática projetos de modo independente na medida em que devem expor as suas pretensões à direção da sua instituição. Esta situação é agudizada pelo facto de as bibliotecas não disporem de orçamento próprio, o que em certa medida as limita nas propostas de novos serviços para os utilizadores.

Em suma, poderemos afirmar que é muito diminuta a relevância das bibliotecas académicas no panorama da internacionalização das instituições de ensino superior. Com efeito, verifica-se uma cultura institucional que as entende essencialmente como um serviço operacional sem um desígnio estratégico. Este posicionamento implica uma análise crítica, considerando as iniciativas de entidades como a UNESCO, IFLA ou da Comissão Europeia que atribuem a estes serviços de informação um papel fundamental para o desenvolvimento do Espaço Europeu de Ensino Superior, para a internacionalização do ensino superior, para a formação contínua e para a investigação. Por outro lado, os bibliotecários responsáveis entrevistados neste estudo demonstraram interesse em aprofundar o seu conhecimento acerca da internacionalização e em participar de modo ativo na estratégia das instituições de ensino superior às quais pertencem, contribuindo para incrementar a sua visibilidade a nível nacional e internacional.

## REFERÊNCIAS

AMANTE, M. J. Bibliotecas universitárias: semear hoje para colher amanhã. Anais... CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTA, 9, 2007, Ponta Delgada, Portugal, Bibliotecas e Arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação: actas. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/download/542/334>.

APBAD, G. T. B. E. S. **Recomendações para bibliotecas de ensino superior em Portugal**. Disponível em: [https://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2015/12/Recomendacoes\\_GT-BES\\_2016\\_final.pdf](https://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2015/12/Recomendacoes_GT-BES_2016_final.pdf).

BECKER, L. K. W. Internationalisation: Australian librarians and expanding roles in higher education. **Australian Academic and Research Libraries**, v. 37, n. 4, p. 200-220, 2006.

BECKER, L. K. W. Globalisation and Internationalisation: models and patterns of change for Australian academic librarians. **Australian Academic and Research Libraries**, v. 37, n. 3, p. 282-298, 2006.

BLISS, N. J. The emergence of international Librarianship as a field. **Libri**, v. 43, n. 1, p. 39-52, 1993.

BORDONARO, K., RAUCHMANN, S. Internationalization in German academic libraries: moving beyond north american perspectives. **Libraries and the Academy**, v. 15, n. 4, p. 677-697, 2015.

BROGAN, M. L. Trends in International education: new imperatives in academic librarianship. **College & Research Libraries**, v. 55, n. 3, p. 196-206, 1990.

BROWN, F. J. Universities in world-wide cultural cooperation. *In.*: M. M. Chambers (Ed.), **Universities of the world outside USA**, Washington: American Council on Education, p. 11-21, 1950.

COMISSÃO EUROPEIA. **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: O Ensino Superior Europeu no Mundo**, Bruxelas, 2013.

WIT, H. **Strategies for the internationalisation of higher education: a comparative study of Australia, Canada, Europe and the United States of America**. Amsterdam: European Association for International Education, 1995.

WIT, H. et al. **Internationalisation of higher education**. Brussels, 2015.

IFLA. **Multicultural communities**: guidelines for library services. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/library-services-to-multicultural-populations/publications/multicultural-communities-en.pdf> .

KENNEY, A. R., LI, X. **Rethinking academic libraries in the era of global universities**. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18665/sr.283378> .

KERR, C. **Higher education cannot escape history**: issues for the twenty-first century. Albany: State University of New York Press, 1994.

KNIGHT, J. International race for accreditation: starts in cross-border education. **International Higher Education**, v. 4, p. 2-3, 2005.

KUTNER, L. Think locally, act globally: understanding home institution library engagement among study-abroad students. **College & Research Libraries**, v. 70, n. 2, 2009.

LEMOS, L. O. C., MACEDO, M. C. A cooperação entre as bibliotecas do Ensino Superior em Portugal: passado, presente e perspectiva futura. **Jornadas Porbase**: novos contextos para a cooperação, v. 9, Lisboa, 2003. Disponível em: <http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/11manha/acooperacaoentrebibliotecasdoensinosuperior.pdf> .

LUCKERT, Y., CARPENTER, L. I. **The Globalized library**: American academic libraries and international students, collections, and practices. Chicago: American Library Association, 2019.

MULLER, S. Globalisation of knowledge. *In*: HANSON, K. H., MEYERSON, J. W. **International challenges to american colleges and universities**: looking ahead. Phoenix: Oryx Press, 1994.

PORTUGAL. ASSEMBLÉIA da REPÚBLICA. Lei nº 46/86. **Diário da República**: 1ª série, n. 237, 1986. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/222361>

PORTUGAL. ASSEMBLÉIA da REPÚBLICA. Lei nº 49/2005. **Diário da República**: 1ª série A, n. 166, 2005. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/245260>

PORTUGAL. ASSEMBLÉIA da REPÚBLICA. Lei nº 115/97. **Diário da República**: 1ª série A, n. 217, 1997.

SANCHES, T., COSTA, M. T. Guidelines for Higher Education Libraries in Portugal. **Liber Quarterly**, v. 27, n. 1, p. 212-231, 2017.

SARAIVA, P. C. S. **Bibliotecas físicas ou virtuais? Reengenharia de espaços, serviços e competências nas bibliotecas universitárias do século XXI.** Universidade de Évora, 2013.

SOMERVILLE, M. M. et al. At home in the world: international library staff exchange program highlights. **IFLA Journal**, v. 41, n. 4, p 326-335, 2015.

WITT, S. W., KUTNER, L., COOPER, L. Mapping academic library contributions to campus internationalization. **College & Research Libraries**, v. 76, n. 5, p. 587-608, 2015

**Recebido/ Received: 15/03/2023**

**Aceito/ Accepted: 01/04/2023**

**Publicado/ Published: 30/04/2023**

**INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL: A RESPONSABILIDADE DA DISSIMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO PELO PROFISSIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

*INNOVATION AND INTELLECTUAL PROPERTY: RESPONSIBILITY FOR INFORMATION DISSEMINATION BY INFORMATION SCIENCE PROFESSIONALS*

**Hilton Henrique Cruz Santos Pereira**

Doutorando e Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (PPGPI/UFS). Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0977-155X>. E-mail: [hilton.pereira@ifs.edu.br](mailto:hilton.pereira@ifs.edu.br)

v. 6, n. 1, jan./abr., 2023

ISSN – 2595-9778

**RESUMO**

A ciência, tecnologia e inovação são recursos de fomentação que devem estar agregadas e relacionadas, no atual cenário competitivo do novo mundo mercadológico, para uma nação assegurar um futuro econômico sustentável. Contudo, devido à grande produção de informação no mundo, as informações produzidas sobre as inovações tecnológicas devem estar protegidas pelas leis que regem o registro de Propriedade Intelectual, tão qual disponibilizadas a toda a sociedade científica e empreendedora. A Ciência da Informação (C.I.) deve acolher em seus fundamentos teóricos, metodológicos e pragmáticos o Sistema de Propriedade Intelectual na expectativa do desenvolvimento social no processo de desenvolvimento econômico do mundo, como também, a continuidade do aperfeiçoamento das novas competências do profissional bibliotecário. Desta maneira, este estudo averiguou através de pesquisa online de trabalhos científicos pertinente ao tema proposto que está na C.I. a responsabilidade da investigação do comportamento da produção informacional para o armazenamento e disseminação das informações documentais contidas em bancos de dados físicos e digitais do mundo contemporâneo.

**Palavras-chave:** propriedade intelectual; biblioteconomia; ciência da informação.

**ABSTRACT**

Science, technology and innovation are fomentation resources that must be aggregated and related, in the current competitive scenario of the new market world, for a nation to ensure a sustainable economic future. However, due to the large production of information in the world, the information produced about technological innovations must be protected by the laws that govern the registration of Intellectual Property, as well as made available to the entire scientific and entrepreneurial society. Information Science must embrace the Intellectual Property System in its theoretical, methodological and pragmatic foundations in the expectation of social development in the world's economic development process, as well as the continued improvement of the new skills of the professional librarian. In this way, this study verified through online research of scientific works relevant to the proposed theme that Information Science is responsible for investigating the behavior of informational production for the processing and dissemination of documental information contained in physical and digital databases around the world. contemporary.

**Keywords:** intellectual property; librarianship; information science.



## 1 INTRODUÇÃO

A ciência, tecnologia e inovação tecnológica são recursos de fomentação para o desenvolvimento econômico e social de um país, e devem estar agregadas e relacionadas no atual cenário competitivo mercadológico do mundo em seu processo contínuo de mudança. Desta forma, segundo o Boletim Mensal de Propriedade Intelectual (ME/INPI) somente no período de janeiro a março de 2022 foram depositados 85.260 pedidos de registro de PI no Brasil.

Paralelamente ao exposto, está na Propriedade Intelectual (PI) a garantia do pesquisador inovador o direito temporário de exploração de sua inovação, a prevenção do seu uso não autorizado da competitividade empresarial e a geração de um ambiente concorrencial em benefício do comércio no mundo (JUNGMANN, BONETTI, 2010). Diante disto, a informação se transformou em uma peça estratégica para os governos, empresas e pesquisadores, necessitando assim de um campo do saber com foco da recuperação da informação, acesso e uso das novas tecnologias (SILVA, 2021). Assim, surge a Ciência da Informação (C.I.), que Borko (1968) conceitua como a ciência que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação e os significados do processamento da informação com a finalidade da sua recuperação de forma eficiente e eficaz pelo seu usuário.

Este trabalho propõe averiguar a responsabilidade da competência da disseminação da informação pelo profissional da C.I. no que tange ao conhecimento de Inovação e PI. Este estudo é de caráter bibliográfico e exploratório com abordagem qualitativa, pautada na análise de documentos acadêmicas via *online*. A base de dados escolhida para apoiar esta pesquisa foi o Google Academico, e os descritores utilizados para a análise foram “Ciencia da Informação”, “Informação” e “Inovação”.

## 2 REFERENCIAL TEORICO

### 2.1 INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

A criatividade é o processo mental de geração de novas ideias e a invenção é coisa nova criada ou concebida no campo da ciência, da tecnologia ou das artes, assim, é a materialização de uma nova ideia e, conseqüentemente, inovação é transformar ideias em valor (JUNGMANN; BONETTI, 2010; SCHUMPETER, 2017). Assim, está na inovação científica e tecnológica a responsabilidade do desenvolvimento de novos produtos e processos tecnológicos, para que um país possa ter sucesso em seu crescimento econômico (ALENCAR; ROCHA, 2018; AUDY, 2017). Os investimentos do setor público e privado em



recursos humanos na área de ciência e pesquisa é essencial para impulsionar a inovação tecnológica e relatam que países desenvolvidos, que perceberam a importância da ciência e investem em tecnologia, são os que obtêm sucesso em seus desenvolvimentos econômico sustentável (ALENCAR; ROCHA, 2018). Como resultado de suas pesquisas, os citados autores enumeram 11 impactos na produção de conhecimento na sociedade pela ciência, conforme descrito na Quadro 1.

**Quadro 1** - Impactos na produção de conhecimento pela ciência

| TIPO           | IMPACTO  |
|----------------|--|
| CIENTÍFICO     | Quando os resultados de pesquisa incentivam o progresso do conhecimento, produzindo novos modelos e teorias e desenvolvendo áreas e disciplinas.                               |
| POLÍTICO       | Efeitos nas esferas da legislação, da jurisprudência da ética, da formulação de políticas públicas e mobilização de cidadãos.  |
| ORGANIZACIONAL | Influência na gestão de pesquisa, de empresas e instituições, na organização do trabalho e dos recursos humanos  |
| SIMBÓLICO      | Ganhos de credibilidade das empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento, ou se associam a pesquisadores em projetos de interesse mútuo.                                |
| SOCIAL         | Relacionado com os resultados de pesquisa que melhoram o bem-estar social e a qualidade de vida das pessoas, ou mudam antigas concepções e discursos da população.             |
| EDUCACIONAL    | Criação de novos programas curriculares e ferramentas pedagógicas nas universidades e o ganho de competência dos alunos ao fazer pesquisa ou responder as demandas do mercado. |
| TECNOLÓGICO    | Inovações em produtos, serviços e processos. Desenvolvimento de competências técnicas.   |
| ECONÔMICO      | Aqueles que geram riqueza, como a comercialização de inovações, o retorno do investimento em profissionais capacitados ou o desenvolvimento de novos mercados.                 |
| SAÚDE          | Efeito das pesquisas sobre o aumento da expectativa de vida das pessoas, na prevenção e tratamento de doenças, ou na redução de custos no sistema de saúde.                    |
| CULTURAL       | Transformação nas habilidades e nas atitudes dos indivíduos geradas pela maior compreensão dos fenômenos da natureza e pelo uso de novas tecnologias.                          |
| AMBIENTAL      | Ligado as pesquisas sobre a conservação da biodiversidade e o controle da poluição, além da compreensão dos fenômenos climáticos.  |

Fonte: Alencar e Rocha (2018)

Está na PI a garantia do pesquisador inovador o uso de exploração temporária de sua inovação, como também, a prevenção do seu uso não autorizado, da competitividade empresarial e a geração de um ambiente concorrencial em benefício do comércio no mundo (SANTA'ANNA, 2017). A PI é protegida no âmbito nacional pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual do Brasil (INPI) e é ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e no âmbito internacional pela OMPI, sua utilidade em passado recente e, agora, no presente é de fundamental importância para que futuramente todos os cidadãos inovadores possuam o direito a suas inovações (OMPI, 2018).

A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, assegura o crédito do trabalho e a remuneração pela criatividade do inventor com uma garantia de ciclo ininterrupto, pois, a proteção desses direitos é indispensável para o estabelecimento de um ciclo virtuoso favorecendo a criatividade humana e geração de riqueza para a sociedade (INPI, 2022). O direito à PI se encontra na Constituição Brasileira de 5 de outubro de 1988, no seu artigo 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece, em seu inciso XXIX o direito à proteção das criações intelectuais, dando assim o direito do cidadão brasileiro a liberdade de criar e proteger sua pesquisa, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Processo legal na produção intelectual



Fonte: Elaborado pelo autor

Desta forma, segundo o ME/INPI, somente no período de janeiro a março de 2022 foram depositados 85.260 pedidos de registro de PI no Brasil (INPI, 2022). A vista disto, deve se ter preocupações da importância da disseminação da informação, sobre a produção do conhecimento de Inovação em relação a PI, pelos profissionais da C.I. perante as suas comunidades dos seus centros de informação (SOUZA *et. al.*, 2016).

A C.I. deve acolher em seus fundamentos teóricos, metodológicos e pragmáticos o Sistema de Propriedade Industrial á expectativa do desenvolvimento social no processo de desenvolvimento econômico do mundo (COELHO; DINIZ; OLIVEIRA, 2021). Deve se saber que o documento de registro de PI é de importante fonte de informação, mas por apresentarem característica próprias e diferentes de documentos técnico-científicos, o profissional da informação deve ter cuidados ao estruturar metodologias de busca e pesquisa sobre PI em seus variados suportes documentais, tendo que considerar que para tratar desse conhecimento é exigido habilidades específicas para sua recuperação pois se encontram nas camadas mais profundas da internet (COELHO, DINIZ, OLIVEIRA, 2021). Assim, vocabulários tecnológicos controlados da Classificação Internacional de Patentes (CIP) e da Classificação Cooperativa de Patentes (CCP) necessitam de estratégias de busca eficazes e eficientes diante da necessidade de informação de seus usuários nas bibliotecas como busca de anterioridade, por estado da técnica, de validade, por liberdade, de operação, autorização, violação, atividade tecnológica e buscas gerais (COELHO, DINIZ, OLIVEIRA, 2021).

## 2.2 CIENCIA DA INFORMAÇÃO

A C. I. surgiu com a explosão informacional pós-segunda Guerra Mundial, sendo o armazenamento e difusão da informação um fator importante para o desenvolvimento das inovações tecnológicas da época (PALETTA, MALHEIRO, 2018; SILVA, 2021). Foi impulsionada por três fatores: o desenvolvimento exponencial de experimentos e conhecimentos científicos; profissionalização científica e tecnológica e a aplicação de recursos e atividades de pesquisa em programas sociais (SIQUEIRA, 2010). Através da sociedade da informação, a importância da informação se transformou em uma peça estratégica para os governos, necessitando assim de um campo do saber com foco da recuperação de dados, acesso e uso das novas tecnologias (ORMAY, 2018; SILVA, 2021). Desta forma, segundo Borko (1968) a C. I. investiga as propriedades e os comportamentos informacionais, as forças que governam os fluxos de informação e os significados do processamento da informação com a finalidade da sua recuperação de forma eficiente e eficaz pelo seu usuário, tendo cuidado com os conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação.

## 2.3 COMPETENCIA DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

O mundo contemporâneo com as transformações advindas pós-sociedade industrial, conhecida também como a “sociedade da informação”, que desde a década de 1990, com as novas frentes de trabalho envolvendo a ruptura do desenvolvimento informa-

cional, à inserção de tecnologias da informação e comunicação na competência do fazer profissional do bibliotecário alteraram e motivaram novas medidas empreendedoras na área da C.I. (SPUDEIT *et al.*, 2019). Assim, estas mudanças impactaram nas competências no campo de trabalho do profissional bibliotecário na sua atuação sobre as novas atividades ligadas à inteligência competitiva, gestão de projetos, comércio eletrônico, gestão de dados, arquitetura da informação, mapeamento de fontes especializadas para pesquisadores, advogados, médicos (ZUCCARI, BELLUZZO, 2016; SPUDEIT *et al.*, 2019).

Os referidos autores relatam que estas mudanças fizeram que os bibliotecários visionários, embora poucos, adotassem novas posturas de trabalho e apontam que o conhecimento de novos recursos e tecnologias de informação e comunicação podem ser melhorados para a inovação de novos serviços diferenciados para atender demandas específicas. As autoras Spudeit *et al.* (2019) indicam que as competências profissionais são aprimoradas durante a carreira profissional e são envolvidas com a formação e o meio e que se trabalha e constante aperfeiçoamento. Explicam ao relacionar as práticas profissionais com as demandas do mercado a importância de considerar as competências do conhecimento, habilidade e atitude no processo de formação do bibliotecário. Desta forma elaboraram um Mapa de Competências Empreendedoras para Bibliotecários, onde em suas contribuições principais estão as competências de Conhecimento, Habilidade e Atitude, conforme ilustrado na Figura 2 e 3.

**Figura 2** - Competência Profissional do Bibliotecário



**Fonte:** Spudeit *et al* (2019)

**Figura 3** - Conhecimento, Habilidade e Atitude

|                           |  |
|---------------------------|--|
| CONHECIMENTO              | Conhecer as normas e técnicas de padronização de trabalhos (ABNT), Conhecer as fontes de informação, conhecer técnicas de pesquisa, interpretar e comunicar a informação, conhecer técnicas de atendimento, conhecer os serviços informacionais, Conhecer técnicas gerenciais, entre outros.   |
| HABILIDADES(SA-BER-FAZER) | Saber utilizar os recursos disponíveis, Utilizar-se dos saberes para resolver problemas, Saber acessar as fontes de informação, Produzir serviços e produtos, Ser capaz de aprender, Saber se comunicar, Ser capaz de dominar as técnicas de gestão, Saber organizar a informação, Saber agregar valor à informação, Saber negociar, Ser comprometido, Ser criativo, Pesquisar tendências, Identificar novos nichos, Conduzir equipe, Identificar demandas e oportunidades, entre outros |
| ATITUDES                  | Ter responsabilidade, Ter senso crítico, Incentivar o trabalho em equipe, Ser ético, Buscar associações e alianças, Entender a demanda e ter proatividade para fazer acontecer, Se antecipar às necessidades, entre outros.  |

Fonte: Spudeit *et al.* (2019)

Desta forma, compreende-se que o processo de desenvolvimento da competência em informação envolve um conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes correlacionadas, um transformador transdisciplinar contínuo de um indivíduo em relação a atividade que exerce em uma empresa, segundo Vitorino e Piantola (2020), que ainda enfatizou:

E, ao se configurar como transdisciplinar, essa competência não está presa a fronteiras e precisa desenvolver indivíduos que saibam determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação como suporte a um processo inteligente de decisão. É necessário que os profissionais conheçam o mundo da informação e sejam capazes de identificar e manusear fontes potenciais de informação de forma efetiva e eficaz; avaliem criticamente a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos; usem e comuniquem a informação, com um propósito específico, individualmente ou como membro de um grupo, gerando novas informações e criando novas necessidades informacionais; considerem as implicações de suas ações e dos conhecimentos gerados, observando aspectos éticos, políticos, sociais e econômicos; sejam aprendizes independentes; e aprendam ao longo da vida (VITORINO, PIANTOLA, p. 174, 2020).

Diante disto a inovação gerada das universidades são fonte de desenvolvimento científico e tecnológico e não devem ser esquecidos e inexplorados, isto é, não divulgados ou apenas apresentadas como estáticas de depósito de registro em bases de patentes para sua comunidade acadêmica e externa. O bibliotecário deve ser capaz de ter conhecimento sobre a PI e destreza ao disseminar estas informações e conhecimento a seus usuários da informação, para que as pesquisas geradas nas universidades possam precaver problemas e resolver as demandas geradas pelo mercado (CARVALHO; QUEIROZ, 2019).

Desta forma, em relação a Inteligência Competitiva Organizacional (ICO) e PI, é o bibliotecário capacitado e sempre atualizado, com as inovações tecnológicas de comunicação e informação, que deve ter a postura de mediador e através de treinamentos,

palestras sobre temas emergentes, elaboração de manuais e cartilhas sobre inovação e empreendedorismo agregando, assim, valores à informações demandadas, ampliando assim o horizonte da pesquisa a seus usuários da informação (CARVALHO, QUEIROZ, 2019).

### **3 CONCLUSÃO**

Portanto, para que a ciência, tecnologia e inovação se consolidem como recursos importantes na construção social e econômica de uma nação é necessário que estejam bem estruturadas em bancos de dados de pesquisas, para que a informação possa ser recuperada, como também, protegidas através dos seus registros de PI.

Assim, no atual mercado econômico competitivo e dinâmico, o mundo contemporâneo se tornou uma sociedade de transformações constante nas áreas sociais, políticas, econômicas, entre outras, onde as inovações tecnológicas não param de serem produzidas e disponibilizadas para o mundo globalizado. Desta forma, as nações que investem nesse sentido conseguem se sobressair em suas economias de mercados, onde por meio de políticas de desenvolvimento voltadas a pesquisa e desenvolvimento centralizam capitais externos e internos de seu país.

Contudo, para terem segurança, a PI é a garantia da exploração da inovação tecnológica e, como mediador, prevê ações contra o seu uso não autorizado, da competitividade empresarial e a geração de um ambiente concorrencial em benefício do comércio no mundo, regulando assim a competitividade no atual cenário competitivo do novo mundo mercadológico em seu processo contínuo de mudança. A C.I., como mediador e guardião da informação, tem o objetivo de estudar e organizar estas informações de forma estruturada para que possam ser recuperadas por seus usuários da informação com o intuito de gerarem conhecimento sobre o tema pesquisado.

E os primeiros passos a serem dados, para que esta busca informacional funcione de maneira eficiente e eficaz, são dos profissionais da C.I. que precisam estar habilitados a entender este fluxo contínuo de informações e se manter atualizados com as novas tecnologias de comunicação, como também, nas novas competências organizacionais do novo mundo mercadológico em seu contínuo processo de desenvolvimento econômico.



## REFERÊNCIA

ALENCAR, M. S.; ROCHA, R. B. Os desafios da inovação tecnológica. **Revista de tecnologia da informação e comunicação**, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Os-Desafios-da-Inova%C3%A7%C3%A3o-Tecnol%C3%B3gica-Alencar-Rocha/4664576577d0656e03c59faab4ab92a58ed04f89>. Acesso em 01 mar. 2023.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, p. 75-87, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/rtKFhmw4MF-6TPm7wH9HSFK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**: Lei da Propriedade Industrial: regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [t.ly/vKBM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1996/leis_9279.htm). Acesso em: 01 mar. 2023.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 01 mar. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 03 mar. 2023.

CARVALHO, G. M. A. C. de; QUEIROZ, L. D. dos S. Inteligência competitiva como competência do bibliotecário: gestão da propriedade intelectual nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Febab, 2019. Disponível em: <https://anaiscbbd.emnuvens.com.br/cbbd2019/article/view/2076>. Acesso em: 01 mar. 2023

COELHO, M. de F. P.; DINIZ, J. A. C.; OLIVEIRA, D. A. O sistema de propriedade industrial e sua abordagem na Ciência da Informação e Biblioteconomia. **Ciência da Informação Express**, [S.l.], v. 2, n. 19, jun. 2021. Disponível em: [t.ly/W8CT](https://www.scielo.br/w8ct). Acesso em: 03 mar. 2023.

JUNGMANN, D. de M.; BONETTI, E. A. **Proteção da criatividade e inovação**: entendendo a propriedade intelectual: guia para jornalistas. Brasília: IEL, 2010. Disponível em: [https://www.gov.br/inpi/pt-br/composicao/arquivos/guia\\_jornalista\\_iel-senai-e-inpi.pdf](https://www.gov.br/inpi/pt-br/composicao/arquivos/guia_jornalista_iel-senai-e-inpi.pdf). Acesso em: 03 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Boletim mensal de propriedade industrial**: estatísticas preliminares. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Rio de Janeiro. RJ: INPI, 2022. Disponível em: <https://www.inpi.gov.br/boletim-mensal-de-propriedade-industrial>.

gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas/arquivos/publicacoes/boletim-mensal-de-propriedade-industrial-marco-de-2022.pdf. Acesso em: 03 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - OMPI. **A promoção do acesso às tecnologias médicas e à inovação:** intersecções entre a saúde pública, a propriedade intelectual e o comércio Curso da OMS, da OMPI, e da OMC, de 10 horas em linha. OMPI: 2018. Disponível em: <https://welc.wipo.int/acc/index.jsf?page=courseCatalog.xhtml&lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2023.

ORMAY, L. **Propriedade intelectual e renda no capital-informação.** 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/976>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PALETTA, F. C.; SILVA, A. M. da. **Série tecnologia e organização da informação: contribuições para a Ciência da Informação.** São Paulo: Editora Blucher, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/135890> Acesso em: 03 mar. 2023.

SANTA 'ANNA, C. B. de. **A importância da gestão no uso das marcas, como estratégia de empresas de pequeno e médio porte:** estudo de caso em uma organização de Belo Horizonte - MG. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ARLJ7M>. Acesso em: 03 mar. 2023.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, p. 52-66, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/JLDst4yxd9zVJvCTvmzS4wv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2023

SILVA, N. R. Ciência da Informação: considerações históricas e sua origem. **Ciência da Informação Express**, [S. l.], v. 2, n. 5, maio, 2021. Disponível em: <https://www.cienciadainformacaoexpress.com/post/ci%C3%Aancia-da-informa%C3%A7%C3%A3o-considera%C3%A7%C3%B5es-hist%C3%B3ricas-e-sua-origem>. Acesso em: 03 mar. 2023.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Cf1QDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT17&dq=Capitalismo,+socialismo+e+democracia&ots=S2RuHlARkv&sig=6QqUITdNWWh-1nh84BwTHcaUs4zo#v=onepage&q=Capitalismo%20socialismo%20e%20democracia&f=false>. Acesso em: 03 mar. 2023.

SPUDEIT, D. Empresas criadas por bibliotecários no Brasil: uma análise em relação ao perfil e ramos de atuação. **REVISTA ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis/SC, v. 21, n. 3, p. 676-696, ago./nov. 2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1209/pdf> Acesso em: 3 mar. 2022.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/212553>. Acesso em: 03 mar. 2023.

ZUCCARI, P.; BELLUZZO, R. C. B. A competência em informação e o perfil empreendedor no âmbito das organizações. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, p. 61-71, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5329351>. Acesso em: 03 mar. 2023.

**Recebido/ Received: 13/03/2023**  
**Aceito/ Accepted: 20/04/2023**  
**Publicado/ Published: 30/04/2023**

**“PAI, AFASTA DE MIM ESSE CÁLICE”: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA BAHIA À LUZ DOS ARQUIVOS DA DITADURA**

*“FATHER, PUT ME OFF THAT CHALICE”: THE TRANSITIONAL JUSTICE IN BAHIA IN THE LIGHT OF THE DICTATORSHIP FILES*

**Leandro Coutinho Silva**

Doutorando, Mestre em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA) e Bacharel em Arquivologia pela UFBA. Membro do Grupo de Pesquisa G-ACERVOS/PPGCI/UFBA/CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7317-308X>. E-mail: [leandrocoutinhosilva@gmail.com](mailto:leandrocoutinhosilva@gmail.com).

**Zeny Duarte**

Professora Doutora Titular do Instituto de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa G-ACERVOS/PPGCI/UFBA/CNPq. Pesquisadora do CITCEM/U.PORTO. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905> E-mail: [zenydu@gmail.com](mailto:zenydu@gmail.com)

**Diego Rabelo Nonato**

Museólogo e mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8782-4472> E-mail: [diego\\_rabelo@yahoo.com.br](mailto:diego_rabelo@yahoo.com.br)

**Eduardo Roberto Jordão Knack**

Professor Doutor do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7261-7750> E-mail: [eduardorjk@yahoo.com.br](mailto:eduardorjk@yahoo.com.br)

61

**RESUMO**

Esta pesquisa busca investigar como vem se estruturando a justiça de transição na Bahia a partir da abertura dos registros informacionais produzidos durante o período da ditadura militar (1964-1985). Apresenta como esse regime, excessivamente burocratizado, produziu uma grande massa documental. Os documentos de arquivo, sobretudo em momentos de transição de regimes autoritários para democracias, acabam sendo disputados por setores antagônicos da sociedade, uma vez que eles registram as violações aos direitos humanos cometidas pelos agentes do Estado, bem como contribuem à rememoração do passado. Aborda o conceito de arquivos de direitos humanos, apontando que essa classificação não está relacionada à temática desses registros, mas ao seu valor secundário, na medida em que comprovam as referidas violações, bem como contribuem para a defesa dos direitos humanos. Sobre os procedimentos metodológicos, essa pesquisa, possui enfoque descritivo e abordagem qualitativa, utilizando como procedimento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica. Conclui-se afirmando que grande parte dos arquivos produzidos nesse período na Bahia, sobretudo pelos órgãos de repressão da ditadura, ainda se encontra inacessível à sociedade, dificultando, apesar dos avanços nos últimos anos, a consolidação da justiça de transição no estado.

**Palavras-Chave:** justiça de transição; ditadura militar; arquivos da ditadura; Bahia; direitos humanos.

## ABSTRACT

This research seeks to investigate how transitional justice has been structured in Bahia since the opening of the information records produced during the period of the military dictatorship (1964-1985). It shows how this regime, excessively bureaucratic, produced a great mass of documentary. Archival documents, especially at times of transition from authoritarian regimes to democracies, end up being disputed by antagonistic sectors of society, since they record the human rights violations committed by state agents, as well as contribute to the remembrance of the past. It addresses the concept of human rights archives, pointing out that this classification is not related to the subject matter of these records, but to their secondary value, insofar as they prove such violations, as well as contribute to the defense of human rights. Regarding methodological procedures, this research has a descriptive approach and a qualitative approach, using bibliographical research as a data collection procedure. It is concluded that a great part of the archives produced during this period in Bahia, especially by the repressive organs of the dictatorship, is still inaccessible to society, making it difficult, despite advances in recent years, to consolidate transitional justice in the state.

**Keywords:** transitional justice; military dictatorship; archives of the dictatorship; Bahia; human rights.

## 1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira (1964-1985), fruto de um golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas, com apoio de parte da sociedade civil e do governo estadunidense, representou o engessamento de um processo de democratização iniciado a partir da Constituinte de 1946.

Foram 21 anos de cerceamento das liberdades individuais e violações aos direitos humanos. Segundo Brasil (2007), em nome da manutenção da ordem nacional, bem como com o objetivo de inviabilizar a ameaça comunista, os militares promoveram no Brasil uma verdadeira caça aos que de alguma forma questionassem a lógica militar.

Esse período marcou profundamente a sociedade e as instituições brasileiras. Até hoje, quase quatro décadas após o seu término, ainda é possível identificar, a exemplo da nossa atual concepção de segurança pública militarizada, resquícios do autoritarismo e das violações aos direitos humanos, potencializados nesse período, no país.

Na Bahia não foi diferente. Desde os primeiros dias após a deflagração do golpe, algumas instituições, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, foram invadidas e tiveram suas atividades interrompidas e parte da sua comunidade reprimida.

Nesse sentido, antes mesmo do término desse período, os militares – compreendendo que os regimes de exceção produzem uma grande massa documental, sobretudo visando à manutenção da política de repressão – se debruçaram no sentido de dificultar, quando não inviabilizar, a abertura plena desses registros informacionais.

Ou, em outras palavras, promoveram o silenciamento de muitas dessas memórias materializadas através dos documentos de arquivo, por mais que muitas delas, como aponta Fico (2008), já tenham sido abertas à sociedade, a exemplo do acervo do Sistema Nacional de Informações – órgão estratégico para os militares durante a ditadura.

O objetivo desta pesquisa é investigar como vem se estruturando a justiça de transição na Bahia a partir da abertura dos arquivos do supracitado período. Essa justiça, grosso modo, representa o esforço no sentido de superar os resquícios autoritários nas instituições e na sociedade, bem como contribuir para a consolidação da democracia no país.

No tocante à metodologia utilizada, essa pesquisa – que possui enfoque descritivo e abordagem qualitativa – utiliza como procedimento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica.

Este artigo está dividido em cinco partes. A primeira é a introdução; na segunda, abordou-se a ditadura militar; a justiça de transição brasileira foi descrita na terceira parte; a quarta é dedicada aos arquivos da ditadura; a seção 4.1 trata do acervo do DOPS-Bahia; na quinta, foi abordado o conceito de arquivos de direitos humanos; enquanto as conclusões foram apresentadas na sexta e última parte.

## **2 A DITADURA MILITAR**

A história Republicana do Brasil é marcada por rupturas democráticas e intervenções militares que remontam ao momento de transição entre o Império e a República, por isso é possível afirmar que a presença dos militares no cenário político do século XX é marcante. “Na década de 1940, oficiais do Exército estabeleceram os embasamentos teóricos que seriam utilizados para fundamentar o golpe cívico-militar de 1964” (MISSIATO, 2019, p. 158).

Grande parte dos golpes contra nossa democracia é fruto da intervenção das Forças Armadas no cenário político nacional. Sobre isso, a Arquidiocese de São Paulo (1985, p. 53) afirma que:

Quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando seqüência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história. Ainda antes da Proclamação da República e durante a época escravista registravam-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares.

Importante lembrar, que as Forças Armadas mundo afora podem cumprir um papel de elemento estatal de coesão como vemos em diversos países. Por isso, a disputa



de influência geopolítica incide diretamente no meio militar onde o intervencionismo estrangeiro encontra o melhor terreno fértil para influenciar.

Assim é possível perceber como as Forças Armadas – independente do período histórico – são decisivas em momentos de ruptura democrática e no Brasil consolidaram durante o século XX um modelo interventor nos rumos do cenário político. Essas instituições comportam-se, na prática, como organismos independentes dos Poderes Constituídos e do Ministério Público.

Nos anos sessenta, mesmo reconhecendo as peculiaridades daquela quadra histórica, não foi diferente. Os militares, praticamente sem nenhum tipo de resistência do então presidente, João Belchior Marques Goulart, popularmente conhecido como Jango, assim como do conjunto das esquerdas, deram início a uma ditadura que durou 21 anos.

Alicerçados à Doutrina de Segurança Nacional, o Exército, contando com o apoio de uma parcela significativa da sociedade civil e, também, com o apoio dos EUA, derrubou o fragilizado governo João Goulart, acusado de conspirar a favor de um levante comunista no país (MISSIATO, 2019, p. 159).

Compreender a conjuntura internacional daquele momento nos ajuda a entender as movimentações que culminaram na deposição de Jango. O governo estadunidense, preocupado com a ascensão das esquerdas e a emergência de governos nacionalistas na América Latina, “que poderiam prejudicar os EUA em benefício do bem-estar de sua população” (PADRÓS, 2008, p. 148), bem como pelo crescimento da influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas pelo mundo, via com certa preocupação o discurso progressista do até então presidente (PADRÓS, 2008; MISSIATO, 2019).

Jango, diferente do que sua oposição liderada pela União Democrática Nacional argumentava, não era comunista, muito menos pretendia implementar este regime no Brasil, como sinaliza Motta (2014). Oriundo de família latifundiária, ele acreditava que o Estado brasileiro deveria ser o agente mediador das desigualdades no país.

Esse debate ganha contornos absolutamente contemporâneos quando assistimos na política nacional uma espécie de remontagem de um Macarthismo tardio, que remonta acusações de quase quarenta anos atrás.

O Brasil durante o pré-golpe de 1964 viveu um período de crescimento econômico com distribuição de renda. O discurso de Jango, sensível às demandas populares, radicalizado a partir do seu rompimento com o Partido Social Democrático, no final de 1963, ajudou a acirrar a polarização política no país.

O golpe de 1964 representou, em outras palavras, uma resposta da elite brasileira, assim como do governo estadunidense, no sentido de promover uma nova etapa de

acumulação de capital. Os setores hegemônicos no país, a exemplo das burguesias agrária, industrial e financeira, bem como a quase totalidade dos meios de comunicação, viam com certa preocupação a ideia de um Estado nacional desenvolvimentista oferecedor de direitos.

Por isso torna-se um equívoco histórico desconsiderar o apoio de parte da sociedade civil ao golpe e a ditadura em si, por mais que os protagonistas nesse período tenham sido, na prática, os militares, como afirma Fico (2004, p. 52):

Se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. As sucessivas crises do período foram resolvidas manu militari e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime.

Esses setores, que anos antes construíram uma campanha com o objetivo de desestabilizar o governo de Getúlio Vargas, até pouco antes do seu suicídio, em 1954, enxergavam no discurso de João Goulart a possibilidade da consolidação dessa concepção de Estado alinhada aos interesses dos setores populares.

Nesse sentido, o jogo democrático, como tradicionalmente acontece na história recente do Brasil, foi mais uma vez quebrado em 1964. Os avanços que a sociedade passava até o golpe foram congelados em nome de um projeto de poder antidemocrático e alinhado aos interesses dos mais ricos.

A política econômica dos governos militares ajuda a entender o quão contraditório foi esse período. Se por um lado os militares, muito por influência da política de industrialização e da abertura da economia ao capital internacional, promoveram o crescimento dos índices do Produto Interno Bruto, por outro, esse crescimento não veio acompanhado de distribuição de renda.

O regime militar, alinhado aos interesses da elite e do governo estadunidense, pouco sensível às demandas populares, potencializou a concentração de renda no país, sobretudo em relação às camadas mais instruídas. A questão social, problema histórico e estrutural do Brasil, em linhas gerais, foi praticamente desconsiderada durante os 21 anos de ditadura.

Por outro lado, o Estado brasileiro institucionalizou, a partir de 1964, a tortura e todo tipo de violação aos direitos humanos contra seus opositores, baseados em uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que justificou o terrorismo de estado, que “é um terrorismo em grande escala, dirigido a partir do centro do poder estatal, dentro ou fora de suas fronteiras” (PADRÓS, 2008, p. 153). Os governos militares – por mais que tenham

se preocupado com a opinião pública internacional, haja vista que durante esse período o Brasil assinou um conjunto de tratados internacionais de respeito aos direitos humanos – foram responsáveis por uma série de mortes e desaparecimentos políticos, como aponta Gaspari (2003).

Cabe salientar, contudo, que não foram apenas os militantes de esquerda que sofreram repressão durante esse período. Pessoas comuns, sem nenhum tipo de ligação com organizações que construíam a resistência, a exemplo de muitos camponeses e professores universitários, também foram reprimidos e tiveram suas liberdades cerceadas.

Porém a política de repressão atuou sobretudo no sentido de desbaratar as organizações de esquerda. Sejam as que defendiam o acúmulo de forças a partir da luta institucional, sejam as que defendiam o caminho da ruptura através da luta armada, muitas dessas organizações, sobretudo a partir da edição do Ato Institucional número 5 (AI-5), foram praticamente dizimadas do cenário político brasileiro.

Como os regimes de exceção são essencialmente burocratizados – sobretudo na perspectiva da manutenção da política de repressão – o Estado brasileiro durante o regime ditatorial produziu uma grande massa documental. Esses registros representam os testemunhos ou as provas das violações de direitos humanos promovidas pelos agentes do Estado.

O término da ditadura brasileira, segundo Safatle (2010) foi fruto de um pacto entre os dirigentes das Forças Armadas e parte da sociedade civil. Esse pacto envolveu, além de uma política de esquecimento em relação às duas décadas de autoritarismo e de violações, uma justiça de transição conciliadora – responsável, em grande medida, pela manutenção da influência dos militares nas instituições brasileiras.

O golpe de 1964, apesar do expressivo apoio da burguesia e da classe média por ela instrumentalizada, foi o resultado de uma série de fatores que, somados a nossa tradição intervencionista, permitiu o engessamento da democracia brasileira por mais de duas décadas, como explicita Fico (2004, p. 60):

As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos.

O Brasil historicamente tem dificuldade em reconhecer e prestar contas com seu passado. Se não superamos as amarradas do escravismo, formalmente extinto em 1888

com a assinatura da Lei Áurea, como é possível afirmar que os resquícios da ditadura – encerrada há menos de quarenta anos – foram definitivamente superados?

### **3 A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA**

A justiça de transição<sup>1</sup> no Brasil começou antes mesmo do fim da ditadura, a partir da promulgação da Lei de Anistia, em 1979. Nesse momento, o regime já não tinha mais a força política e social que nos anos sessenta, levando os militares ao seu enfraquecimento e a saída, ao menos que formalmente, do cenário político nacional.

Essa transição, assim como quase todos os processos semelhantes da nossa história, como aponta Motta (2014), se deu de forma antidemocrática e pactuada. Era preciso, do ponto de vista dos militares – sobretudo porque eles promoveram uma série de crimes contra a humanidade – que essa passagem ocorresse de uma forma em que no futuro não se questionasse tais violações.

Além disso, era preciso que as Forças Armadas continuassem a exercer influência na sociedade e nas instituições. Um exemplo disso é a Constituição Federal de 1988 que, apesar dos avanços, manteve muitos elementos autoritários no ordenamento jurídico brasileiro.

O atual Código Penal Militar, datado ainda de 1969, ou seja, logo depois da edição do AI-5, é o reflexo de uma justiça de transição que, na prática, foi pensada não para romper com as amarras do autoritarismo, mas, sim, para manter os privilégios dos que nesse período cometeram crimes de toda ordem.

A ditadura brasileira – além de ter sido uma das mais longas da América Latina – também foi uma das que teve uma justiça de transição das mais lentas e conciliadoras. Países como o Chile e a Argentina, por exemplo, anos depois de encerradas suas ditaduras, já se debruçaram no sentido de promover os direitos a memória, verdade, justiça e reparação acerca desse período.

O Nunca Mais, muito reproduzido no Brasil quando se fala de ditadura, é o nome do relatório produzido pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas da Argentina – colegiado criado em 1983 com o objetivo de rememorar o passado daquele país no tocante a sua ditadura militar, ocorrida de 1966 a 1973.

<sup>1</sup> Sobre isso, Santos (2014, p. 03) afirma que: “justiça de transição, também denominada de justiça transicional ou reparadora, corresponde ao momento de passagem de um regime ditatorial a um regime democrático, marcado pela reparação dos abusos cometidos contra os direitos humanos, bem como pelo restabelecimento do Estado de Direito. É, em outras palavras, a transição política decorrente da transformação de um regime autoritário ou repressivo em um regime democrático ou eleito, ou a alteração de um período de conflito para a paz ou estabilidade”.

Refletir sobre as experiências de justiça de transição no continente ajuda a entender como o Brasil, segundo Motta (2014), tem dificuldade em lidar com seu passado, sobretudo no sentido de reconhecer seus erros. O que em outros países acontece em pouco tempo, no Brasil demora anos, quando não décadas, para se concretizar.

O fato de não termos punido praticamente nenhum agente do Estado brasileiro envolvido com crimes cometidos durante a ditadura explica, em alguma medida, dentre outros fatores, porque hoje naturalizamos discursos e práticas que antagonizam a luta por direitos humanos.

A auto-anistia promovida pelos militares, materializada através da inconstitucional Lei de Anistia, que absorveu tanto os que resistiam ao regime quanto os agentes da repressão, foi o dispositivo utilizado para inviabilizar qualquer possibilidade de punição aos verdadeiros torturadores e assassinos da ditadura, salienta Safatle (2010).

Desde o fim do regime, a sociedade civil organizada vem se articulando no sentido de cobrar do Poder Judiciário uma releitura da supracitada lei. Em 2010 a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153, em que questionava a abrangência dessa lei, bem como pedia que a anistia não se estendesse aos agentes do Estado.

Por sete votos a dois os ministros da Suprema Corte brasileira, possivelmente temendo uma reação das Forças Armadas, assim como de setores que se colocaram em apoio às violações de direitos humanos cometidas pelos militares, optaram por arquivar a ação proposta pela OAB.

Em outras palavras, a Lei de Anistia<sup>2</sup> representou uma sinalização dos militares – exatamente no momento em que o regime perdia força e a abertura se aproximava – no sentido de dar início a uma suposta reconciliação nacional, bem como promover o esquecimento de tudo o que se passou naquele período.

Um elemento pouco estudado pela historiografia brasileira e que ajuda a entender como se deu estruturalmente a abertura política que desembocou no fim do regime foram as disputas no interior das Forças Armadas. Havia setores que acreditavam que o regime estava se esgotando e que era preciso promover uma abertura pactuada com a sociedade

<sup>2</sup> Sobre essa lei, Safatle (2010, p. 243-244) comenta que: “Às vezes, perdemos a capacidade de enxergar o caráter absurdo de exceção que sela o destino do nosso país. Como se não bastasse o fato do Brasil ser o único país da América Latina onde a Lei de Anistia vale para acobertar crimes contra a humanidade, como o terrorismo de Estado, a tortura e a ocultação de cadáveres, o único país onde as Forças Armadas não fizeram um mea-culpa sobre o regime militar, onde os corpos de desaparecidos ainda não foram identificados porque o Exército teima em não dar tais informações, descobrimos que, caso a anistia contra tais carrascos seja suspensa, ministros do STF estariam dispostos a condenar também militantes da luta armada contra o regime militar por assassinato e tortura”.

civil; já outros, defendiam – além do endurecimento do regime – a sua continuidade. Sobre essas tensões, Cunha (2010, p. 31) afirma que:

As fissuras entre as facções militares já não conseguiam ocultar episódios significativos que escudavam a erosão do regime, como a morte de Vladimir Herzog, seguida do assassinato de Manoel Fiel Filho, fato último que resultou na demissão do general Ednardo D'Ávila Mello da chefia do II Exército; e, não muito distante no tempo, o posterior tragicômico inquérito sobre as explosões do Riocentro.

A partir daí é possível perceber como essas disputas não só retardaram a abertura política como, também, acabaram por influenciar a justiça de transição que, desde o final do regime, vigora no país. A ditadura brasileira modificou profundamente a estrutura do Estado e da sociedade – exemplo disso é a concepção de segurança pública atual que, na prática, ainda segue uma lógica militarizada estruturada nesse período.

Por mais que tenham ocorrido algumas ações no sentido de aprofundar a justiça de transição no Brasil, a exemplo da criação da Comissão de Anistia, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e as Comissões da Verdade, estamos longe de superarmos os resquícios do período ditatorial e termos uma democracia, de fato, consolidada.

#### **4 OS ARQUIVOS DA DITADURA**

Os regimes de exceção são normalmente burocratizados. É preciso registrar as ações do Estado autoritário para, sobretudo na perspectiva da manutenção da política de repressão, ainda mais em tempos onde as tecnologias da informação não eram tão avançadas, garantir a continuidade do projeto de poder e, ao mesmo tempo, enfraquecer a oposição, como aponta Weichert (2008).

Todos os órgãos de repressão da ditadura, a exemplo dos Departamentos da Ordem Política e Social (DOPS), além de produzirem muitos registros, se organizavam a partir de uma rede – envolvendo outros órgãos públicos pelo Brasil, bem como através do diálogo com as ditaduras de outros países da América Latina – no sentido de facilitar a troca de informações referentes à repressão.

Essa articulação internacional, denominada de Operação Condor, que envolveu os governos do Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia e Argentina, além do Brasil, tinha como objetivo interligar a política de repressão entre esses países, sobretudo para enfraquecer as organizações que construíam a resistência às ditaduras. O governo brasileiro teve, compreendendo a importância geopolítica do país na América Latina, destacada atuação na articulação dessa operação. Segundo Safatle (2010, p. 241), “há farta documentação internacional a respeito da participação do governo brasileiro na montagem da Operação



Condor, aparato responsável pelo assassinato de opositores aos regimes militares sul-americanos”.

As Forças Armadas foram construindo a concepção do seu projeto de poder só depois da deflagração do golpe de 1964, ou seja, nos anos iniciais da ditadura. Porém, no tocante ao término desse período, a abertura política demonstrou que ele foi estrategicamente construído. Era preciso abrir o regime, uma vez que o mesmo – sobretudo a partir da metade da década de setenta, muito por influência do desgaste oriundo da crise econômica e do retorno das manifestações de rua – começava a perder força. Contudo essa abertura tinha que ser construída de uma forma em que os militares não ficassem marcados negativamente no pós-ditadura.

Os arquivos produzidos pelo Estado brasileiro durante esse regime, sobretudo em relação à política de repressão, tiveram uma atenção especial por parte dos militares. E não era para menos: pois eles comprovam – documentalmente – os crimes cometidos pelos agentes do Estado.

Um arquivo, em outras palavras, é o reflexo das atribuições e da estrutura organizativa do seu produtor, seja ele pessoa física ou jurídica. Ou, como sinaliza Paes (2004, p. 16), “é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro”.

Nesse sentido, antes mesmo do término da ditadura, os militares já se debruçaram no sentido de inviabilizar a abertura plena desses registros informacionais, seja os destruindo ou os colocando sob a responsabilidade dos oficiais de reserva, quando não os organizando de uma forma diferenciada, com o objetivo de dificultar o acesso a essas informações.

O medo da abertura plena desses registros informacionais à sociedade foi fruto (e ainda é), ao que tudo indica, da preocupação dos militares em relação à possibilidade de julgamento dos crimes de lesa-humanidade, imprescritíveis segundo o direito internacional, cometidos durante a ditadura.

No pós-ditadura, os militares, seja os da ativa ou os da reserva, se debruçaram no sentido de influenciar a opinião pública, bem como as instituições brasileiras, com o objetivo de manter os pactos firmados durante a abertura política, quando não ampliar a influência das Forças Armadas no cenário político nacional. Sobre os militares da reserva, ou, em outras palavras, os grupos de pressão política, Santos (2018, p. 39-40) afirma que:

Esses grupos são formados por oficiais de alta patente (generais, coronéis), muitos com experiência na área de informações e inteligência, atuantes durante o regime cívico-militar e na redemocratização. Atuando em várias cidades, alguns grupos contam com centenas de integrantes. Os discursos pelos quais

seus integrantes buscam influenciar a opinião pública estão marcados pela pré-dica com forte viés anticomunista, pelo retorno do papel político das Forças Armadas, e pelo ressentimento em relação aos media, em particular, e à sociedade, como um todo.

Por mais que muitos acervos tenham sido abertos no pós-ditadura, grande parte do que o Estado autoritário produziu nesse período encontra-se ainda inacessível à sociedade – dificultando, assim, a rememoração desse passado, assim como a consolidação da justiça de transição brasileira.

#### 4.1 O CASO DO ACERVO DO DOPS-BAHIA

Os Departamentos ou Delegacias de Ordem Política e Social, popularmente conhecidos como DOPS, foram órgãos brasileiros criados durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1924, com o objetivo de manter a ordem pública e social no Brasil.

Os DOPS, que variavam de nomenclatura a depender do estado – a exemplo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) – começaram a ganhar destaque a partir da sua atuação no combate a oposição ao Estado Novo e a ditadura militar.

Esses organismos, que existiram em todos os estados do Brasil entre as décadas de vinte e oitenta, produziram um vasto e diversificado acervo documental – sobretudo relacionado à implementação da política de repressão. A partir dos anos finais da ditadura, os DOPS, diferente de outras instituições mantidas no país no pós-ditadura, foram sendo extintos e seus acervos, de variadas formas, parcialmente abertos à sociedade. Sobre esses resquícios, Teles (2010, p. 300) aponta que:

O “entulho autoritário” refere-se às várias instituições e leis utilizadas pela ditadura militar, assim nomeadas nos anos de transição. Entre elas, podemos citar os DOI-CODIs, os DOPS estaduais, a Lei Falcão, entre outras já inexistentes, e outras que permaneceram até os dias atuais, como, por exemplo, a Febem, o controle militar da segurança pública, as leis de Imprensa e de Segurança Nacional.

Alguns estados, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, tiveram seus acervos do DOPS enviados aos seus respectivos Arquivos Estaduais e, depois de um tratamento arquivístico, estão agora disponíveis à consulta. Sobre a região Nordeste, Motta (2006, p. 63) apresenta que:

estão nos respectivos Arquivos Públicos os documentos dos Dops pernambucano, cearense, potiguar e sergipano. Na Bahia e na Paraíba, os Arquivos Públicos estaduais desconhecem o paradeiro dos documentos. Não conseguimos informações fidedignas sobre os Estados do Maranhão, Piauí e Alagoas.

A Bahia – até o exato momento, apesar de ter criado a sua Comissão Estadual da Verdade nos últimos anos – ainda não abriu o seu acervo do DOPS. O Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), instituição responsável pela custódia dos documentos de valor histórico a nível estadual, alega desconhecer o paradeiro desses registros. Essa é, infelizmente, uma realidade comum encontrada em alguns estados pelo Brasil.

## 5 OS ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS

Os arquivos de direitos humanos, enquanto registros informacionais especializados, carecem de maiores reflexões e formulações. Porém é fundamental não os confundir com o conceito de coleção<sup>3</sup>, visto que esses registros, além de possuírem elementos semelhantes, necessitam de tratamento diferenciado.

Esse conceito, assim como a própria noção de direitos humanos, torna-se – sobretudo a partir de uma análise arquivística – essencialmente complexo, como é expresso por Caswell (2014, p. 208):

[...] arquivos de direitos humanos são documentos burocráticos criados durante os abusos, documentação criada por defensores dos direitos humanos e advogados após os fatos consumados para uso em julgamentos, tribunais e comissões da verdade; histórias registradas por sobreviventes, pelas famílias e comunidades de vítimas para recordar o morto e forjar a memória coletiva da injustiça passada; e, cada vez mais, provas forenses como amostras de DNA e imagens de satélite que estabelecem provas científicas de violência em larga escala.

72

Essa heterogeneidade, apesar de ser encontrada em outros arquivos especializados, a exemplo dos arquivos de arquitetura e engenharia, acaba por dificultar a análise, interpretação e tratamento desses registros informacionais, uma vez que eles possuem uma diversificada tipologia documental.

Esses registros, muitas vezes produzidos com o objetivo de operacionalizar as violações aos direitos humanos, além de nos ajudar a compreender a complexidade das tensões entre Estado e cidadão, ao mesmo tempo contribuem para a promoção de direitos individuais e coletivos às vítimas, bem como ao processo de rememoração do passado.

É fundamental compreender o contexto histórico em que esses documentos foram criados, assim como quem os produziu e em qual circunstância, para identificarmos quais são, de fato, arquivos de direitos humanos. Fernandes (2017, p. 48) ao se refletir sobre esses registros afirma que:

<sup>3</sup> Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 52), coleção é o “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente”.

A identificação do que significa matéria de direitos humanos em um arquivo pode não ser nada óbvia. Se o próprio acesso às informações e sua eventual restrição são matérias de direitos humanos, a pertinência dos documentos não é dada apenas pelo seu texto, mas também por critérios que interessam de perto à arquivística, pertinentes à produção do documento e seus autores.

A partir dessa reflexão é possível afirmar que o direito à informação pode ser considerado um direito humano fundamental. Sua consolidação, que varia a depender do nível de amadurecimento de cada sociedade, está diretamente associado ao desenvolvimento da própria noção de direitos humanos.

O direito à informação no Brasil – enquanto uma garantia constitucional – é um dos pilares de qualquer regime democrático. A sua efetivação permite, além da transparência e acesso à informação, sobretudo no contexto da administração pública, que os outros direitos, sejam eles sociais, políticos e civis, sejam efetivados.

No tocante aos arquivos produzidos por regimes de exceção – a exemplo da ditadura militar brasileira, mesmo reconhecendo que esses registros são produzidos também em regimes democráticos – fica perceptível perceber a relação deles com o conceito de direitos humanos.

Os arquivos de direitos humanos também são importantes no sentido de mostrar como se estruturou a política de repressão durante os regimes de exceção. Eles trazem evidências históricas que permitem a elucidação de crimes contra a humanidade cometidos pelos agentes do Estado, bem como contribuem para consolidação da justiça de transição, como expõe Santos (2016, p. 81):

Ao colocar essa documentação à disposição da sociedade, possibilita-se sua utilização para diversas finalidades, dentre elas, a formulação de Reformas Institucionais e políticas públicas de não repetição; a realização de investigações e apurações de responsabilidades individuais e institucionais; a construção de espaços de memória; o esclarecimento de violações de direitos humanos a partir de comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais; entre outras medidas que almejam alcançar uma efetiva justiça de transição.

Assim, os supracitados registros informacionais, bem como os profissionais que neles atuam, são carregados de responsabilidade ética e social. O tratamento dado a esse tipo de documento, compreendendo sua complexidade e diversidade tipológica, acaba sendo diferenciado se comparado com outros registros. Sobre essa documentação, o Conselho Internacional de Arquivos (2016, p. 7) orienta que os arquivistas devem:

[...] incluir na descrição de acervos arquivísticos, no máximo de seu conhecimento, informações que habilitem os usuários a compreender se o arquivo pode conter informação útil para se realizar uma reivindicação de direitos humanos, especialmente aquelas relativas a graves violações de direitos hu-

manos, que ajudem a esclarecer o destino de pessoas desaparecidas ou que possibilitem aos indivíduos buscar compensação por violações anteriores de direitos humanos.

Em síntese, os arquivos de direitos humanos, conceito relativamente novo e pouco estudado pelo campo dos estudos informacionais, assim como pelos profissionais da informação – em especial os arquivistas – nos ajudam a entender a importância desses registros para a promoção, defesa e afirmação dos mencionados direitos.

### **À GUIA DE ALGUMAS CONCLUSÕES**

A abertura política que permitiu o fim da ditadura militar no Brasil se estruturou a partir de alguns pactos. Esses pactos, construídos entre o núcleo dirigente das Forças Armadas e parte hegemônica da sociedade civil, envolveram, dentre outros elementos, uma política de esquecimento em relação aos 21 anos de autoritarismo e violações aos direitos humanos.

Essa política de esquecimento – que sempre acompanhou a história do Brasil – atuou no sentido de inviabilizar a abertura plena dos registros informacionais produzidos pelo Estado brasileiro durante esse período, sobretudo no tocante a documentação dos órgãos estratégicos do regime – a exemplo dos Centros de Informações da Marinha, Aeronáutica e Exército, bem como dos DOPS.

Nesse sentido, os documentos de arquivo, sobretudo em momentos de transição de regimes autoritários para democracias, acabam sendo disputados por setores antagônicos da sociedade, uma vez que eles registram as violações aos direitos humanos cometidas pelos agentes do Estado, bem como contribuem para a rememoração do passado.

Os DOPS, antes mesmo do término do regime, muito por influência da pressão dos setores organizados que lutavam pelo retorno da democracia no país, foram extintos. Seus acervos, como normalmente acontece com os órgãos extintos pela administração pública, deveriam ter sido transferidos às instituições arquivísticas competentes, ou seja, aos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal.

Contudo esses acervos tiveram, na prática, variados destinos. Alguns foram enviados a Polícia Federal e, posteriormente, recolhidos, incompletos, às instituições arquivísticas; outros, recolhidos diretamente aos arquivos públicos; já outros, entretanto, ninguém sabe ao certo o seu destino.

É o caso do acervo do DOPS da Bahia. O APEB alega desconhecer o paradeiro dessa documentação. Os autores desta Comunicação enviaram um e-mail à Superintendência Regional da Política Federal no estado da Bahia solicitando informações sobre a localização desses documentos, contudo, não obtivemos, até o momento da submissão, resposta.

Nesses registros informacionais, carregados de valor histórico, constam as provas ou os testemunhos das ações do Estado autoritário que entre 1964 e 1985 engessou nossa democracia, cerceando liberdades e violando, de forma intransigente, os direitos humanos dos cidadãos baianos.

Conclui-se afirmando que grande parte dos arquivos produzidos nesse período na Bahia – sobretudo pelos órgãos de repressão da ditadura – ainda se encontra inacessível, dificultando, apesar dos avanços nos últimos anos, a consolidação da justiça de transição no estado.

### REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 20. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1985. 312 p.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direto à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, 500 p.

CASWELL, M. Defining human rights archives: introduction to the special double issue on archives and human rights. **Archival Science**. [S.l.], v. 14, p. 207-213, 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos**. Bralísia: CONARQ, 2016. Disponível em: [https://www.ica.org/sites/default/files/ica-hrwg--principios\\_basicos\\_sobre\\_papel\\_arquivistas\\_rev%20final%2007112016\\_Portuguese.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ica-hrwg--principios_basicos_sobre_papel_arquivistas_rev%20final%2007112016_Portuguese.pdf). Acesso em: 19 dez. 2018.

CUNHA, P. R. da. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org). **O que resta da ditadura**. São Paulo. Boitempo editorial, 2010. p. 15-40.

FERNANDES, P. Arquivos e direitos humanos: documentos e violações durante a ditadura militar no Brasil. **Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, a. 2, n. 5, p. 40– 50, 2017.

FICO, C. A ditadura documentada. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez. 2008.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GASPARI, E. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 538p.



MISSIATO, V. A. R. Tortuosas transições: a preservação de autonomias militares no Brasil e no Chile. *In*: GALLO, Carlos Artur. (org.). **No rastro das transições: perspectivas sobre memória, verdade e justiça no Cone Sul e no Sul da Europa**. Pelotas: UFPel, 2019.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar** - cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014. 429 p.

MOTTA, R. P. S. O ofício das sombras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 42, n. 1, p. 52-70, 2006.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PADRÓS, E. S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. *In*: FICO, C.; FERREIRA, M. de M.; ARAUJO, M. P.; QUADRAT, S. V. (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SAFATLE, V. Do uso da violência contra o Estado ilegal. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Org). **O que resta da ditadura**. São Paulo. Boitempo editorial, 2010. P. 237-252.

SANTOS, C. M. P. G. dos. O reconhecimento do direito à verdade e à memória como um direito fundamental implícito no ordenamento jurídico brasileiro. *In*.: LEAL, Rogério Gesta. EILBAUM, Lucia. MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Justiça de transição: verdade, memória e justiça**. [S.l.]: Ed: FUNJAB; CONPEDI. 2014.

SANTOS, E. H. de J. Outro olhar sobre as Forças Armadas: os grupos de pressão política formados por militares da reserva. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 39-45, abr., 2018.

SANTOS, S. M. P. dos. **Tratamento de arquivos de direitos humanos na América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

TELES, E. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org). **O que resta da ditadura**. São Paulo. Boitempo editorial, 2010. P. 299-318.

WEICHERT, Marlon Alberto. Crimes contra a humanidade perpetrados no Brasil. Lei de anistia e prescrição penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminas**, n. 74, 2008, p. 183-184.

**Recebido/ Received: 13/03/2023**  
**Aceito/ Accepted: 20/04/2023**  
**Publicado/ Published: 30/04/2023**

## EDITORA ALFA-OMEGA E O ENCANTAMENTO DAS FONTES

EDITORA ALFA-OMEGA AND THE ENCANTMENT OF SOURCES

### Gustavo Orsolon de Souza

Doutor em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: gustavouerj2018@gmail.com

### RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apontar os caminhos trilhados para a obtenção das fontes que embasaram a minha tese de doutorado sobre a editora Alfa-Omega e sua produção literária. A ideia é explicitar as expectativas, as angústias e as conquistas que, certamente, fazem parte da vida do pesquisador e que movimentam o ritmo da pesquisa acadêmica.

**Palavras-chaves:** Fontes; Editora Alfa-Omega; Produção Acadêmica.

### ABSTRACT

This article aims to point out the paths taken to obtain the sources that supported my doctoral thesis on the Alfa-Omega publishing house and its literary production. The idea is to explain the expectations, anxieties and achievements that are certainly part of the researcher's life and that move the rhythm of academic research.

**Keywords:** Sources; Publisher Alfa-Omega; Academic Production.

### INTRODUÇÃO

O Jornal de Caxias noticiou, no dia 28 de fevereiro de 1983, a comemoração do aniversário de 10 anos da editora Alfa-Omega. Ao felicitar a aniversariante, o periódico do Rio Grande do Sul destacou o livro *A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, de Fernando Morais, publicado em 1976:

Ao completar 10 anos de atividades, a editora Alfa-Omega de São Paulo, dirigida por Fernando e Claudete M. Mangarielo, lança a 19ª edição de "A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro", livro que se tornou o carro-chefe da editora. Com a 18ª foram vendidos 156.000 exemplares e a 19ª edição de 10.000 exemplares, logo logo será esgotada (...).

Por ocasião de seu 10º aniversário a Alfa-Omega editou um catálogo comemorativo, com a relação de todas as suas edições e comentários das obras mais importantes (...) (JORNAL DE CAXIAS, 1983).

O livro de Morais tornou-se um *best-seller* da Alfa-Omega. Apesar de não ser possível averiguar o número total de exemplares vendidos, de acordo com o historiador Flamarion Maués (2020), o livro pode ter alcançado uma vendagem de aproximadamente 265 mil exemplares. O Jornal de Caxias destacou a 19ª edição, sendo pertinente lembrar que o livro de Morais foi reeditado por mais dez vezes pela Alfa-Omega. Somente a partir da

30ª edição o livro *A Ilha* deixou de fazer parte do catálogo da editora, sendo editado por outra casa, a Editora Companhia das Letras (MAUÉS, 2020).

Assim como o livro de Morais, a editora Alfa-Omega lançou outros títulos que marcaram uma época. Em quatro anos de funcionamento, por exemplo, a editora já contava com mais de quarenta títulos em seu catálogo, dentre eles: *A Ideia Republicana no Brasil, Através dos Documentos*, de Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa (1973); *Intuição Heurística: uma análise científica da intuição criadora*, de Jacob Bazarian (1973); *Quatro Cantos de Pavor e Alguns Poemas Desesperados*, de Álvaro Alves de Faria (1973); *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?*, de Florestan Fernandes (1975); *Sociologia e Sociedade no Brasil*, de Octavio Ianni (1975); *Em Câmera Lenta*, de Renato Tapajós (1977).

Todas essas obras formavam um catálogo bastante robusto para uma jovem editora, que nasceu em janeiro de 1973, em São Paulo, em meio a um período marcado pela repressão política, editando obras de oposição ao governo, muitas destinadas ao público universitário. Fernando Celso de Castro Mangarielo e sua esposa, Claudete Machado Mangarielo, foram os idealizadores da Alfa-Omega, e desempenharam ao longo da trajetória da editora um papel social bastante importante: o de propagar o pensamento crítico e científico, através da sua produção literária.

No ano da inauguração, em 1973, o jornal *Diário da Noite*, de São Paulo, veiculou uma nota na qual dizia que a nova editora seria “uma janela aberta para os escritores preocupados com a nossa realidade, com o Brasil de agora, com o nosso processo econômico-político-social”. Essa mesma nota ainda ressaltou que a Alfa-Omega iria “editar somente escritores” que trariam “uma real contribuição à fase vivida pelo nosso País”, ou seja, seria uma editora preocupada com as questões do tempo presente (DIÁRIO DA NOITE, 1973).

E não foi diferente. A editora privilegiou em seus catálogos obras que, de fato, traziam uma reflexão crítica sobre a situação vivida no país. Os livros da Alfa-Omega ultrapassaram a barreira da informação, eles foram lançados com uma proposta diferente, de se tornar uma espécie de ferramenta de utilidade pública, ou seja, o conteúdo inserido em cada obra deveria servir para um debate mais amplo com a sociedade.

A Alfa-Omega, que completará 50 anos no próximo ano, ainda em plena atividade, não mudou o seu perfil ideológico ao longo de sua trajetória, mesmo em momentos difíceis, de possíveis repressões políticas. Fernando Mangarielo e Claudete Machado Mangarielo mantiveram-se firmes no ofício de editar e levar para o grande público as principais questões políticas e sociais da sociedade brasileira.

Desde 2018 tenho a editora Alfa-Omega como objeto de estudo. Vale ressaltar que a História Editorial ainda é campo carente no Brasil, embora alguns bons estudos tenham dado corpo à bibliografia na última década. O meu interesse neste artigo é apresentar

algumas das fontes que embasaram a minha tese de doutorado em História Social, sobretudo nos primeiros anos de funcionamento da editora Alfa-Omega. A ideia é apontar as expectativas, as conquistas e as dificuldades com as fontes que movimentaram a dinâmica e o desenvolvimento da pesquisa.

## **2 O HISTORIADOR E SEUS DILEMAS**

Iniciado o Doutorado, em 2018, a estratégia escolhida para começar os trabalhos de pesquisa foi visitar a sede da editora para conhecer pessoalmente os editores, solicitar a autorização para a pesquisa e verificar as possibilidades de documentação da casa. Acreditava, à primeira vista, que encontraria um arquivo organizado, com toda a documentação da história da editora preservada.

A visita ocorreu no primeiro semestre do ano em questão. Destaco a receptividade, o acolhimento e a gentileza dos editores, que perceberam de imediato a importância do trabalho e estiveram sempre prontos a ajudar. Em pouco mais de duas horas que permaneci na editora, fui conduzido por todas as dependências da empresa. Fernando Mangarielo fez questão de mostrar toda a estrutura, desde o depósito construído no subsolo, onde guarda parte da produção de livros, até sua mesa de trabalho, onde prepara cuidadosamente a obra que será entregue ao cliente.

Após esse percurso inicial, que me trouxe um pouco a dimensão da empresa, busquei informações sobre o arquivo. Afinal, a documentação preservada da editora seria a chave para o desenrolar da tese. A intenção era encontrar as correspondências dos editores com os autores, os primeiros catálogos, os processos internos da produção de alguns títulos e outros documentos que pudessem retratar a história da Alfa-Omega e sua função político-social. Neste momento, apareceu o primeiro obstáculo: a ausência de um arquivo organizado com toda documentação catalogada em um sistema informatizado, ou pelo menos manuscrito. Hoje considero certa ingenuidade da minha parte de acreditar em encontrar ali todas as fontes, perto do alcance das mãos.

A Alfa-Omega não conta com um arquivo neste formato, organizado e preparado para ser consultado. Mas isso não quer dizer que os editores tenham deixado de guardar seus documentos e produzido seus catálogos. Existem alguns arquivos, em formato de armário, com material sobre a empresa. O fato é que seria inviável realizar em quatro anos um trabalho de mapeamento e de organização desse material.

A impossibilidade de poder trabalhar com o arquivo privado da editora me trouxe um sentimento de angústia e de vazio. Como construir a tese sem as fontes que imaginava encontrar? Essa pergunta pairou sobre meus pensamentos durante algum tempo.

Mas, como historiador, meu trabalho consiste em lidar com a falta, com as lacunas, com a ausência. Afinal, um texto acadêmico também se constrói com aquilo que não se tem. Partindo deste princípio, voltei gradativamente ao eixo e mapeei todas as minhas fontes, na tentativa de perceber o que seria possível realizar, sem perder os objetivos centrais do trabalho. Afinal, já possuía em mãos algum material bibliográfico sobre o objeto de estudo, como, por exemplo, artigos e periódicos de época.

Neste momento, também percebi que precisaria seguir outros caminhos para entender a história da editora. Um desses caminhos foi trazer parte da sua produção literária para uma análise mais apurada na tese. Como a editora lançou títulos que marcaram uma época, ou seja, livros que repercutiram bastante na mídia escrita, seria uma forma de encontrar, por meio deles, elementos sobre os editores. A ideia foi assertiva, pois através de alguns títulos, encontrei o posicionamento dos editores e algumas características ideológicas da casa. Outro caminho foi buscar em arquivos públicos documentos que mencionassem os editores e a editora Alfa-Omega. Essa estratégia também foi positiva, pois encontrei fontes de periódicos com entrevistas de Fernando Mangarielo e notícias sobre parte da produção da casa.

Feito este levantamento, verifiquei que as peças do tabuleiro começavam a aparecer. Porém, faltava ainda uma entrevista com os editores, sendo esta já uma ideia inicial, moldada ainda na construção do projeto de doutorado. Com a falta das fontes primárias – ou melhor, com a impossibilidade de acesso às mesmas por uma questão de logística – as fontes orais seriam, então, uma boa estratégia para sanar, ou pelo menos amenizar, as lacunas deixadas pela documentação.

A entrevista foi realizada no segundo semestre de 2018, um ano e meio antes da pandemia, de forma presencial, em uma segunda visita realizada à sede da Alfa-Omega. Os editores foram entrevistados separadamente, sendo Fernando Mangarielo primeiro e Claudete Machado Mangarielo, em seguida. Toda a entrevista foi gravada e transcrita, posteriormente. Ciente dos limites que as fontes orais podem trazer, o material contribuiu bastante para entender como surgiu o interesse de criação da editora Alfa-Omega e também conhecer os caminhos trilhados pelos editores antes de decidir abrir o empreendimento.

Para além dessas questões mais gerais, procurei também evidenciar nas entrevistas temas específicos, como, por exemplo, o sentimento mais íntimo em relação à atuação profissional. Em suma, Fernando Mangarielo afirmou que nunca sentiu o desejo de mudar o seu pensamento: “Na maneira de pensar não. Porque eu editei membros da sociedade com espírito crítico. Notadamente foi missão anticapitalista, certo? Significando isso uma tomada de posição minha (...)” (Entrevista, 2018). Claudete Mangarielo compartilhou o



mesmo pensamento do marido, trazendo a seguinte reflexão: “O que foi feito, foi feito” (Entrevista, 2018).

As entrevistas e as demais fontes foram extremamente importantes e contribuíram para o desenvolvimento das primeiras linhas da tese, ou seja, as primeiras peças começavam a ser encaixadas. Mas, como todos sabem, o trabalho de pesquisa acontece no seu caminhar, e quando você menos espera, topa em uma fonte inédita. Essas surpresas positivas que aparecem ao longo da trajetória trazem um ânimo novo e movimentam o ritmo da pesquisa. E não foi diferente, encontrei uma dessas preciosidades no segundo ano de estudo. A fonte encontrada moldou o recorte cronológico do trabalho: um jornal informativo, do ano de 1984, contendo o catálogo da editora, preservado nos arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Como já salientou o antropólogo Gustavo Sorá, “o catálogo pode ser visto como um documento de identidade dos editores”, ou seja, “é o instrumento que reúne a ‘obra’ do editor, por meio do qual se dá a conhecer e compete com outros concorrentes num mercado, à espreita da demanda livreira” (SORÁ, 2010, p. 271-272).

Esta fonte apresentou todos os títulos produzidos pela Alfa-Omega ao longo de sua trajetória, nos seus onze anos de existência no mercado editorial. Era uma das informações que tanto queria encontrar. Nas duas visitas realizadas à sede da editora, houve até uma tentativa dos editores de localizar algum catálogo antigo, mas sem sucesso. Os catálogos levantados por Claudete Machado Mangarielo, naquela hora, foram todos correspondentes ao final década de 1980. Nem mesmo o catálogo comemorativo do aniversário de 10 anos da editora – mencionado no início do artigo, e que parece ser uma fonte bastante interessante para uma análise apurada – foi encontrado.

Essa fonte chave – o catálogo de 1984 – tornou-se o mais antigo encontrado e trouxe mais uma perspectiva de leitura para entender o perfil ideológico da Alfa-Omega. Em outras palavras, foi mais um caminho possível para dar conta dos objetivos da tese. Através do catálogo pude perceber os autores mais editados, as áreas de maior interesse da editora e a forma de organização dos títulos.

O catálogo foi inserido em um jornal intitulado *Informativo da Alfa-Omega*, que circulou como meio de divulgação da editora durante a 8ª Bienal do Livro, em São Paulo. Logo na capa, a intenção da editora foi evidenciada. A mesma afirmou que não era a intenção apenas divulgar suas publicações, mas trazer seus títulos para o contexto político e econômico da época, como uma espécie de instrumento para ajudar os leitores com suas reflexões ao momento vivido no Brasil:

Em sua oitava edição, uma nova Bienal Internacional do Livro. E desta vez, ao mesmo tempo em que o Brasil discute Olimpíadas, debate sucessão presiden-



cial e fala em crise – sob o peso da dívida externa, dos juros pagos em dólares e das ingerências do FMI.

Medalhas de ouro à parte, é difícil – cada vez mais difícil – falar da vida de todos os dias, sem esbarrar na política e nos políticos, na economia e nas teorias econômicas. É por isso que o acervo da editora Alfa-Omega, exposto ao lado da restante produção cultural brasileira nesta Bienal é mais do que oportuno (INFORMATIVO DA ALFA-OMEGA, 1984).

Observei, nesse discurso de abertura, a sensibilidade dos editores para com as questões político-sociais enfrentadas pelo país. Ou seja, vi que a editora se posicionou de forma atenta e preocupada principalmente com os embates políticos da época. Vale lembrar que as atenções estavam voltadas para o movimento das Diretas Já! O deputado federal Dante de Oliveira tinha lançado a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº5, em 1983, com o objetivo de restabelecer as eleições diretas para Presidente da República. Assinada por 176 deputados e 23 senadores, a Ementa Dante de Oliveira – como ficou conhecida – ganhou força e mobilizou toda uma nação (MORALIS, 2008).

De acordo com a pesquisadora Edileusa Gimenes Moralis (2008), o “slogan Diretas Já!” explodiu como uma “bomba benéfica” em todo o Brasil, atingindo as mais diferentes classes sociais, sendo um movimento de “união de ricos e pobres, intelectuais e populares num mesmo espaço público” (MORALIS, 2008, p. 101-102). O momento, portanto, foi de tentativa de redemocratização, e este desejo foi enaltecido pela Alfa-Omega, como ainda pode ser lido em outro trecho, no mesmo texto de abertura:

Aqui estão alguns dos principais autores da literatura política e econômica progressista brasileira e internacional, os temas que mobilizam a ação política da sociedade civil em sua luta pela redemocratização, a memória política brasileira em forma de livro. Apesar das épocas de arbítrio e censura, apesar da crise e principalmente por causa dela. Resultado de 11 anos de trabalho ininterrupto dirigido a favor do autor nacional e da cultura brasileira (INFORMATIVO DA ALFA-OMEGA, 1984).

Ao divulgar o seu cardápio no jornal informativo, a editora mostrou aos leitores o seu posicionamento político, refletido em suas publicações. A Alfa-Omega, nessa época, já era conhecida como uma editora de oposição, especializada em publicações voltadas para a “literatura política”. Ela estava entre as quarenta editoras que atuavam nessa mesma linha, ao lado de casas bastante conhecidas no mercado editorial como, por exemplo, a Brasiliense, a Civilização Brasileira, a Codecri, a Global, a Paz e Terra, a Vozes e a Zahar (MAUÉS, NERY, REIMÃO, 2015).

O catálogo foi dividido por áreas de conhecimento, o que facilitou bastante a visualização das obras e a intenção da editora. Vale ressaltar que a divisão também foi algo propositivo por parte dos editores, e que não pode passar despercebida por nós pesqui-

sadores. Segundo Sorá, “o conjunto de títulos, autores, gêneros e coleções distribuiu-se hierarquicamente no interior do catálogo, com base numa ordem que remete ao agente classificador e a gênese de suas razões práticas” (SORÁ, 2010, p. 271-272). Em outras palavras, o que Sorá destacou foi que “para a compreensão do significado de um livro, num sistema de livros, é a partir do catálogo daquele agente, que decide as formas de entregá-lo ao público por meio de sua publicidade”, que devemos nos atentar (SORÁ, 2010, p. 271-272). Nesse sentido, com o catálogo de 1984 da Alfa-Omega foi possível perceber como a editora apresentou os seus títulos e quais classificações foram escolhidas para chamar a atenção e atrair o seu público.

O catálogo foi dividido nas seguintes seções: “Marxismo”; “Comunicações”; “Contos”; “Direito”; “Filosofia”; “História”; “Infantil”; “Memórias”; “Pedagogia”; “Poesia”; “Reportagem”; “História Imediata”; “Romance”; “Sociologia”; e “Outros”. Nessas quinze seções encontram-se cento e quarenta e três livros publicados até o ano de 1984.

Para além dessas questões mais gerais apresentadas pelo catálogo de 1984, avancei um pouco mais na análise das seções. Nesta análise cuidadosa, observei que a seção intitulada “História” foi a mais expressiva, contendo trinta e três títulos, dentre eles: *Carta aos Comunistas*, do militar e político Luís Carlos Prestes; *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)*, do advogado e professor da USP Paulo Sérgio Pinheiro, e do historiador estadunidense e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Michael M. Hall; *A Coluna Prestes (3ª ed.)*, do advogado e militante político Lourenço Moreira Lima; *Coronelismo, Enxada e Voto (4ª ed.)*, do advogado e professor da Universidade de Brasília (UnB) Victor Nunes Leal. Ou seja, uma editora que privilegiou bastante a história do Brasil.

Ainda com o olhar minucioso para as seções do catálogo, uma delas, em particular, me chamou bastante atenção, intitulada “História Imediata”. Essa seção foi composta por uma coleção de revistas – produzida em papel jornal –, no total de cinco volumes, com temas quentes para o calor da hora.

Ao me debruçar sobre os volumes da “História Imediata”, fiquei entusiasmado com as possibilidades que aquela coleção poderia trazer para a tese. Os temas abordados, candentes, para uma época marcada pela repressão política, precisavam ser analisados com mais cuidado. Afinal, a Alfa-Omega estava tocando em assuntos considerados tabus, alguns proibidos pelo Estado.

Foi, então, que a coleção “História Imediata” tornou-se também uma fonte importante, sendo explorada no quarto e último capítulo da tese. A coleção apresentava os seguintes títulos: *A Guerrilha do Araguaia*, de autoria de Palmério Dória, Sérgio Buarque de Gusmão, Vincent Carelli e Jaime Sautchuk; *A Greve na Voz dos Trabalhadores – da Scania a Itu*, da Oboré; *Araceli – Corrupção em Sociedade*; de Carlos Alberto Luppi, *D. Paulo Eva-*

*risto Arns – o Cardeal do Povo*, de Getúlio Bittencourt e Paulo Sérgio Markum; e *A Volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*, de Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves.

A essência da “História Imediata” estava na sua função social, e ela conseguiu responder de forma clara e objetiva perguntas sobre determinados temas que estavam escondidos pela história oficial do Estado. Neste momento, tentei enveredar na localização dos autores, numa tentativa de estabelecer contatos. A intenção era conhecer mais de perto o processo de produção de cada volume. Mas aqui me deparei com o segundo obstáculo. As tentativas de contato foram feitas, mas não houve o retorno. Sendo assim, optei por entender a coleção através de outro ângulo, a partir dos seus elementos introdutórios, porque já havia percebido que cada volume tinha uma forma de apresentação, ou seja, os elementos ultrapassavam a função de apresentar a obra para o leitor, eles resignificaram a coleção a cada novo volume, e estabeleceram um lugar de prestígio a ela.

Os textos introdutórios, assim como também as capas e contracapas, mostravam a coleção “História Imediata” como um veículo de comunicação, informação, reflexão e debate. Ou seja, os elementos introdutórios tiveram a proposta de indicar que as revistas tinham uma função social importante, e que não deveriam ser descartadas após a leitura. Seus conteúdos tinham a missão de uma conscientização mais ampla: as ideias contidas ali, de acordo com seus autores, deveriam ser compartilhadas com outras pessoas e grupos, e que se tornassem, de fato, uma ferramenta eficaz no combate ao silenciamento de tantos temas e personagens.

Avançando um pouco mais no estudo da coleção, selecionei os dois primeiros volumes para uma análise mais detalhada. A ideia foi verificar como as revistas foram construídas por seus autores. Alguns motivos levaram à escolha dos volumes *A Guerrilha do Araguaia* e *A Greve na Voz dos Trabalhadores*. Dentre esses motivos, destacam-se: o ineditismo dos temas abordados; o silenciamento dado à guerrilha do Araguaia; e a cobertura de um fato em plena efervescência, como é o caso da greve na região do ABC paulista.

Esses volumes possuíam também características que ajudaram a revelar um pouco dos traços ideológicos da coleção como um todo. Nos dois volumes, os temas foram desenvolvidos através das vozes daqueles que viveram ou participaram dos respectivos episódios. Nesse sentido, os depoimentos foram as chaves para o desenvolvimento do enredo. Um outro método apreciado em ambos os volumes foi a utilização de imagens fotográficas. No volume sobre a Guerrilha do Araguaia, por exemplo, embora não existissem registros dos ataques, os autores procuraram enfatizar o enredo através das fotografias dos depoentes, como a do coronel Jarbas Passarinho; a do militante José Genoíno Neto; a do padre Humberto Riolland; e a do indígena Areni. No volume sobre a greve na região do ABC Paulista, as imagens fotográficas de alguns depoentes sindicalistas também foram

evidenciadas, como a de Luís Inácio Lula da Silva; a de Miguel Galhardo; e a de Joaquim dos Santos Andrade.

Foi interessante observar também que ao mesmo tempo em que o uso das imagens fotográficas foi uma característica comum entre os dois volumes, acabou sendo uma particularidade que os diferenciou. Com a escassez de fontes sobre a Guerrilha do Araguaia, as imagens se resumiram basicamente aos depoentes, o que não aconteceu no volume sobre a greve do ABC paulista. Neste, a gama de possibilidades foi maior, os autores da Oboré possuíam em mãos um maior número de imagens fotográficas. Assim, o volume apresentou não somente as imagens de depoentes, como também, imagens do próprio movimento, ou seja, dos trabalhadores em greve.

Outra diferença – e talvez o ponto que mais distancie os dois volumes – foi o recorte cronológico. A Guerrilha do Araguaia teve a sua história encerrada em 1974. Isso significa que, quando o tema foi abordado pela coleção “História Imediata”, os autores já tinham a ideia de todas as fases do movimento. Como afirmou o historiador Wellington Sampaio da Silva, “os jornalistas agiriam enquanto correspondentes de uma guerra que já havia sido concluída pelas armas, mas que em termos de disputa por meio da escrita estava apenas começando” (SILVA, 2019, p. 33). Já em relação às greves dos operários paulistas, a história ainda acontecia no momento do lançamento da revista, ou seja, os desdobramentos das greves eram ainda desconhecidos.

A partir desses dois volumes, foi possível afirmar que se tratou de uma coleção que procurou narrar os fatos através do olhar daqueles que viveram o episódio. Sobre a Guerrilha do Araguaia, por exemplo, o professor José de Souza Martins lembrou que os autores

(...) empenharam-se na coleta de testemunhos, no registro mais minucioso dos depoimentos que foi possível ouvir. Não enriqueceram ainda mais esta coletânea porque oficiais militares envolvidos no combate à guerra não quiseram falar, informar, esclarecer. Tentaram a reconstituição por meio indiretos, ouvindo a palavra de quem pudesse dizer uma coisa ou outra. Agiram com exemplar imparcialidade. Pode-se imaginar as dificuldades que encontraram (MARTINS, 1978, p. 6).

Mesmo com a escassez de fontes, devido ao silenciamento de diversas pessoas com medo de represálias, os autores conseguiram estabelecer um limite para a revista e informar para o leitor que o trabalho não foi uma investigação completa a respeito da guerrilha. A tentativa foi, sem dúvida, apresentar o episódio com a maior riqueza de detalhes, embora tenha ficado claro também que a proposta foi trazer uma versão parcial. Neste sentido, a revista foi construída em sete seções, intituladas: “Entrando na História”, “O Militar – Entrevista com Jarbas Passarinho”, “O Guerrilheiro – Depoimento de José Genuíno Neto”, “Os Combates na Selva, Segundo o *Araguaia*”, “Os Índios Suruí Contam

o Fim da Guerra”, “A Igreja – Depoimento do Padre Humberto Rialland” e “Araguaia Hoje – Volta ao Centro da Guerrilha”. Para além dessas seções mais direcionadas, a revista também contou com “Nota dos Autores”, “Apresentação – José de Souza Martins” e “Anexos”.

A Guerrilha do Araguaia ocorreu entre os anos de 1972 até 1974, na região do Araguaia, “localizada nos limites territoriais do sudeste do Pará, norte do Tocantins (à época, estado de Goiás) e oeste do Maranhão”, uma área com mais de “40 mil quilômetros quadrados de extensão territorial” (REIS, 2013, p. 57). Nas palavras do historiador Jacob Gorender, uma “área que se caracterizava pelo povoamento recente, baixo nível de conflitos sociais e insignificância econômica” (GORENDER, 1987, p. 208). Na interpretação do arqueólogo Rafael de Abreu Souza, uma região marcada pela “marginalização e violência do Estado para com a população camponesa”, essencialmente “indígenas e migrantes vindos do Centro-Oeste e dos estados do Nordeste” (SOUZA, 2019, p. 60).

Mesmo a derrota sendo reconhecida anos depois, houve também certa demora para a temática ser comentada ou tratada em estudos específicos. Antes disso, quase nada foi falado sobre o assunto. Até ocorreu um ensaio, em 1972, pelo jornal *O Estado de São Paulo*, ao noticiar a guerrilha. Para o final do ano de 1975, após o Exército decretar oficialmente por encerrada a guerrilha, algumas informações foram veiculadas pela imprensa, como, por exemplo, no *Coojornal*, de Porto Alegre; no *Movimento* e na *Isto É*, de São Paulo (MARTINS, 1978, p. 7). Entretanto, as primeiras aparições com uma discussão mais cuidadosa do tema surgem com as publicações da Alfa-Omega: a revista *A Guerrilha do Araguaia*, de 1978; e o livro *Diário da Guerrilha do Araguaia*, de 1979, organizado por Clóvis Moura. Concordei com o historiador Silva ao caracterizar a revista da Alfa-Omega, em plena década de 1970, como uma espécie de documento, visto que o movimento, até aquele momento, “dispunha de poucos registros escritos” (SILVA, 2019, p.34).

Assim como *A Guerrilha do Araguaia*, o volume *A Greve na Voz dos Trabalhadores* também foi pioneiro por se tratar de uma obra construída ainda no desenrolar do seu acontecimento. O dia 12 de maio 1978 foi uma data emblemática para a classe operária do Brasil, pois foi quando os funcionários da Scania, em São Bernardo do Campo, decidiram parar as máquinas e protestar contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho.

A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram sete horas da manhã do dia 12 de maio. Uma sexta-feira (OBORÉ, 1979, p. 7).

Foi desta forma que Gilson Menezes, operário da SAAB Scania e delegado de base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, relatou o início da

greve, movimento este que se expandiu rapidamente para outras regiões paulistas e do Brasil. Este depoimento de Gilson abriu a primeira seção – “A Surpresa” – da revista da Alfa-Omega.

Além de Gilson, vários outros sindicalistas e operários concederam depoimentos para os autores da revista produzida pela Oboré. O volume foi dedicado ao movimento grevista do ABC paulista, região composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, no interior de São Paulo. A revista foi dividida em 10 seções intituladas: “A Surpresa”, “Repressão e Medo”, “Solidariedade Internacional”, “A Greve Chega a São Paulo”, “Osasco: dez anos depois”, “Os personagens”, “A Força da Mulher”, “Desorganização e Derrota”, “A Vitória da Resistência” e “A Greve Continua...”. Para além desses capítulos mais direcionados, a revista contou com “Nota de D. Paulo Evaristo Arns”. “Prefácio” e “Nota dos Editores”.

Sobre o ciclo de greves de 1978, o sociólogo Iram Jácome Rodrigues destacou uma característica importante sobre o movimento: a “greve por fábrica” (RODRIGUES, 1991, p. 148). Isso significa que o processo começou aos poucos, por empresa, e foi se alastrando para outros lugares. Tal afirmação pode ser observada na estrutura da revista, onde cada seção foi dedicada a uma empresa, dentre elas: a Scania, a Pirelli, a Constanta, a Ford e a GE. Ou seja, os autores da Oboré observavam a evolução das greves, acompanhando empresa por empresa.

Além disso, outra característica que Rodrigues salientou e que também está presente na revista da Alfa-Omega foi o “trabalho ‘miúdo’”, realizado no “interior das fábricas”. Na visão do sociólogo Marco Aurélio Santana, um trabalho no “chão de fábrica” (SANTANA, 2018, pp. 19-65). Essa prática, nem sempre fácil, foi fundamental para o sucesso do movimento. Em depoimento para a seção “Derrubando o Arrocho”, Euzébio Silva, operário da Pirelli e Delegado de base do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, destacou o papel dos companheiros. Segundo ele, os “trabalhadores com maior clareza dentro da Pirelli” se organizaram para mobilizar e levar posições do sindicato para os outros colegas dentro da empresa. No depoimento para a seção “Na Hora Certa”, Estevaldo Santiago de Araújo, operário da Constanta e Delegado de base do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, deixou evidente esse “trabalho miúdo” ao afirmar que a mobilização acontecia até mesmo dentro dos banheiros:

A organização não foi tão grande como devia. Teve muito furo, mas no geral até que foi positiva. De qualquer jeito, a coisa estava esquentando bastante e, para comprovar isso, bastava entrar no banheiro e ver os cartazes que os companheiros colocavam nas portas. Era um tal de aparecer recorte de jornal falando de greve e cartazes dizendo ‘Nós Vamos Parar!’ (OBORÉ, 1979, p. 16).



Foi através desse “trabalho miúdo”, de empresa por empresa, que a mobilização ganhou força e forma na região. Estima-se que no ABC paulista cerca de quarenta e uma empresas entrou em greve no ano de 1978 (MOURA, 2010, pp. 36-58).

Resumidamente, ao observar esses dois volumes, constatei que a revista *A Guerrilha do Araguaia* foi um documento em seu tempo – visto que, até aquele momento, apenas algumas escassas notícias foram veiculadas pela imprensa sobre o episódio. Essa mesma constatação apliquei à revista *A Greve na Voz dos Trabalhadores*, sendo este também um documento bastante original em sua época, produzido no calor dos acontecimentos. Tanto uma obra quanto a outra foram inéditas, e trouxeram explícitos um pouco do perfil e da proposta da própria editora: discutir com o grande público as questões político-sociais do país.

Não cabe neste artigo enveredar em uma análise pormenorizada sobre esses e os outros volumes da coleção, visto que o objetivo aqui foi apresentar as principais fontes que embasaram a minha tese e os caminhos escolhidos para construir parte da história dos anos iniciais da editora Alfa-Omega. Portanto, por ora, fica a reflexão de como um catálogo e a produção literária podem revelar a atuação política e social de uma editora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FASCÍNIO PELAS FONTES**

88

A cada dia que encontrava uma fonte nova ou apurava uma informação inédita com os editores, aumentava o entusiasmo para seguir em frente e não desistir diante daquelas fragilidades emocionais, que inevitavelmente atingem qualquer pesquisador. O fascínio que as fontes trazem foi o combustível necessário para não esmorecer e, dessa forma, construir parte da memória Alfa-Omega, uma editora de oposição, criada por um jovem casal e que teve uma função muito importante no país, funcionando como uma espécie de *locus* de produção literária brasileira, onde os autores nacionais – alguns até mesmo desconhecidos do grande público – foram acolhidos para expressar o seu pensamento crítico e reflexivo, em um período marcado pela censura militar.

Sendo assim, o primeiro esforço da tese foi o de conhecer os jovens Fernando Mangarielo e Claudete Machado Mangarielo, os responsáveis por dar vida a Alfa-Omega. A empresa, sediada no pequeno apartamento do casal, lançou *A Ideia Republicana no Brasil, Através dos Documentos*, de Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, como a sua primeira publicação. Em aproximadamente uma década, a Alfa-Omega já alcançava o seu lugar ao sol, ficando próxima às editoras renomadas do mercado. Com um catálogo bastante rico e promissor, a editora superou a marca de cento e quarenta títulos em onze anos de atividades.

Ainda nesta parte do trabalho, ficou nítida a tendência dos editores em publicar autores nacionais e temas ligados às Ciências Humanas. Essa foi uma característica que marcou o perfil dos editores e da Alfa-Omega. O leitor, ao se deparar com uma publicação da Alfa-Omega, podia ter a certeza de encontrar um material consistente, sobre os diversos aspectos da conjuntura política, econômica e social do Brasil. Os leitores passaram a ter em mãos não apenas um livro, mas uma espécie de ferramenta de utilidade pública.

Em seguida, e sem querer dar conta de analisar a rica e polêmica produção bibliográfica da editora, alguns títulos do catálogo de 1984 foram projetados na tese em decorrência da repercussão depois de editados. Isso trouxe uma visão um pouco mais ampla da importância da Alfa-Omega na construção de um pensamento crítico. Foram livros e coleções que marcam a história da editora, como o caso da obra *A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, de Fernando Morais, publicado em 1976; e da coleção História Imediata, publicada entre os anos de 1978 e 1979.

Dessa forma, a tese foi sendo construída. A angústia inicial – ocorrida pela ausência de um arquivo privado, organizado, com a documentação pessoal dos editores e da editora – foi sendo diluída. Percebi que poderia construir boa parte da pesquisa utilizando outros métodos e elementos, como as fontes destacadas nesse artigo: as entrevistas; as fontes de periódicos; o catálogo de 1984; a bibliografia sobre o tema; e a própria produção da casa, como os livros e as revistas que tiveram grande repercussão na imprensa escrita. E esse foi o caminho!

Ainda há muito para ser estudado sobre Alfa-Omega e sua produção literária. A minha tese foi apenas um primeiro trabalho acadêmico, e que está longe de trazer uma totalidade sobre o tema. É um objeto que ainda tem muito a oferecer, principalmente por conta da sua rica produção literária e por sua contribuição para história política do Brasil.

#### **AGRADECIMENTOS:**

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

## REFERÊNCIA

DÓRIA, P. *et. al.* **A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

FARIA, Á. de. Leitura. *In: Diário da Noite*, de 14 de março de 1973. Disponível na internet via: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=221961\\_05&pagfis=22489](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=221961_05&pagfis=22489). Acesso em: 30 set. 2022.

GORENDER, J. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

INFORMATIVO ALFA OMEGA, 1984. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Exemplares, 1984 a 1984. Tombo, I002603713. Localização, 3,051,03,18. Coleção, 1984. Biblioteca, periódicos.

MANGARIELO, C. Entrevista concedida ao autor, em São Paulo, no dia 16 de julho de 2018.

MANGARIELO, F. C. de C. Entrevista concedida ao autor, em São Paulo, no dia 16 de julho de 2018.

MAUÉS, F. Edição, Política e Ditadura: dois livros de oposição da editora Alfa-Omega. Edição, Política e Ditadura: dois livros de oposição da editora Alfa-Omega. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 39, s/n, p. 01-27, 2020. Disponível na Internet via: <http://historiasp.franca.unesp.br/edicao-politica-e-ditadura-dois-livros-de-oposicao-da-editora-alfa-omega/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

MAUÉS, F.; NERY, J. E.; REIMÃO, S. Alfa-Omega: o pensamento crítico em livro. **Intercom**, São Paulo, v. 38, n. 01, p. 169-190, jan./jun. 2015. Disponível na Internet via: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2210A>-cesso em: 19 jan. 2019.

MORALIS, E. G. **Enunciação e Representação**: na conjuntura das Diretas Já! Tese de Doutorado em Linguística. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2008.

OBORÉ. **A Greve na Voz dos Trabalhadores**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

OBORÉ. Disponível em: <https://obore.com/>

REIS, N. F. I. **Memória Social e Guerrilha do Araguaia**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Goiânia – GO: Universidade Federal de Goiás – UFG, 2013.

RODRIGUES, I. J. As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical. In: BOITO, A. (org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

S/A. Livros. In: **Jornal de Caxias**, Caxias do Sul, de 28 de fevereiro de 1983. Disponível na internet via: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882470&pesq,=araceli%20corrup%C3%A7%C3%A3o%20em%20sociedade&pasta=ano%20197&pagfis=17473>. Acesso em: 30 set. 2022

SANTANA, M. A. Classe Trabalhadora, Confronto Político e Democracia: o ciclo de greves e os desafios do sindicalismo atual. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 104, p. 19-65, 2018. Disponível na internet via: <https://www.scielo.br/j/ln/a/f77DLNR-Z6wnwtgcsfpnyFMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SILVA, W. S. da. **Livros em Guerra**: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia. Tese de Doutorado em História. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará-UFC, 2019.

SORÁ, G. A. **Brasilianas**: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010.

SOUZA, R. de A. **A Materialidade da Repressão à Guerrilha do Araguaia e do Terrorismo de Estado no Bico de Papagaio, TO/PA**: noite e nevoeiro na Amazônia. Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo – SP: Universidade de São Paulo – USP, 2019.

91

Recebido/ Received: 02/11/2022  
Aceito/ Accepted: 15/03/2023  
Publicado/ Published: 30/04/2023

## CRIAÇÃO DA BASE DE DADOS E MAPEAMENTO CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO DO TESAURO DA LITERATURA DE CORDEL

*DATABASE CREATION AND CONCEPTUAL MAPPING FOR THE ELABORATION OF THE THESAURY OF CORDEL LITERATURE*

### **Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque**

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4934-5918>. E-mail: [ebaltar2007@gmail.com](mailto:ebaltar2007@gmail.com)

### **Gracy Kelli Martins**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1805-9292>. E-mail: [gracykelli@gmail.com](mailto:gracykelli@gmail.com)

### **Raimunda Fernanda dos Santos**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente permanente externa do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7750-3269>. E-mail: [fernanda@facc.ufrj.br](mailto:fernanda@facc.ufrj.br)

### **Denyson Axel Ribeiro Mota**

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2069-134X>. E-mail: [denysonmota@gmail.com](mailto:denysonmota@gmail.com).

### **André Anderson Cavalcante Felipe**

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5349-4353>. E-mail: [andreandersonf@gmail.com](mailto:andreandersonf@gmail.com)

### **Sale Mário Gaudêncio**

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bibliotecário da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA).

### **Eveline Filgueiras Gonçalves**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bibliotecária da Universidade de Brasília (UnB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8228-1920>. E-mail: [evelinefg@gmail.com](mailto:evelinefg@gmail.com)

### **Fabiana da Silva França**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bibliotecária da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8330-4621>. E-mail: [fabiana21franca@gmail.com](mailto:fabiana21franca@gmail.com)

### **Rosane Suely Álvares Lunardelli**

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5405-072X>. E-mail: [lunardelli@uel.br](mailto:lunardelli@uel.br)

### **Lucélia Mara de Souza Serra**

Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Bibliotecária (UFCA). Bibliotecária da Universidade Federal do Ceará (UFC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9030-5438>. E-mail: [lucelia.serra@ufca.edu.br](mailto:lucelia.serra@ufca.edu.br)

### **Maria Eduarda Dantas Hardman Urtiga**

Graduanda do Curso de Engenharia da Computação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7003-6282>. E-mail: [udahardmann@gmail.com](mailto:udahardmann@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo descreve o processo de criação da Base de Dados Literatura de Cordel, cujos folhetos foram analisados com o objetivo de identificar seus temas e organizar sua estruturação conceitual para a futura elaboração de um tesouro da área. Os cordéis disponíveis na base de dados fazem parte de acervos diversos e são de autoria de poetas populares identificados em pesquisas realizadas anteriormente. A Semântica Discursiva (GREIMAS, 1976) foi o método de análise linguística e textual utilizado para identificar os temas abordados nos folhetos de cordel. As Classes Temáticas para cordéis, criadas por Albuquerque (2011), foram o ponto inicial da análise do corpus da pesquisa e oportunizaram a organização e a demonstração das relações semânticas existentes entre os temas e as figuras encontradas nos folhetos. Como resultado, foram criadas 27 Classes Temáticas, chamadas, neste estudo, de Categorias. Cada uma delas foi desdobrada em subcategorias, com os respectivos conceitos, para auxiliar a representação temática e facilitar a recuperação do folheto de cordel. O estudo viabilizou a construção de uma base de dados em que estão organizados 2.668 títulos de folhetos de cordel representados de modo temático. Com os dados coletados e organizados nessa primeira fase, será possível elaborar o 'Tesouro da Literatura de Cordel', próxima ação a ser realizada na pesquisa.

**Palavras-chave:** Literatura de Cordel. Semântica discursiva. Análise temática. Representação da informação.

## ABSTRACT

This report describes the creation process of the Cordel Literature Database, whose leaflets were analyzed with the objective of identifying their themes and organizing their conceptual structure for the future elaboration of a thesaurus of the area. The leaflets available on the database are part of several collections and are authored by popular poets identified in previous research. Discursive Semantics (GREIMAS, 1976) was the method of linguistic and textual analysis used to identify the themes addressed in the cordel leaflets. The Thematic Classes for cordel leaflets, created by Albuquerque (2011), were the starting point of the analysis of the research corpus and they provided the opportunity to organize and demonstrate the semantic relationships between the themes and figures identified in the leaflets. As a result, 27 Thematic Classes were created, called Categories in this study, and each of these were broken down into Subcategories with their respective concepts, to assist in the thematic representation and facilitate the retrieval of the cordel leaflet. The study enabled the construction of a database in which 2,668 titles of cordel leaflets are organized, represented in a thematic way. The data collected and organized in this first phase will allow the elaboration of the 'Thesaurus of Cordel Literature', the next action to be carried out by the research.

**Keywords:** cordel literature. Discursive semantics. Thematic analysis. Information representation.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, inserida no espaço científico das Ciências Sociais Aplicadas, teve como lastro a Ciência da Informação e objetivou produzir conhecimentos científicos acerca da organização e da representação da informação por meio da consolidação de uma ação integrada entre os Grupos de Pesquisa 'Leitura, Organização, Representação, Produção



e Uso da Informação<sup>1</sup> e 'Memória, Acervos e Patrimônio (MAPA)'<sup>2</sup> e o Laboratório de Investigações Bakhtinianas Relacionadas a Cultura e Informação (LIBRE-CI)<sup>3</sup>. O interesse comum pelo mesmo objeto de estudo reforça a parceria que também se estende para outras Instituições de Ensino Superior do país, afinal, a cultura popular engloba um número vasto de produções literárias, cuja autoria, em algumas vezes, é desconhecida, e datadas de épocas antigas da nossa língua, o que nos possibilita considerar sua tradicionalidade.

Cientes da falta de uma base de dados sobre Literatura de Cordel que represente a produção dessa importante manifestação cultural desenvolvida em todo o território nacional e promova estudos voltados para representar os vários tipos de assuntos contidos nela e utilizados por inúmeros leitores e pesquisadores, esta pesquisa partiu do seguinte objetivo geral: demonstrar o processo de criação e implementação de uma base de dados que contribuirá para a elaboração de um Tesouro da Literatura de Cordel. Seguindo essa linha de raciocínio, objetivou, especificamente:

- a) Descrever o processo de identificação dos temas abordados nos folhetos de cordel por meio dos procedimentos semânticos de tematização e figurativização terminológica da Literatura de Cordel; e
- b) relatar como foi realizado o processo de seleção e delimitação dos conceitos e dos termos associados aos temas com vistas a disponibilizá-los em uma base de dados de acesso gratuito.

Este relato se justifica porque é importante registrar e descrever as experiências relacionadas ao processo de construção da base de dados de Literatura de Cordel, a qual se configura como uma fonte importante para a posterior criação de um tesouro voltado para esse tema. Além disso, este estudo poderá inspirar o desenvolvimento de muitas pesquisas no âmbito da Ciência da Informação e áreas afins sobre esse importante gênero textual.

Diante do exposto, a construção da base de dados Literatura de Cordel visa, por meio do mapeamento conceitual/temático, elaborar um tesouro em Literatura de Cordel, quando os incentivos e as parcerias forem favoráveis a esse empreendimento, que requer capital humano especializado e investimento financeiro significativo. Outrossim, com essa iniciativa, será possível criar e implementar um instrumento para representar o conhecimento sobre cordel ainda inexistente no Brasil.

No processo de coleta dos dados, os cordéis foram pesquisados em acervos de diversas instituições brasileiras e, a partir da identificação dos materiais coletados, a análise foi baseada na Semântica Discursiva, um método de análise linguística e textual criado

<sup>1</sup> <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7134246198765108>

<sup>2</sup> <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2813669542970174>

<sup>3</sup> <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4347138080586902>

por Algirdas Julien Greimas (1976), semioticista francês. Esse método visa compreender como os significados são expressos a partir dos elementos linguísticos que compõem um texto utilizando conceitos de figurativização (uso de metáforas e outras figuras de linguagem) e tematização (destaque dado a determinado tema no texto). Com a pesquisa terminológica da Literatura de Cordel e a identificação dos temas abordados nos folhetos de cordel, selecionamos e delimitamos conceitos e termos especificados em um processo de classificação temática.

Para analisar o *corpus*, utilizamos, como base do mapeamento conceitual, as Classes Temáticas propostas por Albuquerque (2011), consideradas para a classificação bibliográfica da Literatura Popular como ferramenta de organização das relações semânticas existentes entre os temas e as figuras para compor futuramente um tesouro.

Depois de fazer o levantamento conceitual e a caracterização dos descritores na Base de Dados de Literatura de Cordel, uma base de dados institucional disponível em: <https://literaturadecordel.ccsa.ufpb.br/literaturadecordel/index.php/DCl/>, criamos 27 (vinte e sete) Classes Temáticas, chamadas de Categorias. Para cada uma delas, criamos Subcategorias, para facilitar a recuperação dos folhetos na base. No escopo do mapeamento temático, analisamos 2.668 (dois mil, seiscentos e sessenta e oito) títulos de cordéis e extraímos 294 (duzentos e noventa e quatro) temas e seus respectivos conceitos no contexto da Literatura de Cordel.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentamos a Semiótica greimasiana - base teórica que norteou a investigação, o mapeamento conceitual dos descritores e a categorização dos folhetos – os quais se configuram como a etapa inicial para construir o tesouro da Literatura de Cordel - que parte do princípio de que todo enunciado tem uma intenção e foca a construção de sentidos.

### 2.1 SEMIÓTICA GREIMASIANA

Ao investigar determinado objeto, compreendemos a linguagem como um meio de representar, expressar e registrar o conhecimento. Para Chauí (1982, p. 142),

a linguagem é um instrumento do pensamento para exprimir conceitos e símbolos, para transmitir ideias e valores. A palavra [...] é uma representação de um pensamento, de uma ideia ou de valores, sendo produzida pelo sujeito que usa sons e letras com essa finalidade.

Assim, para que um discurso tenha fundamentos, é preciso que as palavras formem um conjunto de ideias que possam ser compreendidas, caso contrário, correm o risco de

não terem sentido algum. Foucault (1996, p. 8), quando trata da linguagem como discurso, explica:

Em toda sociedade, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Graças aos recursos da linguagem, podemos observar, numa relação intertextual com outros discursos, uma variedade de interpretações que somos capazes de fazer, de reformular e de produzir ideias relacionadas a pensamentos sociais, históricos, políticos e culturais.

A Semiótica é uma teoria fundamental para se compreender o discurso como um processo discursivo de produção da significação e o texto como produto. Bertrand (2003, p. 188) assevera que a Semiótica organiza um texto em forma de um percurso gerativo de sentido, que

a) vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto; há, assim, enriquecimento e concretização do sentido da etapa mais simples e abstrata à mais complexa e concreta, ou seja, os elementos que se manifestam na superfície do texto estão já ‘enriquecidos’ e ‘concretizados’ e provêm, metodologicamente, de relações semânticas mais simples e abstratas; b) são determinadas três etapas no percurso, podendo cada uma delas ser discutida e explicada por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis; c) a primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, é o nível fundamental e nele a significação se apresenta como uma oposição semântica; d) no segundo nível, o narrativo, organiza-se a narrativa do ponto de vista de um sujeito; e) finalmente, a terceira etapa, a mais complexa e concreta, é a discursiva, em que a organização narrativa torna-se discurso, graças aos procedimentos de temporalização, espacialização, actorialização, tematização e figurativização, que completam o enriquecimento e a concretização semântica já mencionados.

96

Como toda ciência, a Semiótica tem suas vertentes: a de origem norte-americana, fundada por Charles Sanders Peirce (1839-1914); a de tendência filosófica, que a considera como uma ciência dedicada ao estudo da ação do signo na mente e na natureza; e a predominantemente linguística, proposta por Hjelmslev (2014) e largamente difundida por Greimas (1976).

O modelo teórico-metodológico utilizado nesta pesquisa foi direcionado pela Semiótica greimasiana, que, pelo

princípio da narratividade como trama textual [...], procura demonstrar que discursivizar é construir um percurso de produção de sentido que vai do abstrato e simples, como camada profunda, ao mais concreto e complexo, ou seja, a tematização-figurativização, camada da manifestação desse elemento abstrato, em um discurso (DINIZ, *et al*, 2000, *online*).

Usando os critérios de classificação e dos universos dos discursos, como os discursos literários e os não literários, podemos delimitar muitos aspectos da tipologia discursiva. Entretanto, quando se trata de discursos etnoliterários, particularmente na literatura popular, eles não se submetem aos critérios que tipificam os discursos mencionados, devido à complexidade e à diversidade com que caracterizam uma identidade cultural.

Neles se encontram narrativas que por certo não ocorreram ou, pelo menos, não teriam acontecido nos termos em que são explicitados. Falta-lhes, numa primeira leitura, a verossimilhança. Seus atores não são conhecidos, ou, se há nomes, não podem ser atestados. O sujeito-enunciador é comumente apagado ou substituído por um ente imaginário ou virtual [...] (PAIS, 2004, p. 177).

Nos estudos de linguagem, a questão do método é fundamental. Veyne (*apud* ORLANDI, 1993, p. 53) afirma que,

diante de várias perspectivas metodológicas adotadas, não se trata do mesmo visto de várias perspectivas, mas de uma multiplicidade de objetos diferentes. Ou seja, as diferentes perspectivas pelas quais se observa um fato, ou acontecimento, dão origem a uma multidão de diferentes objetos de conhecimento, cada qual com suas características e propriedades.

Jogando a luz sobre a Literatura de Cordel, por suas especificidades, a análise semiótica é uma ferramenta importante para as diversas relações que desejamos observar em diferentes textos, produtos de um discurso. Ao analisar os folhetos e suas particularidades, como produções etnoliterárias, os procedimentos semânticos de tematização e figurativização terminológica possibilitam observar as várias interpretações que somos capazes de fazer, graças aos recursos da linguagem, que, em estilos diferentes, podem transmitir o mesmo conteúdo.

Vinculadas aos princípios de indexação, que consiste na análise conceitual e na tradução de um documento em determinado conjunto de termos padronizados (LANCASTER, 2004), tais abordagens nos direcionam a um dos primeiros passos da descrição temática de textos dessa natureza, orientada por um viés científico, o que origina um vocabulário controlado, formado por uma lista de termos interligados semanticamente e que, a partir da representação da informação, servirá para controlar sinônimos, diferenciar homógrafos e agrupar termos afins. Assim, ao alcançar sua conclusão, esse vocabulário se configurará como um instrumento de representação e recuperação da informação, apresentado como um Tesouro da Literatura de Cordel.

### 3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Para fazer o levantamento dos temas tratados na Literatura de Cordel, analisamos um *corpus* de folhetos de cordel disponíveis em acervos online e físicos de poetas populares identificados em pesquisas já realizadas no país citadas abaixo:

- a) Tese de doutorado, pelo Programa de Pós-graduação em Letras na Universidade Federal da Paraíba (2007-2011), intitulada 'Literatura Popular de Cordel: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica';
- b) Pesquisa financiada pelo CNPq: 'Na memória da tradição: vida e obra dos poetas populares brasileiros' (2012-2014);
- c) Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo: 'A cultura dos cordéis: mapeamento temático e territorial no Brasil' (2015-2016);
- d) Pesquisa financiada pelo CNPq: 'Memória da cultura popular: poetas da Literatura de Cordel no Brasil' (2015-2017);
- e) Tese de doutorado, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba: 'Representação sociocultural do conhecimento: contribuição teórico-metodológica para o campo informacional' (2016-2020);
- f) Aquisição de novos folhetos com os recursos advindos da pesquisa 'Tesouro em Literatura de Cordel: um instrumento de representação da cultura popular', submetida a este Edital (MCTI/CNPQ Nº 28/2018 – Universal).

98

#### 3.1 MAPEAMENTO E SELEÇÃO DOS TERMOS REGISTRADOS (TRATAMENTO E EXTRAÇÃO)

Dando continuidade à coleta dos dados, descrevemos as etapas centradas na identificação de conceitos da Literatura de Cordel, por meio da delimitação conceitual, que consiste em analisar os temas e atribuir os descritores de acordo com suas categorias temático-figurativas.

Para a etapa de análise e definição conceitual, recorreremos aos procedimentos semânticos de tematização e figurativização, organizados pelo Grupo de Trabalho responsável, e empregamos os termos e os conceitos que estavam diretamente relacionados à tematização e à figurativização extraídas dos cordéis indexados.

O acompanhamento das etapas foi feito em reuniões periódicas de análise e discussão de cada atividade realizada. Considerando o período pandêmico em que foi desenvolvida a pesquisa, as reuniões aconteceram via plataformas digitais de comunicação.

Com base nas teorias e nas metodologias apresentadas nas pesquisas, iniciamos a leitura e a análise de 3.168 folhetos de cordel (três mil, cento e sessenta e oito), o que nos possibilitou identificar e extrair as figuras que conduziram aos temas. Os resultados das análises, chamadas de Quadro Geral e Quadro de Classe Temática – Temas/Discursivização, cujos temas e conceitos foram revisados pelo Grupo de Pesquisadores responsável pelo mapeamento conceitual dos descritores.

Desconsiderando os temas duplicados, encontramos 294 (duzentos de noventa e quatro) temas (descritores), que foram ordenados alfabeticamente para facilitar a análise do material. Em seguida, observamos suas relações com o contexto de extração do tema e a figura.

### 3.2 ANÁLISE DOS TEMAS (DESCRITORES)

Na análise dos temas, para aplicar a metodologia, adotamos, como critério, a garantia literária, a garantia de uso e a garantia cultural, que orientaram os processos de análise conceitual e a tradução da indexação dos temas. Com base na figura e no contexto, aplicamos aos temas um conceito que se alinhasse ao tipo de discursivização que o cordel analisado apresentava.

Os descritores temáticos foram analisados à luz da estrutura que o Quadro Geral e o Quadro de Classe Temática ofereceram. No Quadro Geral, cada cordel foi descrito e indexado com as seguintes unidades de registro: Poeta (nome da/o responsável pela obra); Título; Contexto (extração de trechos que evidenciam a figura e o tema); Figura e Tema (com base no Cordel). No Quadro de Classe Temática, cada tema está vinculado à sua respectiva classe (orientada pelas Classes Temáticas propostas por Albuquerque (2011)), incluindo a discursivização (conceitos relativos a cada tema) de acordo com o contexto de figurativização e tematização empregado.

Usando essas ferramentas, o GT de mapeamento conceitual fez um teste para avaliar as estratégias que seriam adotadas nesse processo. Para isso, criamos um formulário e, depois de analisar uma amostra de 30 (trinta) temas (descritores), estruturamos uma planilha com as seguintes unidades descritivas: a) Tema; Contexto (com base no Quadro Geral); b) Discursivização (com base no Quadro de Classes Temáticas – Temas – Discursivização); c) Referências (registradas no Quadro Classe Temática); d) Conceito 1 (pesquisa em dicionários e registro das definições que o tema/descritor apresenta de maneira geral); e) Referência (do dicionário utilizado para extrair o conceito em questão); f) Conceito final (atribuído ao tema, considerando o contexto em que é empregado e a discursivização do tema).



Os dicionários da língua portuguesa disponíveis eletronicamente (Priberam, Michaelis, Dicionário online de português, por exemplo) e o Dicionário Brasileiro de Literatura de Cordel (SILVA, 2013) foram consultados com vistas a comparar as definições apresentadas com as discursivizações já existentes no Quadro de Classes Temáticas.

**Quadro 1** - Exemplo da estruturação do Quadro Geral

| TEMA     | CONTEXTO  | DISCURSIVIZAÇÃO<br>(QUADRO CLASSE TEMÁTICA – TEMAS – DISCURSIVIZAÇÃO)  | REFERÊNCIA  | CONCEITO 1<br>(DICIONÁRIO)  | REFERÊNCIA  | CONCEITO FINAL   |
|----------|---|--|---|---|---|--|
| Abandono | [...] Numa<br>cama de asilo<br>Sem ninguém<br>para me<br>abraçar [...]. É<br>doloroso o<br>isolamento<br>psicológico da<br>velhice O<br>sentimento de<br>abandono do<br>seu viver [...] | Discursivização 1 -<br><br>Caracterizando o ato de deixar alguém desamparado ou sem proteção.<br><br>Discursivização 2 –<br><br>Caracterizando a rejeição do marido pela esposa, que compromete o relacionamento afetivo entre eles. | <a href="https://www.dicio.com.br/abandono/">https://www.dicio.com.br/abandono/</a> | Ação de deixar alguma coisa, uma pessoa, uma função, um lugar: abandono da família; abandono do posto; abandono do lar; Esquecimento, renúncia: abandono de si mesmo. | <a href="https://dicionario.priberam.org/abandono">https://dicionario.priberam.org/abandono</a> | Ato ou efeito de desistir, de renunciar, de deixar para trás alguma coisa, uma pessoa, uma função ou um lugar. |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Para identificar o conceito de um domínio, é necessário observar os relacionamentos estabelecidos entre os descritores e seus respectivos conceitos. Essa identificação determina a caracterização e a delimitação das relações semânticas entre os termos/conceitos que só poderão ser evidenciadas no contexto em que serão aplicados.

Nesse sentido, a análise do contexto envolve o domínio da Literatura de Cordel, a partir da garantia cultural (BARITE, 2011), a fim de valorizar e manter toda a originalidade regional que acompanha as expressões presentes na discursivização que consta nos poemas.

Dentro desse recorte, os quadros construídas pelo GT responsável por selecionar os temas possibilitaram que a análise do contexto indicasse as definições relativas aos temas e que o conceito atribuído respondesse, de maneira unívoca, a cada tema extraído da Literatura de Cordel analisada. Sempre que possível, acessávamos o cordel para fazer uma leitura mais ampla e completa a fim de entender bem mais a discursivização registrada. A maioria dos conceitos encontrados nos dicionários citados apresentaram uma pluralidade de sentidos. A leitura de cada conceito localizado nos dicionários e a identificação da definição mais pertinente e padrão exigiam a compreensão do tema, a figura atribuída a ele e a adequação do conceito respeitando sua aplicabilidade no contexto do poema.

A aplicação da discursivização dos temas presentes no Quadro Classe Temática – Discursivização – Tema foi mantida no Quadro de Análise dos Temas (banco de dados com critérios de indexação), no entanto, como **já referimos**, isso exigiu uma revisão do contexto e dos conceitos utilizados para a discursivização, tendo em vista o contexto dos poemas e as peculiaridades da Literatura de Cordel e da utilização poética de maneira conotativa. Essas questões exigem uma análise mais atenta das figuras empregadas e sua relação com o tema (descriptor) e o conceito. A análise e o tratamento dos temas geraram uma lista de temas, originada pelos princípios da indexação, como mostra o Quadro 2:

**Quadro 2** – Classes temáticas da Literatura de Cordel

|                             |
|-----------------------------|
| Agricultura                 |
| Biografias e personalidades |
| Bravura e valentia          |
| Cidade e vida urbana        |
| Ciência                     |
| Contos                      |
| Crime                       |
| Cultura                     |
| Educação                    |
| Erotismo                    |
| Esporte                     |
| Feitiçaria                  |
| Fenômeno sobrenatural       |
| História                    |
| Homossexualidade            |
| Humor                       |
| Intempéries                 |
| Justiça                     |
| Meio ambiente               |
| Moralidade                  |
| Morte                       |
| Peleja                      |
| Poder                       |
| Política e Social           |
| Religião                    |
| Romance                     |
| Saúde e doença              |

Fonte: Albuquerque (2011)

Para a discursivização, relemos cada um dos conceitos e elaboramos conceitos padronizados, que estão diretamente vinculados às figuras e aos temas bem como à sua representatividade na Literatura de Cordel. Todavia, em virtude da natureza polissêmica dos conceitos presentes em mais de uma Classe, optamos por garantir aos termos uma representação de significados mais generalista e só aplicamos a especificidade quando necessário. Assim, os temas homônimos, atribuídos em distintas classes, foram revistos, e quando exigiam, recebiam um qualificador ou uma sugestão de adequação. Porém não foram excluídos, mas preservados em um Banco de Dados específico para posterior consulta como ‘Termos relacionais’ na construção do Tesouro de Literatura de Cordel. Nesse primeiro momento, o mapeamento centrou-se em realizar exclusivamente a construção terminológica dos termos gerais (TG), que serviria de base para uma segunda etapa, no que tange aos termos relacionais (TR) e aos termos específicos (TE).

Os termos gerais, que aqui chamamos de temas, foram organizados e representados em uma base de dados chamada de ‘Literatura de Cordel’, que se apresenta a seguir.

#### **4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Abordaremos aqui o processo de elaboração da Base de Dados Literatura de Cordel, ação proposta no objetivo geral desta pesquisa, com a finalidade de estabelecer a estruturação conceitual de cordéis e de colaborar com o levantamento conceitual e o mapeamento dos descritores, ação caracterizada como o primeiro momento da elaboração do Tesouro em Literatura de Cordel.

##### **4.1 PLATAFORMA DE LITERATURA DE CORDEL**

Com as iniciativas de acesso aberto, é possível proceder à distribuição eletrônica livre e gratuita de publicações que aceleram e enriquecem a pesquisa, para que cientistas, acadêmicos, pesquisadores, docentes e discentes possam ter acesso ao conhecimento que é produzido nas instituições, sem a necessidade de esperar o envio do material impresso ou pagar altos custos para comprar ou fazer *download* de um item.

O *Public Knowledge Project* (PKP) é uma iniciativa multiuniversitária que desenvolve *softwares* de código aberto (gratuito) e realiza pesquisas para melhorar a qualidade e o escopo das publicações. Foi criado em 1998 por John Willinsky, na *University of British Columbia*, e tem sido expandido com duas âncoras institucionais na *Stanford University* e na Biblioteca da *Simon Fraser University* (SFU Library). O PKP também tem quatro parceiros principais de desenvolvimento: o Conselho de Biblioteca e as bibliotecas da Universidade de Ontário (OCUL), da Universidade de Alberta, da *University of British Columbia* e da *University of Pittsburgh*, que fornecem um significativo suporte financeiro.

Atualmente, o Projeto PKP disponibiliza os seguintes ambientes:

- a) *Open Journal Systems* (OJS);
- b) *Open Monograph Press* (OMP);
- c) *Open Conference Systems* (OCS);
- d) *Open Harvester Systems* (OHS);
- e) *Open Preprint Systems* (OPS).

Para implementar a Base de Dados em Literatura de Cordel, optamos pelo *Open Monograph Press* (OMP), que é um *software* de código aberto desenvolvido pela PKP, (<http://pkp.sfu.ca/>) para gerenciar fluxos de trabalho, e que pode funcionar como um site com recursos de catálogo. A plataforma OMP também usa o ONIX como padrão da indústria para requisitar metadados, criar miniaturas de capa e publicar documentos digitais em vários formatos, dentre eles: PDF, EPUB etc., e é composta de módulos separados, o que lhe possibilita ser customizada para atender a necessidades específicas e se ajustar a cada contexto.

Para a base de dados em Literatura de Cordel, utilizamos o servidor que abriga os projetos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por ser um *software* livre e com código aberto, e cuja base foi implementada para atender às necessidades da pesquisa. O uso de um *software* personalizado proporciona benefícios quantificáveis, pois supre as necessidades organizacionais específicas e aperfeiçoa as rotinas de trabalho. Antes de customizar a plataforma OMP para a base de dados em Literatura de Cordel, fizemos um levantamento no qual desenhamos os mapas do processo, desde a submissão de cada documento até sua disponibilização.

#### 4.1.1 Estruturação da base de dados em Literatura de Cordel

Concomitantemente a esse processo, implantamos os dados registrados do fluxo de trabalho, no sistema de gestão eletrônica de publicação de cordéis, a fim de customizar a plataforma OMP. Em seguida, procedemos às seguintes etapas:

- a) inclusão de metadados traduzidos para o português (a versão mais completa é no idioma inglês);
- b) estilização do catálogo com a criação de categorias e a instalação de *plugin*, como por exemplo, navegar por outros idiomas, logotipo e capa para identificar os cibercordéis;
- c) instalação do contador de visitas;
- d) atualização da plataforma OMP para uma versão mais atual (3.2.1.2), em 10 março de 2021. Foram obtidas uma nova interface e mais funções de gerenciamento;
- e) inclusão, descrição e disponibilização dos folhetos de cordel.

A geração de conhecimentos e de conceitos em determinada área temática, especificamente na literatura popular, estimula pesquisadores a ensejarem mecanismos e instrumentos eficazes para recuperar, preservar, disseminar e acessar as informações. O processo de armazenamento, busca, recuperação e disseminação de informação tem-se alterado significativamente, em pouco tempo, determinando uma interação direta e crescente entre os usuários e os sistemas de informação. A figura que segue apresenta a página principal da base de dados criada e implementada, que se configura como um sistema de informação com elementos de representação e campo para recuperar os cordéis.

**Figura 1 – Literatura de Cordel**



Fonte: <http://literaturadecordel.ccsa.ufpb.br/literaturadecordel/index.php/DCI/catalog>

A estrutura da base de dados ordenou os cordéis de acordo com seus respectivos temáticas, o que possibilitou mais precisão na recuperação dos folhetos. Sempre que possível, foram identificados por suas capas vinculadas aos títulos e às pessoas responsáveis pela autoria.

#### **4.1.2 Levantamento conceitual e caracterização de descritores no banco de dados da Literatura de Cordel**

A base de dados teve como ponto inicial a classificação proposta por Albuquerque (2011). Para otimizar as ferramentas de recuperação, foram criadas 27 (vinte e sete) Classes Temáticas, aqui chamadas de Categorias, apresentadas na Figura 2.

**Figura 2 – Categorias**



Fonte: <http://literaturadecordel.ccsa.ufpb.br/literaturadecordel/index.php/DCI/catalog>

Para cada categoria registrada, criamos as subcategorias com seus respectivos conceitos, para facilitar a recuperação do folheto de cordel. Foram descritos 2.668 (dois mil, seiscentos e sessenta e oito) títulos de cordéis. No Quadro 3, abaixo, apresentamos alguns exemplos.

**Quadro 3 – Categorias e subcategorias: Educação, Erotismo, Meio ambiente**

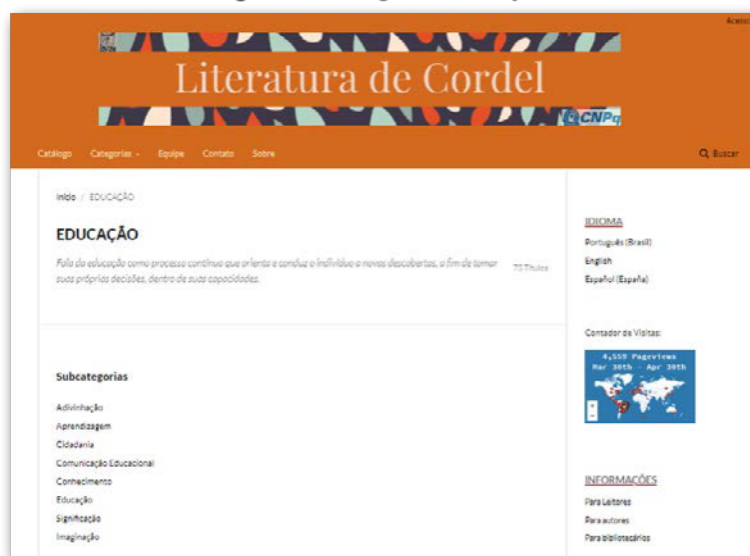
| EDUCAÇÃO     | EROTISMO      | MEIO AMBIENTE |
|--------------|---------------|---------------|
| Adivinhação  | Desejo        | Destruição    |
| Aprendizagem | Erotismo      | Ecologia      |
| Cidadania    | Exibição      | Infração      |
| Comunicação  | Promiscuidade | Liberdade     |
| Educação     | Prostituição  | Natureza      |
| Significação | Safadeza      | Poluição      |
|              | Sexualidade   | Preservação   |
|              | Libertinagem  | Prisão        |
|              |               | Vida          |
|              |               | Temperatura   |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Para detalhar bem mais a estruturação de conceitos e descritores da base de dados, utilizaremos como exemplo a categoria ‘Educação’ (Figura 3) e a subcategoria ‘Adivinhação’ (Figura 4).



**Figura 3 – Categoria ‘Educação’**



Fonte: <http://www.ccsa.ufpb.br/literaturadecordel/index.php/DCI/catalog/category/educacao>

**Figura 4 – Subcategoria ‘Adivinhação’**



Fonte: <http://literaturadecordel.ccsa.ufpb.br/literaturadecordel/index.php/DCI/catalog/category/adivinacao>

As bibliotecas vivenciam, atualmente, uma nova cultura informacional para garantir o acesso à informação e melhorar sua capacidade de atender ao usuário. A recuperação da informação envolve múltiplas operações consecutivas, como a seleção e a aquisição de documentos e a armazenagem, executadas para localizar a informação necessária ou documentos que a contenham. Organizar e tratar tecnicamente a informação em acervos especializados, como é o caso da Literatura Popular, é criar formas de representação e recuperação mais eficazes. A recuperação desse acervo possibilitará ao usuário identificar os documentos de seu interesse, portanto, é um serviço de grande relevância para sua disseminação.

Como mecanismo de busca, a base de dados Literatura de Cordel também possibilita recuperar temas diretamente. Na Figura 5, apresentamos um exemplo com o tema ‘Cangaço’.

**Figura 5 – Busca pelo tema ‘cangaço’**



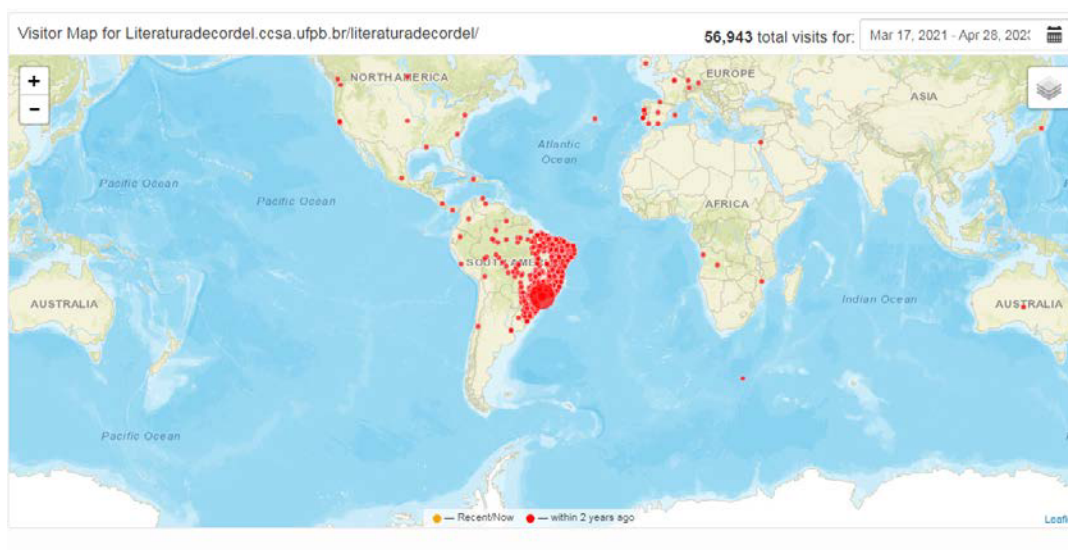
Fonte: <http://literaturadecordel.ccsa.ufpb.br/literaturadecordel/index.php/DCI/search/search?query=canga%C3%A7o>

Por fim, vale ressaltar que é sobremaneira importante aperfeiçoar e adaptar metodologias em Organização e Representação da Informação, para garantir à área da Ciência da Informação contribuições qualitativas e quantitativas, com o fim de renovar o quadro teórico e aplicado de pesquisas que abordam esse tema.

#### **4.1.3 Contador de visitas**

Na base de dados, implantamos a ferramenta ‘Contador de visitas’ a fim de avaliar a movimentação do site para atrair e reter visitantes. Como podemos observar na Figura 6, foram 56.943 (cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e três) acessos, desde que a base foi criada até a elaboração deste artigo (18/03/2021 a 28/04/2023).

**Figura 6 – Contador de visitas**



Fonte: <https://clustrmaps.com/site/1bgtx>

O contador de visitas também nos possibilitou identificar as localidades de acesso e dimensionou o alcance que a base passou a ter depois que foi estruturada e de os folhetos serem disponibilizados.

#### **4.1.3.1 Distribuição das visitas**

Por meio dessa ferramenta, é possível coletar informações sobre o número de pessoas que acessaram o site, o período em que o acesso ocorreu, bem como a origem do acesso. Com a informação da distribuição geográfica dos visitantes, é possível entender a audiência e identificar usuários em diferentes regiões, o que possibilita *insights* valiosos sobre o alcance da base de dados Literatura de Cordel e identificar áreas geográficas com potencial de crescimento. O Quadro 1, listamos os países de origem dos usuários da base.

**Quadro 1 – Distribuição das visitas por país**

| PAÍS           | VISITAS |
|----------------|---------|
| Brasil         | 54.812  |
| Estados Unidos | 661     |
| Portugal       | 200     |
| Espanha        | 198     |
| Costa Rica     | 136     |
| Panamá         | 84      |
| França         | 77      |

| PAÍS                | VISITAS |
|---------------------|---------|
| México              | 58      |
| Angola              | 53      |
| Japão               | 52      |
| Argentina           | 51      |
| Alemanha            | 28      |
| Moçambique          | 27      |
| Canadá              | 26      |
| Irlanda             | 25      |
| Colômbia            | 21      |
| Curaçao             | 20      |
| Peru                | 18      |
| Bolívia             | 17      |
| Itália              | 14      |
| Austrália           | 13      |
| Haiti               | 13      |
| Chile               | 13      |
| Holanda             | 12      |
| Equador             | 11      |
| Reino Unido         | 9       |
| Suíça               | 9       |
| Israel              | 8       |
| Rússia              | 8       |
| Venezuela           | 8       |
| Indonésia           | 5       |
| El Salvador         | 5       |
| Vietnã              | 5       |
| Dinamarca           | 5       |
| China               | 4       |
| Uruguai             | 4       |
| Cabo Verde          | 4       |
| Irã                 | 4       |
| Romênia             | 4       |
| Guatemala           | 3       |
| República da Coreia | 3       |
| Paraguai            | 3       |
| Noruega             | 2       |
| Bélgica             | 2       |
| Honduras            | 2       |
| Peru                | 2       |
| Suécia              | 2       |

| PAÍS                        | VISITAS |
|-----------------------------|---------|
| Nova Zelândia               | 2       |
| Macau                       | 2       |
| Camboja                     | 2       |
| Albânia                     | 2       |
| São Tomé e Príncipe         | 1       |
| Suriname                    | 1       |
| Sérvia                      | 1       |
| Reunião                     | 1       |
| Namíbia                     | 1       |
| Martinica                   | 1       |
| Maldivas                    | 1       |
| Reino Hachemita da Jordânia | 1       |

**Fonte:** Dados do contador de visitas (2023)

Foram registradas 54.812 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e doze) visitas originárias do Brasil, provenientes de 2.245 (dois mil, duzentos e quarenta e cinco) localidades distintas. O Quadro 2 apresenta as dez principais cidades de origem dos visitantes.

**Quadro 2** – Principais cidades brasileiras de origem dos visitantes

| LOCALIDADE     | VISITAS |
|----------------|---------|
| São Paulo      | 3.316   |
| João Pessoa    | 1.996   |
| Rio de Janeiro | 1.635   |
| Fortaleza      | 1.361   |
| Salvador       | 992     |
| Recife         | 973     |
| Natal          | 666     |
| Belo Horizonte | 603     |
| Brasília       | 569     |
| Mossoró        | 551     |

**Fonte:** Dados do contador de visitas (2023)

Os Estados Unidos figuram como o país de origem do segundo maior volume de acessos registrados. Foram contabilizadas 661 (seiscentas e sessenta e uma) visitas originárias, distribuídas em um total de 48 (quarenta e oito) localidades distintas. As dez principais cidades de origem dos visitantes estadunidenses podem ser conferidas no Quadro 3.

**Quadro 3** – Principais cidades estadunidenses de origem dos visitantes

| LOCALIDADE                           | VISITAS |
|--------------------------------------|---------|
| Redmond (Washington)                 | 144     |
| São Francisco (Califórnia)           | 66      |
| Wilmington (Delaware)                | 31      |
| San Mateo (Califórnia)               | 25      |
| São Rafael (Califórnia)              | 13      |
| Ocean Isle Beach (Carolina do Norte) | 8       |
| Nova Orleans (Luisiana)              | 7       |
| Mountain View (Califórnia)           | 6       |
| Pasadena (Califórnia)                | 6       |
| San Jose (Califórnia)                | 6       |

**Fonte:** Dados do contador de visitas (2023)

Observamos que Portugal se destaca como o terceiro país com o maior volume de acessos registados provenientes de 52 (cinquenta e duas) localidades distintas, totalizando 200 (duzentas) visitas. As principais cidades de origem dos visitantes portugueses estão dispostas no Quadro 4.

**Quadro 4** – Principais cidades portuguesas de origem dos visitantes

| LOCALIDADE        | VISITAS |
|-------------------|---------|
| Lisboa            | 25      |
| Espinho           | 12      |
| Angra do Heroísmo | 9       |
| Porto             | 6       |
| Coimbra           | 6       |
| Maia              | 6       |
| Covilhã           | 6       |
| Leiria            | 5       |
| Amadora           | 5       |
| Vila Nova de Gaia | 5       |

**Fonte:** Dados do contador de visitas (2023)

Conhecer a localização geográfica dos usuários é essencial para acompanhar o crescimento e pensar em aprimorar continuamente a base de dados de Literatura de Cordel. Por meio da análise da distribuição geográfica dos visitantes do site, é possível obter informações para identificar áreas com potencial interesse em temas e discussões científicas voltadas para a Literatura de Cordel e divulgar pesquisas que ampliem o número de investigações teóricas e metodológicas sobre representação da informação.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos oriundos de pesquisas dessa natureza são notados em produções teórico-metodológicas e no desenvolvimento de instrumentos e produtos voltados para os acervos, com o fim de recuperar a informação e de atender a demandas informacionais.

O aperfeiçoamento e a adaptação de metodologias em Organização e Representação da Informação garantem à área da Ciência da Informação contribuições qualitativas e quantitativas para renovar o quadro teórico-metodológico e ampliar o número de pesquisas voltadas para esse tema.

Reconhecemos a importância da Literatura de Cordel, gênero literário que recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, no ano de 2018, e cuja diversidade temática nos levou a estabelecer critérios de tratamento e organização do acervo. As bibliotecas, atualmente, vivenciam uma nova cultura informacional, para garantir que o usuário tenha acesso à informação e se aproprie dela e melhorar sua capacidade de atendê-lo.

Para organizar e tratar a informação em acervos especializados, como é o caso da literatura popular, é necessário criar formas de representação e de recuperação mais eficazes. A recuperação desse acervo possibilita ao usuário identificar os documentos que lhe interessam. Esse é um serviço sobremaneira importante para disseminá-lo. O folheto de cordel, com suas características específicas, seus múltiplos temas e expressiva forma de composição poética, merece um tratamento diferenciado na representação dos seus dados. Todavia, isso requer um tratamento que represente descritivamente esses acervos.

A política de busca, armazenamento, recuperação e disponibilização de um acervo tem o objetivo de estabelecer diretrizes voltadas para recuperar conteúdos, a fim de subsidiar estudos e pesquisas desenvolvidas por pesquisadores, docentes, discentes e a comunidade em geral, proporcionando-lhes uma estrutura dinâmica, interativa e atualizada. O desenvolvimento de ações integradas de pesquisa em bibliotecas e institutos de pesquisa no Brasil, cujos acervos contemplem a literatura popular, com vistas a estabelecer a estruturação conceitual, originou esta ação caracterizada como o primeiro momento para elaborar o Tesouro em Literatura de Cordel.

Este projeto resultou na criação de uma base de dados disponível em: <https://literaturadecordel.ccsa.ufpb.br/literaturadecordel/index.php/DCI/>, cuja função é de informar ao usuário o que existe sobre determinado poeta, cordéis ou assuntos.

Para além da pesquisa implementada com os fomentos do Edital Universal Chamada CNPq/ MCTI Nº 28/2018, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em que foi contemplada, ela se estendeu por meio da produção

de conhecimentos em projetos de iniciação científica, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e artigos científicos que unem a cultura do cordel aos processos de Organização e Representação da Informação, o que possibilita mais alcance dos processos, dos produtos e dos instrumentos, tendo em vista a recuperação da informação e sua inserção nas discussões acadêmicas, em busca de produções teóricas e soluções metodológicas unidas com as tecnologias da informação e da comunicação, para projetar esses conhecimentos plurais.

Os resultados científicos apoiados no uso das tecnologias proporcionam a divulgação de projetos dessa natureza e, conseqüentemente, tornam-se parâmetros de referência para o desenvolvimento de novas pesquisas e para a ampliação, a difusão e a produção de conhecimentos na área de Organização e Representação da Informação.

Este relato de pesquisa não se encerra aqui, porquanto se espera que ele inspire novas investigações e o aprofundamento dos estudos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento voltados para a Literatura de Cordel e que o mapeamento aqui descrito possibilite a criação de um Tesouro em Literatura de Cordel, nosso objetivo em projetos futuros.

## REFERÊNCIAS

113

ALBUQUERQUE, M. E. B. C. **Literatura popular de cordel**: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica. 2011. 321 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6183>. Acesso em: 2 fev. 2022.

BARITÉ, M. G. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización de conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave**, v. 1, n. 1, p. 2-11, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/60772>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

DINIZ, M. L. V. P. et al. Semiótica: um novo paradigma para leitura do verbal, não-verbal e sincrético. In: CELLIP - CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO PARANÁ, 13., 2000, Campo Mourão. **Anais [...]**. Campo Mourão, PR: FECILCAM, 2000. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20100707072214/http://webmail.faac.unesp.br/~mldiniz/publicacoes/artigo003.html>. Acesso em: 30 abr. 2023.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1976.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

PAIS, C. T. Literatura oral, literatura popular e discursos etno-literários. In: BATISTA, M. F. B. M. et al. (org.). **Estudos em literatura popular**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

ORLANDI, E. P. (org.) **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

SILVA, G. F. (org.). **Dicionário Brasileiro de Literatura de Cordel**. Rio de Janeiro: Editora Rovellet, 2013.

**Recebido/ Received: 02/04/2023**  
**Aceito/ Accepted: 24/04/2023**  
**Publicado/ Published: 30/04/2023**

**AS FESTAS POPULARES E PANDEMIA: A FESTIVIDADE DO BOM SENHOR JESUS DO BONFIM E AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA CULTURA**

*THE POPULAR FESTIVITIES AND THE PANDEMIC: THE FESTIVITIE OF BOM SENHOR JESUS DO BONFIM AND THE COMUNICATION STRATEGIES TO THE MAINTENANCE OF CULTURE*

**Valdir Jose Morigi**

Professor Doutor do Departamento de Ciência da Informação/FABICO da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2304-399X> E-mail: [valdir.morigi@gmail.com](mailto:valdir.morigi@gmail.com)

**Vinícius Bard Mathias de Souza**

Graduando em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3695-3802> E-mail: [vinicius\\_bard@hotmail.com](mailto:vinicius_bard@hotmail.com)

**Júlia Oldra Medeiros**

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9103-3681> E-mail: [juliaoldra@gmail.com](mailto:juliaoldra@gmail.com)

**RESUMO**

A pandemia de Covid-19 que atingiu o mundo em 2020 provocou alterações nas mais diversas esferas sociais. Um dos segmentos mais afetados pelas políticas de distanciamento social foi o campo cultural, sobretudo as festividades populares. Este estudo busca compreender de que forma ocorreu a transição de certos elementos de festas tradicionais para celebrações virtuais em vista da preservação destas em meio a pandemia. O foco deste artigo é a análise da festa do Bom Senhor Jesus do Bonfim a partir de fontes oficiais e das estratégias de resistência adotadas para continuidade da celebração, a festa é considerada patrimônio cultural imaterial pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Conclui-se que o ato da utilização de redes virtuais para representação de elementos festivos tradicionais contribui para resistência cultural em meio a um ano atípico.

**Palavras-chave:** pandemia e festas populares; festa do Bom Senhor Jesus do Bonfim; resistência cultural.

**ABSTRACT**

The Covid-19 pandemic that hit the world in 2020 caused changes in the most diverse social spheres. One of the segments most affected by social distancing policies was the cultural field, especially popular festivities. This study seeks to understand how the transition from certain elements of traditional parties to virtual celebrations occurred in view of their preservation in the midst of the pandemic. The focus of this article is the analysis of the Bom Senhor Jesus do Bonfim party from official sources and the resistance strategies adopted to continue the celebration, the party is considered intangible cultural heritage by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN). It is concluded that the act of using virtual networks to represent traditional festive elements contributes to cultural resistance in the middle of an atypical year.

**Keywords:** popular festivities and pandemic; festa do Bom Senhor Jesus do Bonfim; cultural resistance.

## 1 INTRODUÇÃO

Geralmente, as festas populares são classificadas como produtos massivos da indústria cultural, entretanto elas resguardam diferentes significações sociais que envolvem as trocas simbólicas entre os indivíduos, os grupos e a sociedade. As festas populares são práticas culturais e fazem parte das tradições de determinados grupos da sociedade. Elas possuem várias dimensões: social, política, cultural, econômica, religiosa entre outras, e são responsáveis pela comunicação dos valores da tradição cultural, da construção da memória e da identidade social.

Além disso, as festas populares são eventos públicos de entretenimento que atraem multidões, ajuntamentos ou aglomerações de pessoas através das quais possibilitam maior contato social e ampliação das redes de sociabilidade. Neste artigo refletimos sobre o momento contemporâneo e a situação da pandemia que impõe como protocolo o distanciamento social e a proibição de aglomerações, sejam elas quaisquer. Nesse cenário, como ficam as celebrações festivas, as festas populares? Que estratégias os organizadores dos festejos populares adotaram durante o período da pandemia? Como os eventos populares resistem às novas práticas do distanciamento social?

Para além do sentido contemporâneo, que percebe as festas como uma aglomeração de pessoas, elas possuem outras dimensões e significados sociais mais profundos. A necessidade de estar junto, a criação de sentido comum e a construção do mundo comum é o que possibilita os encontros com os outros, fazendo com que as festas resistam as situações adversas aos tempos de “normalidade social”.

A realização de festas populares acaba por ser uma parte importante das relações sociais dos habitantes de determinada região com sua cultura e seu território, ocupando um lugar significativo na dinâmica das cidades brasileiras e na formação de uma identidade cultural local. Porém, quando a execução destas atividades é ameaçada por fatores externos, os eventos precisam ser reinventados, culminando em novos suportes de divulgação e participação, e até alterando os elementos tradicionais da festa.

A pandemia do novo Coronavírus, que atingiu o mundo em 2020 obrigou estes eventos a se transformarem, uma vez que a participação da massa de indivíduos tornou-se inconcebível e as festas populares foram obrigadas a encontrar uma nova forma de continuar existindo e atingindo seu público. É justamente na análise desta relação entre as festas populares e a pandemia que pretendemos entender como estas estão se adaptando, sobretudo pensando nas estratégias de comunicação que estão sendo utilizadas ou foram utilizadas para sua realização. Invariavelmente a execução destas estratégias de comunicação perpassam um dos pontos centrais deste artigo: o ciberespaço e a utilização de mídias digitais.

Para a realização deste estudo adotamos como método uma pesquisa exploratória, buscando compreender a transição dos elementos socioculturais da festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim no seu modelo tradicional para o modelo virtual. Para isso, comparamos duas edições da festa: de 2020, que ocorreu entre os dias 9 e 19 de janeiro, e de 2021, ocorrida entre os dias 8 e 17 de janeiro. Assim, analisamos a festa em dois contextos diferenciados: pré e pós pandemia respectivamente, com o objetivo de traçar um paralelo entre elas a partir das informações divulgadas sobre elas nos meios digitais, identificando suas semelhanças e diferenças. A escolha da festa justifica-se por sua grandiosidade: a celebração ocorre a 276 anos e é reconhecida, desde 2013, como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), manifestando um expoente de religiões, ritos e diferentes fés na capital baiana, atraindo amplo fluxo de devotos cristãos e de religiões afro-brasileiras, culminando em uma celebração de nove dias que antecede o tradicional carnaval de Salvador.

O estudo consistiu na análise das informações divulgadas nos principais jornais digitais, televisão e redes sociais os quais foram transmitidas as festividades durante o período pandêmico. A partir da análise de matérias e das principais imagens veiculadas nos jornais e revistas, que divulgaram informações sobre o evento, foi possível comparar as mudanças nas práticas da festa em meio a pandemia e após a mesma. A continuidade da celebração, mesmo que de forma limitada durante a pandemia, contribui para sua sucessão ininterrupta, de forma que é através desta que a festa se mantém viva. Além disso, a utilização de mídias sociais e digitais corroboraram para uma difusão dos elementos culturais, uma vez que é através das redes digitais que se possibilita ultrapassar as fronteiras físicas.

Utilizamos também da análise de fontes teóricas de estudos realizados sobre a festa, feitas através de uma revisão bibliográfica. Isso inclui livros e textos acadêmicos relevantes que apresentassem e discutissem sobre a história, a cultura e a memória da festa. A partir dessa revisão combinada com a análise das fontes jornalísticas, conseguimos demonstrar e refletir sobre a relevância social e cultural da festa para a história e a identidade cultural e religiosa do Brasil, bem como analisar, descrever as principais mudanças na estrutura do ritual festivo durante o período da pandemia.

Concluimos que a utilização das tecnologias de informação e comunicação foi fundamental, pois possibilitaram a divulgação e a participação, em outro formato, das atividades da festa. No caso do Bom Senhor Jesus do Bonfim, elas formam uma estratégia de resistência frente às restrições impostas pelo contexto da pandemia.



## 2 TRADIÇÃO E RESISTÊNCIA: A FESTA SENHOR BOM JESUS DO BONFIM

Para compreendermos como surge a celebração do Senhor Bom Jesus do Bonfim precisamos partir do princípio que toda “tradição é inventada”. Conforme afirma Hobsbawm:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWM, 1997, p. 9)

Assim podemos pensar as festas populares, pois elas não nascem prontamente como regra, mas sim como prática. O evento acaba por repetir-se de tal maneira contínua que seu conjunto de práticas e normas se tornam regra, e a festa acaba intrínseca à memória cultural da região, elevando-se ao nível de tradição cultural. Festejar também acaba por se tornar uma forma de identificação, de constituição da identidade individual e coletiva. Segundo Ferreira:

Fazer festa significa colocar-se diante do espelho, procurando a si mesmo e à sua identidade; é buscar reencontrar as garantias histórico-culturais, reafirmando-as na força da representação, no ato comunicativo e comunitário. Essa ação de resgatar a própria identidade é fundamental para encontrar-se a si mesmo e recuperar um equilíbrio que pode estar ameaçado (FERREIRA, 2006, p. 113)

118

As tradições festivas têm como base a constituição de uma identidade cultural de uma sociedade. A cultura como amplitude nessa questão, sempre esteve conectada às mudanças sociais, políticas e econômicas de determinado território e as celebrações e as manifestações culturais cumprem um papel de significação e de ressignificação das tradições para determinado grupo social. Dessa forma, as identidades culturais são constituídas de diversas formas como afirma Santos (2008), podem originar-se através de uma instituição dominante, por exemplo, mas somente assumem esse papel definido quando os atores sociais se apropriam e incorporam, construindo seu significado através dessa incorporação e apropriação.

Através da constituição da identidade individual e coletiva, outros processos de constituição de determinado valor cultural também se apresentam. A memória aparece como um ato coletivo e social para se manter em voga, longe do esquecimento, aquilo que se quer guardar da história e da cultura de determinado grupo da sociedade e que acaba, por consequência, por criar as identidades desse mesmo grupo. As manifestações

desta forma de não esquecimento são diversas, mas a nós cabe a análise da memória coletiva como parte da manutenção da cultura e da história da festa de Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim. Jacques Le Goff descreve a memória como

[...] um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. [...] A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1990, p. 16)

A partir dos conceitos de cultura, identidade e memória da prática da festa, conseguimos compreender a sua dinâmica e os elementos históricos e culturais que constituem os festejos. Entretanto, apenas trazer informações e traçar o início da festa é algo insuficiente. É necessário fazer uma contextualização da celebração. De acordo com Nunes Neto (2013), a disseminação da devoção a Jesus do Bonfim, em Salvador, teve origem com o capitão português Theodózio Rodrigues Faria que, em 1745, leva consigo uma imagem do Senhor Bom Jesus do Bonfim, depositando-a na então Igreja da Penha na península de Itapagipe. O capitão solicita ao então Arcebispo da Bahia a permissão para fundar a Irmandade de devotos leigos, cuja missão seria manter o culto ao Nosso Senhor Jesus do Bonfim e a Nossa Senhora da Guia.

Consequentemente, em 1746, inicia-se o processo de edificação da igreja, onde em 1754 foi realizada uma missa festiva em homenagem a finalização da primeira parte da construção e também do transporte da imagem sacra trazida por Theodózio, que agora ganhava sua morada definitiva. Desde 1745 organizavam-se ritos de reverência e homenagem ao Senhor. Porém, é só em 1804 que o Papa Pio VII concede o segundo domingo de janeiro após a epifania como data oficial a ser celebrada pelos fiéis, conforme consta no “Dossiê da Festa do Bonfim”, publicado pelo IPHAN em 2010.

A festa torna-se um momento marcante em Salvador. Os devotos antes católicos, agora confundem-se entre os praticantes de religiões afro-brasileiras, deixa de ser exclusiva à península de Itapagipe e agora começa a integrar a Cidade Baixa, apropriando elementos que resultam em um sincretismo religioso específico daquela localidade. Esta combinação resulta em alguns atritos ao longo do histórico da festividade, entre eles o mais notável é a proibição da lavagem da igreja em 1889, momento em que se homenageia tanto o Senhor quanto Oxalá. Porém, o que as autoridades católicas não perceberam é que ao proibir a lavagem do interior da igreja, forçaram os participantes a partir em direção ao Largo do Bonfim e seus arredores. Se antes apenas um número limitado conseguia entrar na igreja, a partir desse momento, a lavagem das escadarias e do adro torna-se mais acessível e mais

visível, culminando no assentamento deste elemento como parte essencial do alicerce da celebração.

As proibições e críticas à Lavagem do Bonfim, durante o século XIX, não foram suficientes para que os fiéis deixassem de realizar esse ato de fé, para eles, absolutamente sagrado. As portarias e normas eclesásticas foram apenas em parte obedecidas. [...] a interdição não foi capaz de apagar o brilho, a alegria e a emoção de se homenagear o Senhor do Bonfim e Oxalá na porta, no adro e no largo em frente ao tempo. E o principal dia de festa continuou em plena expansão durante o século XX (IPHAN, 2010, p. 29).

A celebração começa, então, a tomar sua forma definitiva, estabelecida como um conjunto de ritos e de preparações que ocorrem durante o ano inteiro e culminam em uma celebração de nove dias, com início no primeiro dia após a epifania. Este período é dividido em cinco momentos-chave segundo o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: as novenas, o cortejo, a Lavagem das escadarias e do adro da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, os Ternos de Reis e a Missa Campal. Ainda segundo o IPHAN

[...] o culto começou a atrair fiéis de toda Salvador e também das ilhas da Baía de Todos os Santos e cidades do Recôncavo, extrapolou o espaço da Península de Itapagipe, onde está localizada a igreja, para ganhar as ruas da Cidade Baixa. A irmandade perdeu grande parte do domínio sobre o culto, afinal, um dia específico – a segunda quinta-feira após o dia de Reis – se afirmou, a partir do início do século XIX, como a data da lavagem do templo, ato associado ao culto de Oxalá (IPHAN, 2010, p. 5).

120

A festa tornou-se a principal manifestação religiosa popular dos baianos, com um acúmulo histórico e cultural de enorme expressão nacional e internacional. O IPHAN caracteriza a festa como formadora da identidade cultural e da construção da baianidade e uma das responsáveis pelo desenvolvimento turístico da cidade de Salvador no século XX. Conforme apresenta Nunes Neto (2014):

[...] a Festa do Senhor do Bonfim de Salvador vem passando por reconfigurações da iconografia que a constitui e representa e que são dadas a ler através da repetição das práticas, valores e normas internas, socialmente compartilhados por distintos grupos sociais nos seus processos de construção de identidades. A Festa nasceu ancorada na tradição do culto a Este Santo em terras lusitanas, tendo desenvolvido na Bahia novos contornos. Dessa maneira, ao longo dos seus duzentos e sessenta e nove anos, passou por diversas transformações que em alguma medida fizeram com que pudesse ser tomada como eixo em torno do qual diversas práticas culturais encontraram possibilidades de aglutinação (NUNES NETO, 2014, p. 297).

A Festa do Nosso Senhor do Bonfim representa e constitui não somente parte da identidade e memória de Salvador e da Bahia, como constitui-se um momento de

demonstração das diversas religiosidades e fés presentes neste território, bem como no Brasil. As celebrações envolvidas nesse festejo são partes da cultura popular local, estão conectadas ao cotidiano dos indivíduos e das comunidades e acabam por preservar um senso de coletividade e identificação mútua entre os envolvidos por meio do festejo.

### **3 A FESTA DO SENHOR DO BONFIM: ENTRE O TRADICIONAL E O VIRTUAL**

Para compreendermos como ocorreu a transição do ritual festivo do formato tradicional para o ambiente virtual, durante o período da pandemia, precisamos descrever os seus elementos culturais e a sua ritualização, pois eles são partes essenciais da tradição da festa. Como vimos anteriormente, o IPHAN divide a festa em cinco etapas: as novenas, o cortejo, a Lavagem das escadarias e do adro da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, os Ternos de Reis e a Missa Campal. Para que possamos entender esses elementos que compõem a ritualização do festejo optamos pela descrição dos mesmos, comparando com o novo formato virtual da festa, atentando para as particularidades da ritualização da festa popular.

As novenas iniciam imediatamente após o Dia de Reis, seguindo durante todos os dias da festa até o sábado anterior ao dia do Senhor do Bonfim. Elas são marcadas pela reza dos fiéis durante 9 dias seguidos, dividindo subtemas religiosos específicos para cada dia e com a realização de encontros e eventos característicos durante este período. Durante as novenas, na quinta-feira anterior ao domingo de Bonfim, ainda são realizados mais dois eventos fundamentais para a festa: o cortejo e a lavagem das escadarias e do adro da Igreja. O IPHAN caracteriza:

A maioria das festas do catolicismo tem início com a novena e o ponto alto na procissão do santo homenageado. A Festa do Bonfim também tem a sua finalização com a procissão do domingo, quando a imagem peregrina do Senhor do Bonfim e imagens de santos, como Nossa Senhora da Guia, em andores enfeitados de flores, são carregados pelos devotos e guiados por padres e irmãos da Devoção de Nosso Senhor do Bonfim (IPHAN, 2010, p. 5).

Em 2020 as novenas aconteceram conforme a tradição dos anos anteriores, pois não havia restrições sanitárias em sua dinâmica, uma vez que oficialmente o Brasil não havia registros de casos de Covid-19. Entretanto, em 2021 apesar da realização de missas presenciais nos dias de novenas, foram limitados os números de fiéis, sendo utilizado o critério da ordem de chegada para o acesso ao interior da igreja. Além disso, ocorreram transmissões online das missas a fim de ampliar o acesso à tradição secular, conforme ilustrada na Figura 1.

**Figura 1** - Novena em homenagem ao Senhor do Bonfim em meio à pandemia - 2021



Fonte: (Telejornal BA Meio Dia, 2021)

Durante os dias das novenas ocorre o Cortejo, que se inicia na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e que termina na Lavagem das Escadarias da Basílica do Bonfim:

Esse cortejo se realiza numa extensão de, aproximadamente, 8 km, percorrendo a Cidade Baixa de Salvador. Tem início no Largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia e término na porta da Igreja do Bonfim. O cortejo é recebido com fogos, chuva de papel prateado, execução do hino ao Senhor do Bonfim e muitos vivas a Jesus e Oxalá (IPHAN, 2010, p. 6).

122

O evento ocorre na primeira quinzena de janeiro de cada ano. Em 2020, o cortejo ocorreu normalmente, no Brasil ainda não havia registro de Covid-19 até o momento. A peregrinação, como habitual, levou uma multidão em torno da imagem do Senhor do Bonfim até seu destino para a Lavagem das Escadarias. Em 2021, por conta das restrições sanitárias e de aglomeração, não houve o cortejo/caminhada com fiéis até a Basílica e o trajeto foi modificado. Segundo o Telejornal Bahia Notícias (2021) a imagem saiu da Igreja da Nossa Senhora da Vitória, seguiu pela Avenida Sete de Setembro até o Terreiro de Jesus. De lá, retornou pela Rua Carlos Gomes, desceu a Avenida Lafayette Coutinho (Contorno), passou pela Igreja da Conceição da Praia e seguiu até a Colina Sagrada. Podemos observar, nas Figuras 2 e 3, imagens da multidão que participa do cortejo em 2020, e o cortejo “solitário” ocorrido em 2021, sem a participação dos fiéis.



**Figura 2 - Cortejo em 2020**



Fonte: (Criativa Online, 2020).

**Figura 3 - “Cortejo” sem participação dos fiéis em 2021**



Fonte: (Anota Bahia, 2021).

Na sequência do cortejo, os fiéis deslocam-se até a Basílica para prosseguir com a Lavagem das escadas e do adro da Igreja, um dos momentos mais importantes da celebração. Para lavar as escadas e o adro, as baianas, vestidas com roupas africanas, levam cântaros com água de cheiro, além de serem acompanhadas por atrações culturais e musicais (como os Mascarados e o Bumba-meu-boi). Conforme descrição do IPHAN:



No entanto, para grande parte dos devotos e estudiosos da Festa do Bonfim, o ápice da demonstração de fé acontece no momento em que se lavam as escadarias da igreja. A Lavagem do Bonfim, que acontece na quinta-feira, no meio da programação católica, é um cortejo formado por baianas e diversas manifestações culturais, sem imagens de santos ou do Jesus Crucificado. O ato ganhou grande proporção tanto em relação ao número de participantes, quanto no significado religioso, especialmente entre os afro-descendentes e adeptos do Candomblé, e se tornou uma manifestação de fé tão importante que, muitas vezes, suplantou os atos católicos realizados dentro da igreja. Esse é também o momento de maior visibilidade das homenagens ao Senhor do Bonfim (IPHAN, 2008, p. 5).

Em 2020, a lavagem das escadarias e do adro aconteceram normalmente, levando centenas de milhares de fiéis à celebração. Em 2021, juntamente com o cortejo, a lavagem foi cancelada por motivos relativos à pandemia. Segundo jornais locais, fazia 104 anos que a Lavagem das Escadarias acontecia ininterruptamente. Nas Figuras 4 e 5, podemos observar o contraste em termos de participação do público nas celebrações ocorridas em 2020 e em 2021.

**Figura 4** - A Lavagem do Bonfim 2020



Fonte: (G1, 2021).

**Figura 5** - A Lavagem do Bonfim 2021



Fonte: (G1, 2021).

Após o último dia das novenas, na noite de sábado que antecede o domingo em que se celebra o Senhor do Bonfim, ordinariamente ocorrem as apresentações dos Ternos de Reis em frente à basílica, que consiste na montagem de um palco para apresentação de performances de grupos tradicionais. Como consta no Dossiê do Iphan sobre o momento dos Ternos de Reis:

Os ternos de Reis se apresentam, em um palco montado em frente a igreja, na noite de sábado, penúltimo dia da Festa do Bonfim. Integram o conjunto de festas populares tradicionais da cidade do Salvador e até hoje mantêm uma interseção nada desprezível com as outras formas de festejo (IPHAN, 2010, p. 63).

Os ternos mais tradicionais da festividade, segundo o IPHAN, são: o Terno da Luz, de Santa Rita; Terno Estrela de Ouro, da Liberdade; Terno da Rosa Menina, de Pernambués; Terno dos Astros, de Mussurunga; Terno das Ciganinhas, de Coutos; Terno da Eterna Juventude, do Caminho de Areia, e o Terno das Ciganinhas, da Massaranduba. As performances realizadas utilizam diversas alegorias baseadas na reinterpretação de tradições da cultura portuguesa, regional e local, com a referência na história bíblica dos Três Reis Magos. Os participantes utilizam roupas próprias, confeccionadas exclusivamente para a celebração, que representam tipos sociais. Além dos ternos e das representações dos Reis Magos, as alas de dançarinas se dividem em três categorias: as baianinhas, as ciganinhas e as pastorinhas. A Figura 6 ilustra os referidos ternos.



**Figura 6** - Representação dos Reis Magos no Ternos de Reis

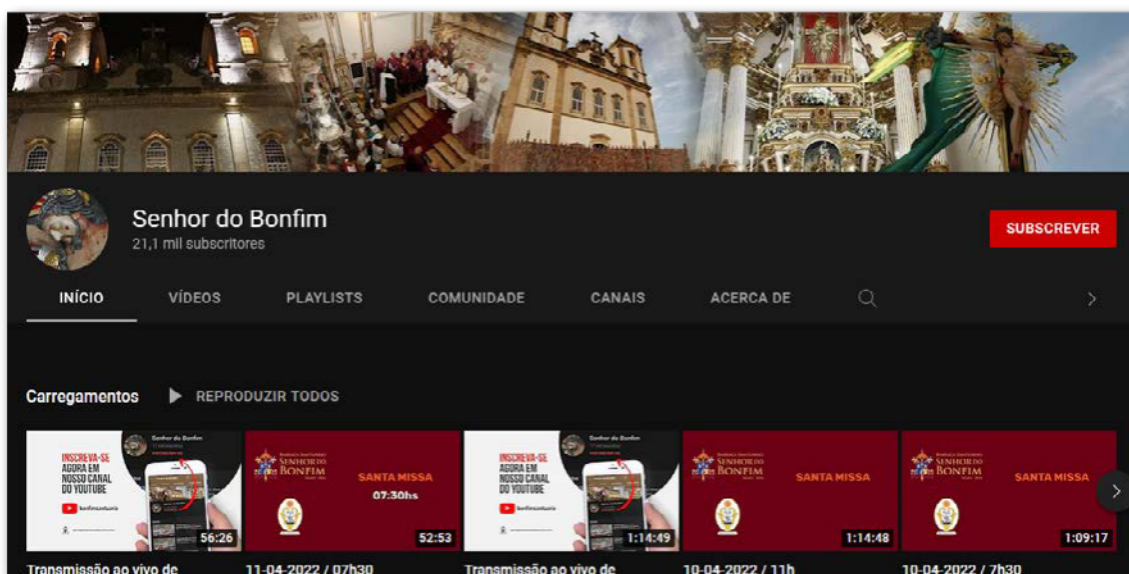


Fonte: (Correio 24 Horas, 2021).

Em 2020, como as demais partes da festa descritas, a celebração ocorreu normalmente. Devido à alta confluência de participantes em um único local, em 2021, esse elemento da tradição precisou ser adaptado, conforme as diretrizes estabelecidas pelo protocolo de ações de preservação do Covid-19. Os organizadores optaram pela realização da festividade que englobasse as diversas manifestações da Festa de Reis em um único evento à parte da festa no Nosso Senhor Jesus do Bonfim.

Por fim, após os Ternos de Reis, ocorre a Missa Campal, que é realizada no exterior da Basílica e reúne milhares de fiéis, momento solene que encerra as festividades do Senhor do Bonfim no domingo. Segundo o IPHAN (2010, p. 63), a Missa Campal “é uma forma de reforçar a necessidade da caminhada de fé, dar visibilidade aos irmãos da devoção de Nosso Senhor do Bonfim, vestidos com suas e, ao mesmo tempo, atrair a participação de jovens e membros de outras comunidades.” Em 2021 a Missa foi transmitida através da internet por meio do canal do *Youtube* da Basílica também como medida de prevenção ao coronavírus, conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7 - Canal do Youtube da Basílica Santuário Nosso Senhor do Bonfim

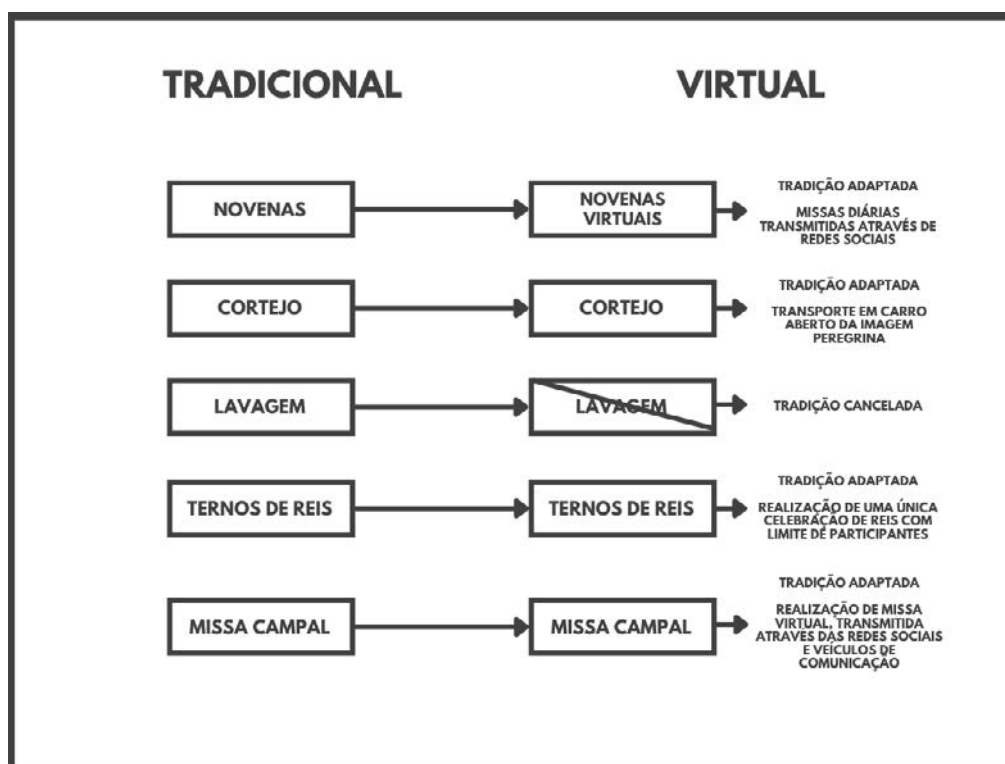


Fonte: Youtube (2021).

Mesmo com os esforços da organização da celebração para a realização da festa no atual cenário, alguns elementos da ritualização da tradição foram “perdidos” ou não puderam ser realizados. Um exemplo disso foi a típica frase de encerramento entoada pela multidão após a Missa Campal, de modo que, a partir da transmissão online, não ocorreu o coro: “Até o ano que vem, se Deus quiser”.

Observando as diferenças entre a ritualização tradicional da festa e a sua ritualização durante o período da pandemia, percebemos que o formato da celebração teve algumas modificações (conforme especificado no quadro abaixo). Algumas atividades realizadas no evento, principalmente as que envolviam a participação do público foram canceladas. As adaptações e as mudanças ocorridas na ordem do ritual foram parte das estratégias adotadas pelos organizadores do evento. Essas ações permitiram com que fosse possível a realização da tradição da festa durante esse período. Para visualizar tais adaptações elaboramos um quadro, fazendo um paralelo entre os elementos tradicionais da ritualização da festa e as suas adaptações realizadas no novo formato virtual da festividade.

**Quadro 1** - Paralelo Bonfim Tradicional/Virtual



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

No quadro podemos observar as mudanças ocorridas entre os dois anos descritos e comparados, 2020 e 2021. As novenas, que antes ocorriam presencialmente, ocorreram por meio de transmissões nas redes sociais, como o canal do Youtube do Santuário e o aplicativo Senhor do Bonfim. O cortejo foi adaptado em carro aberto e solitário, além de ter tido sua rota alterada por medidas de segurança, com objetivo de evitar as aglomerações. A tradicional Lavagem foi cancelada em 2021. Os Ternos de Reis foram adaptados, tendo sido escolhido realizar apenas uma celebração com limitação do número de participantes. A Missa Campal, assim como as novenas, ocorreu primariamente via transmissão nas redes sociais e em canais de comunicação (*Youtube, Facebook e Instagram*), tendo sido liberada a circulação de poucos fiéis para a celebração, que seguiram protocolos rígidos de distanciamento e demais cuidados.

### 3.1 PANDEMIA E AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA FESTA DO SENHOR DO BONFIM E PRESERVAÇÃO DA CULTURA

Considerando o contexto da pandemia, algumas modificações na ritualização da festa foram necessárias para sua realização. Em 2021, os rituais da celebração ocorreram,



mesmo que em condições adversas dos anos anteriores. O uso das tecnologias digitais auxiliou na transmissão remota das atividades da festa. Assim, foi possível dar continuidade e manter a tradição da festividade, ainda que de forma adaptada, uma vez que as regras de preservação da saúde em função do Covid-19 entre elas, o distanciamento social, tenha limitado a circulação de fiéis nos espaços da festa.

Todas as ritualizações, partes da celebração festiva foram transmitidas nas redes sociais do Santuário, como *Youtube*, *Facebook* e *Instagram*, durante o período do evento (do dia 8 a 17 de janeiro). O espaço da Basílica foi adaptado para receber fiéis, restringindo o número de pessoas no espaço. Também foi estipulado um limite do número de pessoas para acompanhar presencialmente. Além disso, o uso de máscaras, aferição de temperatura e o uso de álcool em gel foi obrigatório.

A imagem peregrina do Senhor do Bonfim, que saiu da Matriz da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, em carro aberto, no dia 14 de janeiro, fez um trajeto solitário (Figura 8). Os acessos à Colina Sagrada, local onde a imagem foi instalada, foram bloqueados pelos agentes de segurança para evitar movimentações e aglomerações e o trânsito, que geralmente é interdito nos locais de trajeto da imagem pela cidade, por conta da quantidade de fiéis, não foi interdito.

**Figura 8** - Trajeto solitário da imagem do Bom Senhor Jesus do Bonfim



Fonte: (Anota Bahia, 2021)



A tradicional e famosa Lavagem do Bonfim foi suspensa, tendo sido substituída por um cortejo sem fiéis que levou a imagem do Senhor do Bonfim por ruas da capital Salvador. Segundo matéria do G1 (2021), em cada um dos dias da novena, durante as missas, foram feitas homenagens pelos fiéis aos trabalhadores de áreas diversas como limpeza pública, comércio geral, transporte público e particular, comunicação, saúde e segurança pública e privada como forma de agradecimento e honraria aos seus esforços durante a pandemia. Também foram homenageados os familiares e as vítimas da Covid-19, entre os quais os familiares dos trabalhadores dos cemitérios e aqueles que viveram com seriedade a experiência do distanciamento social. Durante as missas realizadas todos os dias houveram pedidos de súplica e de orações ao Nosso Senhor do Bonfim para contenção do Coronavírus e de orações.

Conforme o G1 (2021), outra atividade que foi incorporada ao ritual da celebração em formato apropriado ao distanciamento social, foi feito um *Drive Thru* Solidário na sede do Projeto Bom Samaritano. No sábado, 16 de janeiro de 2021, para recolher alimentos não perecíveis, material de limpeza e higiene a serem redistribuídos para pessoas em vulnerabilidade social, conforme apresentada na Figura 9. No *site* do Projeto Bom Samaritano foi possível encontrar uma prestação de contas do que foi arrecadado durante essa ação.

**Figura 9** - Foto alimentos e materiais arrecadados no *Drive Thru* Solidário



**Fonte:** (Site do Projeto Bom Samaritano, 2021)

De acordo com o site do G1, o domingo, 17 de janeiro de 2021, dia oficial da festividade, às 5h da manhã, houve apenas o repique dos sinos, sem a tradicional alvorada como nas edições da festa dos anos anteriores, em respeito e atenção aos doentes internados em hospitais nas proximidades da Colina Sagrada.

Diversas foram as alterações que precisaram ser feitas em virtude do período de pandemia ainda vigente em 2021. Mesmo assim, essas modificações não impediram que novos formatos fossem pensados pela organização e pelo poder público para que a festividade continuasse a exercer sua marca como atividade cultural e da identidade soteropolitana. A inclusão de orações e os momentos de reflexão sobre a pandemia, o *Drive Thru* solidário e outras atividades trouxeram um olhar humanizado, de fé e esperança para a festividade, traduzidos pelo tema da celebração no ano de 2021: “Senhor do Bonfim, abraçar a Sua cruz fortalece a fé, liberta do medo e renova a nossa esperança” (JORNAL METRO1, 2021).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os impactos da pandemia de Covid-19 foram duramente sentidos pelo campo cultural, em especial às festas populares que dependem de aglomerações e de ajuntamentos de indivíduos para perpetuar sua memória e promover a sociabilidade entre seus participantes. A memória e a identidade cultural das festas populares sofreram com a incerteza da sua continuidade durante esse período.

Dentro deste contexto, diversas foram as modificações que precisaram ser realizadas por uma questão de saúde coletiva, do distanciamento social, para que as celebrações pudessem ocorrer, continuando a fazer parte do cotidiano da vida das pessoas e da sociedade. Nesse sentido, a utilização das tecnologias de informação e comunicação foi fundamental, pois possibilitaram a divulgação e a participação, em outro formato, das atividades da festa. No caso do Bom Senhor Jesus do Bonfim, elas formam uma estratégia de resistência frente às restrições impostas pelo contexto da pandemia.

As estratégias de comunicação adotadas para a participação do público na festa do Bom Senhor Jesus do Bonfim foram os usos das redes e outros meios de comunicação como jornais, televisão locais, canais em que foram divulgadas informações sobre a festa.

Na festa do Bom Senhor Jesus do Bonfim algumas modificações na ordem do ritual foram necessárias, tal como o cancelamento da Lavagem das Escadarias, a mudança de percurso do cortejo que impediu o acompanhamento dos fiéis nas atividades da celebração. Entretanto, houveram outras estratégias que permitiram a participação do

público. O formato virtual da festa garantiu a sua continuidade e a manutenção da festa. Estratégia como a criação do *Drive Thru* solidário demonstra que as festas populares possuem força viva e nela encontramos valores e sentimentos como a solidariedade presente nas atividades da festa seja ela em formato tradicional ou virtual.

**Agradecimentos** - A pesquisa obteve o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## REFERÊNCIAS

CORTEJO multirreligioso na Cidade Baixa de Salvador é feito desde 1773. **Criativa Online**. Bahia, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://criativaonline.com.br/cortejo-multirreligioso-na-cidade-baixa-de-salvador-e-feito-desde-1773/>. Acesso em: 9 abr. 2022.

FERREIRA, M. N. Comunicação, Resistência e Cidadania: as festas populares. **Comunicação e Informação**, V 9, n° 1: pág 111 - 117 - jan/jun. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/22807/13554>. Acesso em: 8 abr. 2022.

FESTA do Senhor do Bonfim 2021 x 2020; Veja fotos. **G1**. Bahia, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/01/14/festa-do-senhor-do-bonfim-2021-x-2020-veja-fotos.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2022.

HOBBSAWM, E. J. Introdução: a invenção das tradições. HOBBSAWM, E. J.; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IMAGEM do Senhor do Bonfim sai em cortejo pelas ruas de Salvador. **Anota Bahia**. Bahia, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://anotabahia.com/galerias/imagem-do-senhor-do-bonfim-sai-em-cortejo-pelas-ruas-de-salvador/>. Acesso em: 8 abr. 2022.

IPHAN ▯ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Festa do Bonfim: a maior manifestação religiosa popular da Bahia. Brasília, DF: IPHAN, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20Festa%20do%20Bonfim.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.

NOVENA ao Senhor do Bonfim começa nesta sexta-feira com acesso por ordem de chegada e transmissão online; veja. **G1**. Bahia, 8 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/01/08/novena-do-senhor-do-bonfim-comeca-nesta-sexta-feira-com-acesso-por-ordem-de-chegada-e-transmissao-online.ghtml>. Acesso em: 9 abr. 2022.

NOVENA ao Senhor do Bonfim começa nesta sexta-feira com transmissão online; saiba mais. **Metro1**. Bahia, 8 jan. 2021. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/101904,novena-ao-senhor-do-bonfim-comeca-nesta-sexta-feira-com-transmissao-online-saiba-mais>. Acesso em: 8 abr. 2022.

NOVENA em homenagem ao Senhor do Bonfim tem mudanças em meio à pandemia; confira. **Globoplay**. Bahia, 9 jan. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9165465/>. Acesso em: 9 abr. 2022.

NUNES NETO, F. A. A invenção da tradição: a “devoção” ao Senhor Bom Jesus do Bonfim na/da Bahia. **Interfaces Científicas, Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 1. p. 45-55, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/475/208>. Acesso em: 25 mar. 2022.

**PROJETO BOM SAMARITANO**. Resultado da arrecadação durante *Drive Thru* realizado no último dia da Novena da Festa do Senhor do Bonfim 2021. Disponível em: <https://bomsamaritanoprojeto.com.br/noticia/73-resultado-de-arrecada%C3%A7%C3%A3o-drive-thur>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SALVADOR: ternos de Reis são cancelados, mas festa é mantida com limitações. **Correio 24 Horas**. Bahia, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/salvador-ternos-de-reis-sao-cancelados-mas-festa-e-mantida-com-limitacoes/>. Acesso em: 8 abr. 2022.

SANTOS, A. S. Resistências culturais como estratégias de defesa da identidade. In: ENECULT, 4, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14437-01.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.

SENHOR DO BONFIM. Youtube. 2021 Disponível em: <https://www.youtube.com/c/SenhordoBonfimSalvador>. Acesso em 11 abr. 2022.

**Recebido/ Received: 07/06/2022**  
**Aceito/ Accepted: 03/01/2023**  
**Publicado/ Published: 30/04/2023**

## WEB DOCUMENTAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DA BASE DE DADOS NA CONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO DE DOCUMENTOS INTERLIGADOS

WEB DOCUMENTATION: AN ARCHIVAL SCIENCE DATABASE EXPERIENCE IN BUILDING A SET OF INTERCONNECTED DOCUMENTS

**Katia Isabelli Melo**

Professora do curso de Arquivologia - Universidade de Brasília. Doutora em Documentación: Archivos y Bibliotecas pela Universidad Carlos III. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista/CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0559-3891>. E-mail: [isabelli@unb.br](mailto:isabelli@unb.br)

**Douglas Paiva**

Arquivista. Universidade de Brasília. Membro do Grupo de Pesquisa Estudos prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista/CNPq. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1181-4109>. E-mail: [dglspai-va2@gmail.com](mailto:dglspai-va2@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo resgata o processo de construção da Base de Dados em Arquivística, BDA, ocorrida em 2019, e apresenta as principais alterações e adaptações implantadas, visando maior funcionalidade e fluidez na recuperação das informações. A ferramenta surge com uma proposta inédita e original, considerando a inexistência de uma base de dados abordando, especificamente, a produção científica e técnica, em arquivística, oriunda dos autores brasileiros. Aborda, também, a implantação da taxonomia visando agilidade na busca da informação, interrelacionar e contextualizar as informações. O estudo inclui uma revisão bibliográfica de conceitos que resultou nos destaques: taxonomia, relacionamento, web documentação, raspagem de dados e contexto documental. Partido disso, houve um mapeamento dos metadados a serem transformados em taxonomia e definição de sua estrutura. Posteriormente, ocorreu a migração dos itens, antes registrados na base, para a nova estrutura de dados. Em seguida, aconteceu a padronização e correção dos termos taxonômicos migrados. Por fim, a atualização dos manuais e o cadastramento de novos itens seguindo a nova estrutura. A partir da inclusão de novas funcionalidades, espera-se que a BDA apresente maior fluidez no atendimento às necessidades de informação dos profissionais da informação, sobretudo dos arquivistas, discentes dos cursos de Arquivologia e demais profissionais da informação.

**Palavras-chave:** arquivística; base de dados; produção científica; taxonomia; *web* documentação.

### ABSTRACT

This article discusses the construction process of the Archival Science Database (BDA) that took place in 2019, highlighting the main changes and adaptations implemented to enhance functionality and streamline information retrieval. The tool represents an innovative and original proposal, as there is currently no database specifically focused on Brazilian-authored scientific and technical production in archiving. The article also addresses the implementation of taxonomy to expedite information search, interrelates and contextualizes data, and consolidates a research tool. The study included a bibliographical review of concepts that resulted in the identification of taxonomy, relationship, web documentation, data scraping, and document context as critical features. This was followed by mapping metadata to be transformed into taxonomy and defining its structure. Subsequently, migration of items previously registered in the database was performed into the new data structure, followed by normalization and correction of migrated taxonomic terms. Finally, manuals were updated, and new items were registered following the new structure. With the inclusion of new features, the BDA is expected to provide greater fluidity in meeting the information needs of information professionals, particularly archivists, students of archival courses, and other information professionals.

**Keywords:** archival Science; database; scientific production; taxonomy; web documentation.



## INTRODUÇÃO

No Brasil, algumas ações nos levam a crer que a década de 1970 é um marco significativo para a Arquivologia, com o surgimento do movimento associativo, em 1971, a realização do primeiro congresso científico da área, em 1972, a institucionalização da graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria, em 1977, e o reconhecimento da profissão de arquivista no ano seguinte, 1978, referendadas por Fonseca (2008).

Inicialmente, a base teórica em arquivística constituía-se, basicamente, da produção científica europeia, sobretudo de autores holandeses, franceses, ingleses e espanhóis, com contribuições norte-americanas dos profissionais canadenses e americanos. No caso brasileiro, identificou-se que uma das obras mais antiga, de autoria nacional, data de 1931, ainda que estejamos no processo de pesquisa para identificar o primeiro livro publicado no país. Identificar e consolidar em um repositório toda a produção científica, até então completamente dispersa, revela-se como o principal objetivo da Base de Dados em Arquivística, BDA. Segundo Cunha, as bases de dados “são fontes de informação computadorizadas que podem ser pesquisadas num modo interativo ou conversacional através de um terminal de computador, telex ou mesmo um microcomputador” (CUNHA, 1989, p. 45).

Nas últimas décadas percebeu-se uma amplitude na produção e uso dos recursos tecnológicos nas mais variadas atividades cotidianas, ou seja, no ambiente de trabalho, na prática do ensino, na aquisição de bens e serviços, na interação entre as pessoas, dentre outras. O mesmo ocorreu em relação à pesquisa em arquivística, principalmente os resultados de aplicações teóricas e práticas, observações, estudos de caso, análise científica, produzidos pelos profissionais da área e áreas afins. Nesse sentido, a BDA, surge com a proposta de reunir numa ferramenta toda a produção científica e técnica de autores brasileiros, abarcando a pluralidade das temáticas arquivísticas, bem como acompanhando o crescimento das reflexões na área. A Base utiliza a ferramenta Tainacan, tendo como desenvolvedores, docentes da Universidade Federal de Goiás e da Universidade de Brasília. O Tainacan é vinculado à WordPress, sistema livre e aberto de gestão de conteúdo para a internet. Desde que foi desenvolvida, a BDA recebe suporte operacional do Núcleo de Tecnologia da Informação, da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília. Na implantação e atualização das novas funcionalidades, agregou-se a participação do arquivista Douglas Paiva.

A partir da apresentação da Base de Dados em Arquivística no II Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus, ocorrido em novembro de 2022, em Porto, Portugal, reunimos informações para compor o presente estudo, sobretudo acerca da implantação de novos recursos e funcionalidades para a BDA, como as taxonomias. Adotou-se como metodolo-



gia uma pesquisa bibliográfica tendo como aporte teórico os estudos de Dahlberg (1978), Campos (2004), Terra et al. (2005) e Araújo Júnior; Souza; Albuquerque (2015).

Lançada oficialmente em setembro de 2021, na Semana Universitária da Universidade de Brasília, foi obtendo reconhecimento e formando parcerias no meio acadêmico. Destaca-se que a BDA constitui um infoproduto do Grupo de Pesquisa “Estudos Prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista”, a partir de desdobramento da linha de pesquisa Publicações científicas no âmbito arquivístico nacional: pesquisa e recuperação da informação. O referido Grupo integra o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## **CONSTRUÇÃO E EVOLUÇÃO DA BDA**

A Universidade de Brasília atua em três segmentos, sendo: ensino, pesquisa e extensão. No segmento de extensão, o discente participa de eventos e projetos por meio do Decanato de Extensão, DEX, propiciando engajamento com a sociedade em geral mediante as ações propostas. Uma outra modalidade, vinculada ao segmento da pesquisa, é o Projetos de Iniciação Científica, ProIC, sob a coordenação da Diretoria de Iniciação Científica, do Decanato de Pós-Graduação. O ProIC tem a finalidade de introduzir os discentes na prática da pesquisa. Em ambos os projetos, os discentes são orientados por um docente.

O processo de construção da BDA teve a participação exclusiva de discentes dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia atuando de forma voluntária e outros, vinculados como bolsistas. Desde a fase inicial, a equipe foi constituída com recursos de bolsas de iniciação científica, ProIC<sup>1</sup>, e dos projetos de extensão, vinculados ao DEX<sup>2</sup>. Os integrantes da equipe mostraram-se engajados com as frentes de trabalho, ainda que em determinados momentos tenham ocorrido remanejamentos internos e desligamentos voluntários.

Destacaremos a pesquisa e a contribuição significativa desse viés para a arquivística, considerando as suas diversas representações nos formatos livros, capítulos de livros, artigos científicos trazendo visibilidade para a área. A pesquisa científica permite novas reflexões sobre o pensar e o fazer arquivístico, e mesmo acerca de outras temáticas que, anteriormente, não constituíam objeto de estudo e que possibilitam outros olhares investigativos, contribuindo para a geração e a ampliação do conhecimento arquivístico.

Constatou-se que a produção científica em arquivística revela-se dispersa. Uma parcela está registrada em diversas bases de dados, outra apresenta-se somente na for-

<sup>1</sup> Em 2019 teve início o primeiro Projeto de Iniciação Científica, com uma equipe composta por três alunos e uma aluna, ambos do curso de Arquivologia da UnB.

<sup>2</sup> O primeiro projeto de extensão teve início em 2020 tendo como integrantes da equipe duas alunas e um aluno do curso de Arquivologia da UnB.

ma impressa, e outra desconhecemos, sobretudo as mais antigas, registradas no formato impresso. A esse grupo, inclusive, inserem-se os primeiros estudos debatidos nos eventos científicos da área em que foram produzidos poucos exemplares, sendo que uma parcela está praticamente indisponível. Mesmo em bibliotecas específicas constataram-se algumas lacunas das publicações. Tais fatores impactaram diretamente no processo de pesquisa, que se revelou, e ainda se mantém, como a mais exaustiva do processo de cadastramento.

Paralelamente, outros problemas foram observados tais como links de acesso quebrados, que não direcionam para a informação solicitada. Em outras situações verificou-se que algumas páginas não estavam acessíveis e outras fora do ar.

Como forma de difusão para a comunidade arquivística das etapas e resultados obtidos na construção da BDA, a equipe apresentou alguns resultados nos eventos científicos em âmbito nacional e internacional. No âmbito acadêmico ocorreram participações em eventos de extensão, onde somam-se entrevistas por meio de lives e outras, reproduzidas em podcast. Inserem-se, ainda, os registros nos periódicos científicos, em formato digital, conforme indicados no Quadro 1.

**Quadro 1** - Divulgação a BDA em eventos e publicações científicas

| EVENTO/PROMOÇÃO   | TEMÁTICA  | ANO  |
|---|---|------|
| Simpósio Internacional de Arquivos (Associação dos Arquivistas de São Paulo)  | Base de Dados em Arquivística: a produção científica brasileira                           | 2020 |
| Projeto de extensão “Comunicação institucional da Faculdade de Ciência da Informação através das redes sociais Facebook e Instagram” (Universidade de Brasília) | Projeto Construção de um modelo de base de dados na área de Arquivística                  | 2020 |
| Semana Universitária (Universidade de Brasília)   | Divulgando a Base de Dados em Arquivística (BDA): possibilidades de pesquisa              | 2021 |
| Programa Arquivo ao Vivo (Associação de Arquivistas da Paraíba e Grupo de Estudos Arquivísticos)  | Base de Dados em Arquivística e Periódicos Universitários                                 | 2021 |
| Oficina promovida pelo Projeto SESA, Associação de Arquivistas da Paraíba e Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba                           | Base de Dados em Arquivística: uma experiência de pesquisa                                | 2021 |
| Podcast Eccoa (Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  | Base de Dados em Arquivística (BDA) - Episódio 34   | 2021 |
| IX Congresso Nacional de Arquivologia   | Base de dados em Arquivística: os congressos de Arquivologia                              | 2022 |
| VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia   | Base de dados em Arquivística: preservando a produção científica brasileira               | 2022 |
| Atividade de extensão O pensar e o fazer arquivístico: algumas reflexões (Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília)                                    | A pesquisa bibliográfica em Arquivologia e o papel do arquivista na preservação e difusão | 2022 |

| EVENTO/PROMOÇÃO   | TEMÁTICA  | ANO  |
|---|---|------|
| Atividade de extensão Estudos prospectivos: formação e atuação do profissional arquivista (Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília) | O processo de construção de ferramenta tecnológica visando a preservação e a difusão da produção científica em Arquivologia: estudo de caso | 2022 |
| II Encontro Internacional de Arquivos, Bibliotecas e Museus (Universidade do Porto)   | Base de Dados em Arquivística: fonte de pesquisa referencial no Brasil  | 2022 |
| Revista Participação (Decanato de Extensão / Universidade de Brasília)  | Construção da Base de Dados em Arquivística: uma ferramenta de pesquisa   | 2022 |

Fonte: Melo e Paiva (2023)

## 2.1 ESTABELECIMENTO DAS CATEGORIAS DA BDA

Na composição da BDA foram estabelecidas três categorias: Periódicos, Eventos científicos e Monografias<sup>3</sup>. Um dos resultados de busca refere-se à autoria dos itens registrados nas respectivas categorias. Atualmente, a BDA registra cerca de 6.500 autores, sendo a maior parcela de autores nacionais. A participação de autores estrangeiros na Base revela-se quando da tradução de artigos para o idioma português e mesmo na participação de palestrantes convidados, nos eventos nacionais e internacionais realizados no Brasil.

Os Anais do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, I CBA, realizado em 1972, registram um primeiro panorama das discussões científicas da área. Os eventos científicos constituem o registro fiel da produção científica, sobretudo o CBA que revelou-se como pioneiro.

Conforme mencionado anteriormente, no que se refere às monografias, a base teórica adotada nos cursos de formação em Arquivologia refletia os estudos de autores norte-americanos e europeus, sobretudo holandeses, franceses, ingleses e espanhóis. Uma contribuição significativa e que se mantém nas referências acadêmicas é a obra Arquivos modernos: princípios e técnicas, de Theodore Roosevelt Schellenberg, traduzida pela Profa. Nilza Teixeira Soares. Anterior à essas obras, a BDA registra algumas publicações, conforme o Quadro 2. Uma pesquisa acerca das primeiras publicações abordando arquivística, editadas no Brasil, constam da tese A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil, de Francisco Alcides Cougo Junior, apresentada em 2021,<sup>4</sup> na Universidade Federal de Pelotas.

<sup>3</sup> Na BDA, a categoria Monografias é composta por livros e capítulos de livros, incluindo também cartilhas e manuais.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7423/1/Tese\\_Francisco\\_Alcides\\_Cougo\\_Junior.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7423/1/Tese_Francisco_Alcides_Cougo_Junior.pdf). Acesso em: 5 maio 2023.

**Quadro 2** - Primeiras monografias registradas na BDA<sup>5</sup>

| TÍTULO  | AUTOR(A)                  | ANO  |
|---|---------------------------|------|
| Manual de classificação e arquivamento de papéis e documentos commerciaes e civis | Ernani Macedo de Carvalho | 1931 |
| Os arquivos particulares do Itamaraty   | Aluizio Napoleão          | 1940 |
| Arquivar e achar  | Eric Watson White         | 1941 |
| Arquivar em medicina pelo sistema decimal   | Alvino Paula              | 1943 |

Fonte: Melo e Paiva (2023).

No que se refere aos periódicos científicos, a revista *Arquivo & Administração*, editada pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, consagra-se como o primeiro periódico específico da área de Arquivologia, editada no período de 1972 a 2014. Ainda que revele algumas interrupções, a revista destaca-se como um dos mais importantes periódicos científicos brasileiros na área de Arquivologia. Com abordagem arquivística, identificamos artigos isolados publicados anteriores às edições de revistas dos arquivos estaduais, como a *Revista do Archivo Municipal de Minas Gerais*, que apresenta o primeiro artigo em 1896, conforme Quadro 3.

**Quadro 3** - Primeiros artigos publicados com temática arquivística

| TÍTULO  | AUTOR                   | ANO  |
|---|-------------------------|------|
| Archivo Publico Mineiro - Lei n. 126, 11 jul. 1895                                  | -                       | 1896 |
| Archivo Publico Mineiro - Histórico; organização; fins; vantagens; sede e pessoal   | Arquivo Público Mineiro | 1927 |
| Regulamento do Archivo Publico Mineiro - Decreto n. 860, de 19 de setembro de 1895. | Arquivo Público Mineiro | 1929 |
| As riquezas do Archivo  | Escragnolle Doria       | 1929 |
| Os papéis antigos do Arquivo Municipal de São Paulo                                 | Nuto Santanna           | 1934 |

Fonte: Melo e Paiva (2023).

Em 2004, ocorre na cidade de Brasília, o I Congresso Nacional de Arquivologia, organizado pela Associação Brasiliense de Arquivologia, com o apoio do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. Outros eventos surgiram, posteriormente, sendo al-

<sup>5</sup> Vários títulos de monografias registrados por Cougo Júnior estão em fase de cadastramento na BDA. Disponível em: [http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7423/1/Tese\\_Francisco\\_Alcides\\_Cougo\\_Junior.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7423/1/Tese_Francisco_Alcides_Cougo_Junior.pdf). Acesso em: 5 maio 2023.

guns promovidos pelos cursos de Arquivologia ou instituições arquivísticas públicas. A agenda dos eventos é diversificada, ora com discussões abrangentes, ora com temáticas mais específicas, como o Seminário Internacional de Arquivos Pessoais, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, e o Seminário Arquivo e Memória Escolar, promovido pela Associação de Arquivistas de São Paulo. O Quadro 4, apresenta um recorte dos eventos da área realizados até o presente momento, alguns registrados na BDA e outros em processo de cadastramento.

**Quadro 4** - Eventos da área

| TÍTULO  | INSTITUIÇÃO(ÕES) PROMOTORA(S)  | PERIODICIDADE |
|---|--|---------------|
| Congresso Brasileiro de Arquivologia                    | Associação dos Arquivistas Brasileiros   | Bienal        |
| Congresso Nacional de Arquivologia                      | Fórum das Associações de Arquivistas – FNArq   | Bienal        |
| Jornada Arquivística                                    | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro   | Anual         |
| Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia | Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – FEPARQ   | Bienal        |
| Simpósio Internacional de Arquivos                      | Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo  | Bienal        |
| Seminário Nacional de Governança Arquivística           | Grupos de pesquisa das universidades   | Anual         |
| Simpósio de História dos Arquivos e da Arquivologia     | Coordenação do curso de Arquivologia e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense | -             |

Obs.: O Congresso Brasileiro de Arquivologia interrompeu permanentemente as edições em 2014.

Fonte: Melo e Paiva (2023).

Os resultados parciais aqui consolidados acerca dos eventos científicos, monografias e artigos de periódicos mostravam-se dispersos. A partir da construção da BDA tornou-se possível mapear e consolidar a produção científica brasileira num instrumento específico, segundo as três categorias propostas e disponibilizar todas as informações para os pesquisadores.

## 2.2 TAXONOMIAS E RELACIONAMENTOS NA BDA

A BDA surgiu para criar uma centralização, facilitar o acesso e encurtar o processo de mergulho na memória científica em Arquivística, dando base aos pesquisadores. Possibilitando que a comunidade científica dê continuidade ou estabeleça novos campos de pesquisas, principalmente para promover um melhor intercâmbio entre estudos.

Quando um pesquisador, diante de um microcomputador ligado a um banco de dados [...] à procura de informações que definam, completem ou estabeleçam as fronteiras do seu trabalho de pesquisa, ele repete o mesmo gesto de quem mergulha na memória de seu grupo para reconstruir as lembranças comuns e dessa forma manter íntegra a sua comunidade (SAYÃO, 1996, p. 314).

A estrutura da BDA permite a recuperação das informações considerando os metadados estabelecidos sendo o título do item cadastrado, autor, local, editora, ano de publicação, termos que designam as palavras-chave, dentre outros. Inicialmente, os itens cadastrados apresentavam uma estrutura com alguns critérios de formatação e de indicação de conteúdo. Objetivando ampliar o alcance de novos investigadores e obter maior projeção internacional da BDA, iniciamos a inclusão dos resumos em outro idioma, acompanhados das respectivas palavras-chave, quando registrado no artigo original. Destaca-se que os artigos científicos mais antigos estão isentos de resumos em outro idioma. Inclusive, os primeiros artigos deixam de apresentar resumo no idioma oficial do texto.

Considerando a necessidade em ampliar a funcionalidade da ferramenta e atender uma melhor forma de recuperação das informações, propõe-se a implantação de taxonomias. Segundo Araújo Júnior; Souza; Albuquerque, a taxonomia é um mecanismo de classificação que possibilita a identificação, localização e acesso. Salientam os autores,

A taxonomia é uma estrutura que possibilita classificar objetos, seres vivos, coleções de livros ou documentos em grupos ordenados hierarquicamente, a fim de possibilitar sua identificação, localização e acesso. Pode também ser definida como um sistema de classificação que apoia o acesso à informação, permitindo alocar, recuperar e comunicar informações em um sistema, de maneira lógica (ARAÚJO JUNIOR; SOUZA; ALBUQUERQUE, 2015, p. 63-64).

Na definição de Campos (2004, p. 24) a taxonomia consiste em “um mecanismo de representação do conhecimento que possibilita, para Ciência da Informação, a elaboração de linguagens documentárias verbais e notacionais, visando à recuperação de informações e a organização dos conteúdos informacionais de documentos”. Desse modo, é válido afirmar que a adoção da taxonomia, consiste numa excelente contribuição para a recuperação, compreensão e inter-relacionamento das informações.

Os sistemas de organização e representação do conhecimento são adotados na ordenação de conceitos de determinadas áreas com o objetivo de representar conteúdo para a recuperação. A taxonomia não adota uma metodologia única, que se aplica a todos os espaços, a sua contribuição e aplicação irá depender das particularidades e objetivos específicos de cada situação. É importante compreender que a composição mais mencionada, na literatura, quando se fala em taxonomia é a hierárquica, sendo uma forma de



caracterizá-la. A taxonomia organiza a informação da mais genérica até a mais específica, utilizando a hierarquia entre os termos. Essa relação é definida por Dahlberg como:

Se dois conceitos diferentes possuem características idênticas e um deles possui uma característica a mais do que o outro, então entre eles se estabelece a relação hierárquica ou relação de gênero e espécie. Pode-se então falar de conceitos mais amplos ou mais restritos. Pode-se também falar de conceito superior e inferior. O conceito superior é o mais genérico e o inferior é o mais específico. Se falamos de macieira temos como conceito mais amplo ou superior o conceito de árvore frutífera e mais genérico ainda o conceito de árvore.

A taxonomia, ademais de classificar e facilitar o acesso à informação, apresenta outras finalidades, conforme ressaltam Terra *et al.* (2005, p. 1):

representar conceitos através de termos, agilizar a comunicação entre especialistas e outros públicos; encontrar o consenso; propor formas de controle da diversidade de significação e oferecer um mapa de área que servirá como guia em processo de conhecimento. É, portanto, um vocabulário controlado de uma determinada área do conhecimento, e acima de tudo um instrumento ou elemento de estrutura que permite alocar, recuperar e comunicar informações dentro de um sistema, de maneira lógica.

A BDA é uma ferramenta desenvolvida com base no Tainacan, software aberto, identificado com um campo propício a melhorias. A partir de um levantamento considerando todas as funcionalidades disponibilizadas pelo Tainacan e em outras plataformas, buscou-se verificar a possibilidade de aplicação dessas funcionalidades e até mesmo na adaptação para alcançar os objetivos estabelecidos, assim como os mecanismos de migração.

Ao fim da avaliação foram identificados dois recursos do Tainacan que atendiam às novas necessidades da BDA sendo o relacionamento e as taxonomias. O relacionamento é uma importante ferramenta para a BDA por diversos motivos sendo o principal deles relacionado à busca na Web. Quando falamos em um documento em rede, não estamos falando de um documento individualizado e trabalhado apenas em seu conteúdo/texto, mas sim de um documento/item/objeto multifacetado que possui vínculos e que comunicam entre si. Este tratamento individualizado fez e faz diversos itens arquivísticos se perderem na Web, não sendo identificado com facilidade pelos buscadores. A partir desse entendimento, buscou-se integrar na BDA os dois recursos, relacionamento e taxonomia, propiciando mais visibilidade aos itens já registrados. As taxonomias constituem o pilar central dessa atualização visto que, além de auxiliar nesse processo de interrelação, apresenta outras características essenciais para a organização, localização e hierarquização dos itens.

A partir do funcionamento da BDA constatou-se a possibilidade de agregar novas ferramentas e conhecimentos para auxiliar nesse objetivo, o que propiciou a reorganização dos metadados disponíveis na Base e o desenvolvimento de taxonomias.

O processo de implantação das taxonomias foi dividido em quatro etapas. A primeira consistiu no mapeamento dos metadados registrados na BDA para relacionamento e taxonomia sendo considerados os seguintes metadados: título da obra, autor(es), resumo, palavras-chave, nome do periódico, ano de publicação, categoria a que pertence, coleção a que pertence, edição, editora(s), abstract, keywords, local, natureza, organizador(es).

A segunda etapa considerou a migração dos itens anteriormente registrados na BDA para a nova estrutura de dados. Com a manutenção da BDA no Tainacan foi necessária uma estratégia de migração pois os metadados destacados para taxonomia apresentavam estruturas incompatíveis com o modelo de metadados no estilo de taxonomia. Nessa etapa foi feita a exportação, em formato CSV, dos itens para o tratamento dos metadados, ou seja, separação utilizando ponto e vírgula, vírgula ou ponto para as palavras-chave, autores e outros metadados que apresentavam multi-valores.

Posteriormente foi feita uma raspagem de dados, via Web scraping, utilizando a linguagem Python adaptada à estrutura Java do Tainacan, para recuperação das imagens que anteriormente eram registradas apenas para criação de miniaturas das capas das publicações cadastradas. Após a separação de cada item presente nos metadados foi identificado quais metadados eram essenciais aos itens individualmente e quais eram recuperáveis por via relacionamento. Esse procedimento possibilitou economizar tempo na etapa de registro de novos itens na Base considerando que serão registrados somente os metadados essenciais ao item sendo, os demais, recuperados automaticamente via relacionamentos, construindo uma teia de relação entre os itens registrados na BDA. A reinserção dos itens foi feita em lote por um arquivo CSV que, automaticamente, inseriram os termos novos nas taxonomias existentes.

Na terceira etapa ocorreu a normalização e correção dos termos taxonômicos migrados. Essa fase possibilitou a análise dos termos taxonômicos criados e, paralelamente, melhor qualidade para a apresentação dos itens cadastrados na BDA visto que contribuiu na identificação de possíveis erros ortográficos, duplicidade de termos, divergências causadas por espaçamentos e outros.

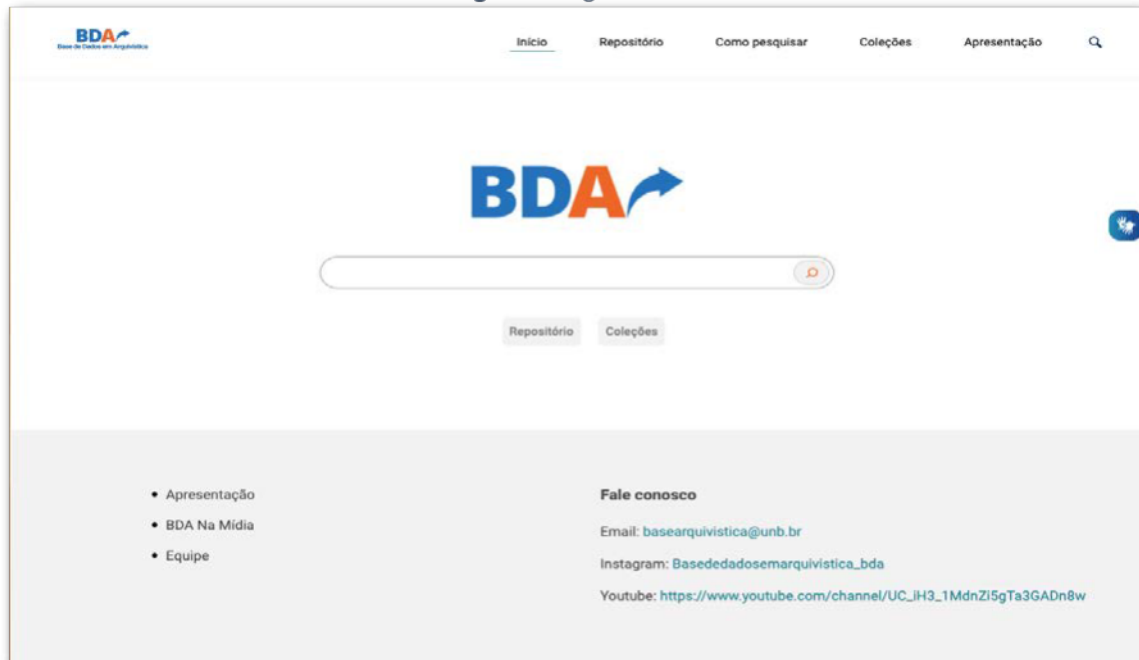
Na etapa subsequente foi criada a hierarquização dos termos e os devidos relacionamentos. Por fim, na quarta etapa procedeu-se à execução da atualização dos Manuais internos de cadastramento e a etapa de cadastramento propriamente dita para os novos itens, seguindo a nova estrutura proposta. Desde a criação da BDA sentiu-se a necessidade de elaborar um Manual, como um instrumento de apoio, que possibilitasse o registro da sequência das etapas para o cadastramento dos itens. Com a inclusão das taxonomias e relacionamento dos itens, fez-se necessária a Manual do colaborador bem como a atualização do Manual do pesquisador, com instruções do passo-a-passo para a realização das buscas na Base, disponível na página da BDA.

### 2.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

O fator tempo é um elemento fundamental a ser considerado no processo de recuperação das informações na Internet. A partir da implantação das taxonomias, os resultados tornaram-se extremamente satisfatórios. Nesse quesito, o resultado positivo, claramente identificado, foi o aumento da velocidade do tempo de resposta que passou de 9 a 17 segundos para 0,41 a 1,9 segundos, sendo que em momentos de instabilidade, atualmente, chega a 8,8 segundos que é bem inferior dos anteriores 40 segundos. O resultado apresenta impacto também no processo de registro de itens na Base, favorecendo a localização das informações já existentes, o que garante redução de tempo a etapa de cadastramento.

A Figura 1 apresenta a página inicial da BDA, uma nova página de pesquisa intuitiva e geral, que possibilita uma análise de todos os itens da Base, verificando o termo pesquisado nos títulos e resumos. Essa é mais rápida devido ao fato de verificar apenas esses dois metadados, no entanto ela é suficiente para atender as necessidades da maioria das pesquisas.

Figura 1- Página inicial

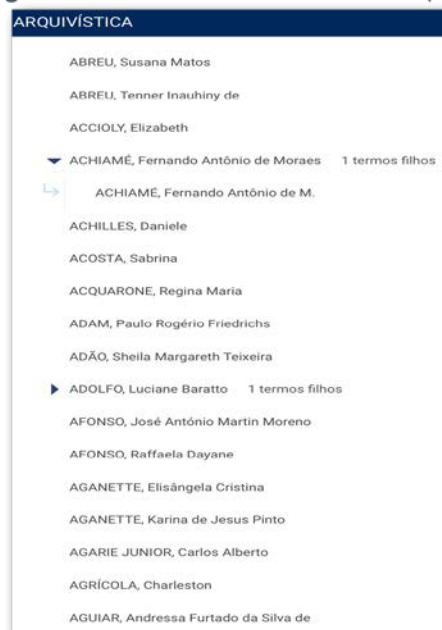


Fonte: Melo e Paiva (2023).

De maneira mais específica para os metadados “autor(es)” e “palavras-chave”, a estrutura taxonômica possibilitou que o registro de informações permanecesse fiel ao documento original, algo que desde o início foi definido como uma prática obrigatória no processo de registro. Observou-se, no entanto, que é comum um mesmo autor adotar

escritas diferentes para o registro do nome em publicações distintas, como um sobrenome a mais ou a menos, além da ocorrência de pseudônimos, e nesses casos o processo de localização da totalidade de obras produzidas por uma mesma pessoa ficava comprometido, visto que até mesmo um erro de espaçamento no registro poderia fazer com que a Base considerasse a publicação “X” como pertencente a um novo autor. Tais situações, apesar de não serem uma regra, ainda assim revelava-se como um empecilho no processo de filtragem, conforme representado na Figura 2.

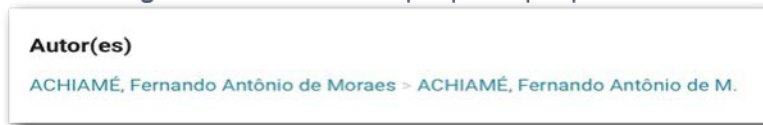
**Figura 2 - Estrutura da taxonomia “Autor(es)”**



Fonte: Melo e Paiva (2023).

Com a taxonomia foi possível manter a inscrição nominal original presente na obra, ao passo que também foi possível hierarquizar variações de nomes aplicados a uma mesma pessoa, sob um único termo pai. Isso gerou um metadado muito mais completo nos itens e com um *hyperlink* de filtragem, onde o usuário visualiza o nome do autor e pode clicar no mesmo e filtrar todas as obras publicadas com aquele nome. Mas caso o usuário pretenda ter acesso a todas as publicações daquela pessoa, independente do nome registrado na publicação, terá à sua disposição a trilha hierárquica daquele autor, podendo igualmente clicar no termo pai e filtrar pela nomenclatura mais abrangente, conforme registrado na Figura 3. A hierarquia está representada no termo mais abrangente, à esquerda, associado ao símbolo *Chevron* “>” seguido do termo à direita, utilizado no item original.

**Figura 3** - Visual da hierarquia para o pesquisador



Fonte: Melo e Paiva (2023).

O mesmo processo foi aplicado nas palavras-chave, onde o processo de hierarquização potencializou a localização dos assuntos de interesse, reduzindo para aproximadamente 35% a quantidade de termos. As demais palavras-chave, por serem mais específicas, foram designadas como subitens dos termos mais genéricos. O procedimento possibilitou uma melhor filtragem dos itens visto que ao registrar um termo específico em um determinado item, toda a cadeia hierárquica passa a representá-lo, ao passo que anteriormente somente a palavra-chave específica remetia àquele item.

A título de exemplo, anteriormente, ao registrar um artigo tendo como palavra-chave, “Arquivo Público Mineiro” a busca dar-se-ia somente com o termo “Arquivo Público Mineiro”. Atualmente ao pesquisar o mesmo termo, a busca resultará nos termos “Arquivos Públicos” ou “arquivos” e as suas variações. Cabe ressaltar que a busca sempre é feita do termo mais específico ao mais genérico, assim sendo, a organização dos itens para o usuário revelará primeiramente o item que apresenta o termo mais específico, tal como pesquisado e, em seguida, os demais termos possibilitando uma maior exatidão no resultado, conforme representado na Figura 4. Caso nenhum item atenda a busca exata do usuário, a teia de inter-relacionamento retornará o item mais próximo pesquisado/cadastrado.

**Figura 4** - Visual da hierarquia nas palavras-chave para o pesquisador



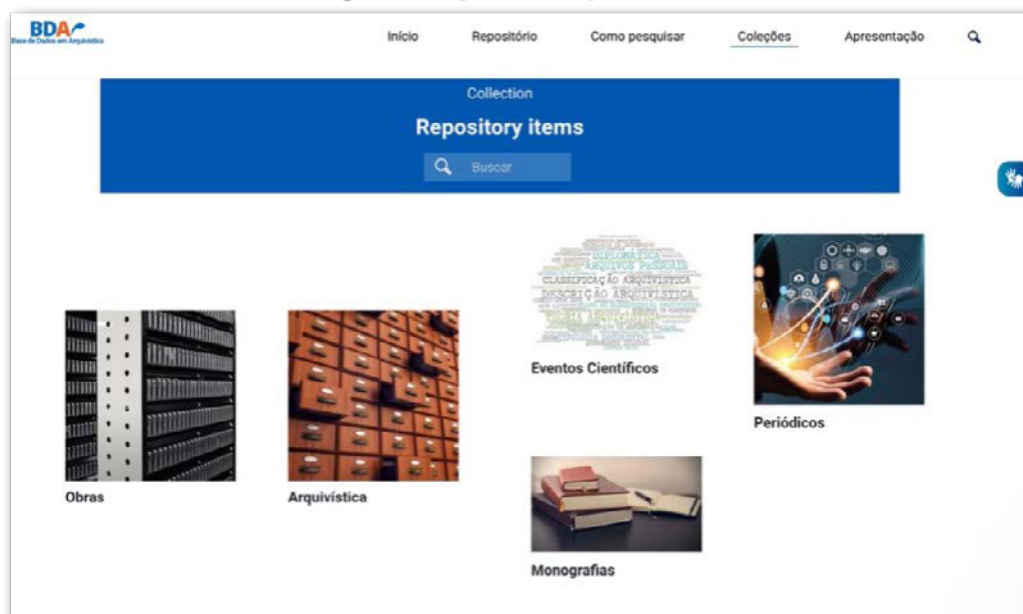
Fonte: Melo e Paiva (2023).

Conforme destacado acima, o termo à esquerda apresenta maior abrangência e o termo à direita, mais específico, é utilizado no item original. Outros benefícios do relacionamento e das taxonomias foram identificados em todos os metadados, como a possibilidade de busca por meio da navegação contínua entre os itens, a possibilidade de apresentar descritores para os metadados relacionados aos itens, o que gera maior riqueza da informação disponível. Inserem-se como benefícios adicionais a apresentação de significado de termos e nomenclaturas, a disponibilização de biografia, *link* para a Plataforma Lattes ou mesmo o *Open Researcher and Contributor ID, Orcid*, do(s) autor(es).



Na figura 5 é apresentada a aba de “Coleções”, onde o usuário tem a possibilidade de fazer uma busca mais detalhada entre os itens, que demanda um pouco mais de tempo devido a completude das análises na barra de pesquisa superior (o termo pesquisado é comparado com todos os metadados de todos os itens). Na página são apresentadas cinco possibilidades de filtros primários sendo que três deles constam desde o início da BDA: “Eventos científicos”, que registra todos os eventos e os respectivos itens, “Periódicos”, que apresenta todos os periódicos cadastrados e seus itens, e “Monografias”, que apresenta os livros, capítulos de livros, cartilhas e manuais. Dois filtros foram inseridos para complementar a etapa de busca na BDA sendo “Obras”, que apresenta os títulos dos livros, título dos periódicos e eventos científicos registrados na Base, e “Arquivística”, que registra os capítulos dos livros, artigos e as comunicações apresentadas nos eventos. O uso desses filtros permite que o usuário organize diversos filtros para atender às suas demandas de pesquisa, assim como possibilita uma navegação contínua entre os itens por meio de uma teia de relacionamento.

Figura 5 - Página de coleções da BDA



Fonte: Melo e Paiva (2023).

Outra aplicação da taxonomia deu-se no metadado “local” onde registra-se o espaço geográfico da publicação cadastrada. Atualmente, ao clicar um termo “local”, o pesquisador é direcionado para uma página com o ícone da bandeira desse local e uma descrição acompanhada de uma listagem com todos os registros cadastrados publicados.

No relacionamento com o periódico, monografia ou evento foi possível apresentar uma série de novas informações para contextualizar o item, desde o resumo existente, a



editora, a vinculação acadêmica, ano de publicação, seu foco e diversas outras informações que possam auxiliar na localização, contextualização e vinculação dos itens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ajustes aplicados na BDA possibilitaram uma ferramenta dotada de uma estrutura mais enxuta de registro de dados, com um vocabulário mais controlado e preditivo, reduzindo o tempo de registro de novos itens assim como o estabelecimento de campos de controle interno contendo informações úteis à gestão dos trabalhos progressivos de registro de novos itens, por exemplo status da revista, se mostra-se ativa ou inativa, bem como o período de suas publicações.

A BDA é uma ferramenta de construção contínua considerando a necessidade de manutenção das etapas de pesquisa e registro de novos itens. A implantação de novas funcionalidades objetiva o atendimento das demandas dos pesquisadores.

Do ponto de vista estratégico, a BDA é pioneira na disseminação de conhecimento bem como contribui para a visibilidade da área ao revelar a evolução da produção científica e das discussões pertinentes à área.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, R.; SOUSA, R. T. B. de; ALBUQUERQUE, S. F. de. Métodos, técnicas e instrumentos de organização e gestão da informação nas organizações. *In*: BAPTISTA, D.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. **Organização da Informação**: abordagens e práticas. Brasília. The-saurus, 2015, p. 44-68.

ARRUDA, W. R.; FELIPE, C. B. M.; SANTOS, R. F. Avaliação da qualidade das bases de dados BRAPCI e PERI da área de Ciência da Informação. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 7, n. 1, p. 121-137, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/8376/7410>. Acesso em: 5 maio 2023.

CABRAL, J. R., SANTOS, S. M. O saber-fazer arquivístico nas páginas da revista Arquivo & Administração. *In*: Encontro Internacional e Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias, 18., Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...], 2018, 11 p. Disponível em [https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529753786\\_ARQUIVO\\_CABRAL&-SANTOS-Saber-fazerarquivisticoemA&AINANPUH.pdf](https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529753786_ARQUIVO_CABRAL&-SANTOS-Saber-fazerarquivisticoemA&AINANPUH.pdf). Acesso em: 5 maio 2023.

CAMPOS, M. L. de A. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 1, p. 22-32, jan./abril. 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4618>. Acesso em: 5 mar. 2023.

COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 448 f. 2021. Tese (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em: [http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7423/1/Tese\\_Francisco\\_Alcides\\_Cougo\\_Junior.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7423/1/Tese_Francisco_Alcides_Cougo_Junior.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

CUNHA, M. B. da. Bases de Dados no Brasil: Um potencial inexplorado. **Revista IBICT – Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 45-57, 1989. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/322/322>. Acesso em: 5 maio 2023.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FONSECA, M. O. K. As estruturas de produção de conhecimento arquivístico quadros em movimento. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2008.

FRAWLEY, W. J.; PIATETSKY-SHAPIO, G.; MATHEUS, C. J. Knowledge Discovery in Databases: an overview. **AI Magazine**, Palo Alto, v. 13, n. 3, p. 57-70, 1992. Disponível em <https://ojs.aaai.org/aimagazine/index.php/aimagazine/article/view/1011>. Acesso em: 5 maio 2023.

MAIA, M. E.; FERREIRA, D. S.; BARRANCOS, J. E. Revista Analisando em Ciência da Informação: análise bibliométrica da produção científica em Arquivologia. *In*: Congresso Nacional de Arquivologia - CNA, 8., João Pessoa. **Anais eletrônicos [...]** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, 6 (especial), p. 729-744, 2018.

MARÍN AGUDELO, S. A. Estado de la producción científica en Archivística y archivos en América Latina 2000-2009. Una aproximación. **Rev. Interam. Bibliot. Medellín**, Colombia, v. 34, n. 3, p. 257-269, 2011. Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v34n3/v34n3a2.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.

MELO, K. I. Base de Dados em Arquivística: a produção científica brasileira. *In*: Simpósio Internacional de Arquivos. São Paulo (SP). **Anais eletrônicos [...]** São Paulo, Eventus, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/292347-base-de-dados-em-arquivistica—a-producao-cientifica-brasileira/>. Acesso em: 5 maio 2023.

MELO, K. I., SOUZA, S. L. Base de Dados em Arquivística: preservando a produção científica brasileira. *In*: Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, VII. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]** Rio de Janeiro, Even3, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/292347-base-de-dados-em-arquivistica—a-producao-cientifica-brasileira/>. Acesso em: 5 maio 2023.

MELO, K. I.; PAIVA, D. Base de Dados em Arquivística (BDA): fonte de pesquisa referencial no Brasil. *In*: Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus: do sincretismo à integração, II. Porto. **Anais [...]**, 2022.

MILLAR, L. On the crest of a wave: transforming the archival future. **Archives and Manuscripts: The Journal of the Australian Society of Archivists**, Crows Nest, v. 45, n. 2, p.

59-76, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01576895.2017.1328696>. Acesso em: 5 maio 2023.

MELO, K. I., SOUZA, S. L.; PAIVA, D. Construção da Base de Dados em Arquivística: uma ferramenta de pesquisa. **Revista Participação** - UnB, n° 38, p. 22-31, 2022. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/46805>. Acesso em: 5 maio 2023.

SAYÃO, L. F. Bases de dados: a metáfora científica. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/629>. Acesso em: 5 maio 2023.

SILVA, A. P.; REGO-PIVA, L. M.; GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio: um estudo nos anais da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ). In: **A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital**. Belém: VI Reparq, 2019. p. 9-19. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202102/001106584.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 maio 2023.

TARRÉ ALONSO, B.; MENA MUGICA, M. M. Análisis epistemológico en revistas del campo de la Archivística: Archivaria, Archival Science, Tábula, The American Archivist, Archives and Records, y Acervo durante el período 2009-2014. **Bibliotecas Anales de Investigación**. La Habana. v. 12, n. 1, p. 3-9, ene-jun. 2016. Disponível em: <http://revistas.bnjm.cu/index.php/BAI/article/view/156/166>. Acesso em: 5 maio 2023.

TERRA, J. C. C. *et al.* Taxonomia: elemento fundamental para a gestão do conhecimento. **Biblioteca Terra Forum Consultores**, 2005. Disponível em: <http://pessoal.utfpr.edu.br/mansano/arquivos/taxonomia.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

150

**Recebido/ Received: 21/03/2023**  
**Aceito/ Accepted: 27/03/2023 Pu-**  
**blicado/ Published: 30/04/2023**

## EXPANSÃO DA INTERNET, INCLUSÃO DIGITAL E ESCOLAS PÚBLICAS: UMA BREVE DISCUSSÃO



*INTERNET EXPANSION, DIGITAL INCLUSION AND PUBLIC SCHOOLS: A BRIEF DISCUSSION*

### Eunice de Jesus Santos

Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação (PPGCI UFBA). Bacharel em Administração de Empresas e Radialista. Pesquisadora. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8013-7642> E-mail: [eunicesantos@ufba.br](mailto:eunicesantos@ufba.br)

### Bárbara Coelho Neves

Doutora em Educação (UFBA). Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI UFBA) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI da UFSCar). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3429-7522> E-mail: [barbaran@ufba.br](mailto:barbaran@ufba.br)

### RESUMO

Este artigo traz reflexões sobre a informação no seu caráter digital, abordando o poder e as transformações por meio da Internet na contemporaneidade, que vem modificando nosso comportamento de comunicação com o outro, e como as escolas públicas brasileiras necessitam da inserção neste contexto. Tomando como base os autores Shera (1960), Castells (1999), Bonilla e Oliveira (2011), Lévy (2011) dentre outros e tendo como metodologia descritiva, este estudo conclui que a escola, principalmente as públicas no Brasil com a internet, é imprescindível para o desenvolvimento humano e inserção social.

**Palavras-chave:** informação; internet; inclusão digital; escolas públicas.

### ABSTRACT

This article brings reflections on information in its digital nature, addressing the power and transformations through the Internet in contemporary times, which has been modifying our communication behavior with the other, and how Brazilian public schools need insertion in this context. Based on the authors Shera (1960), Castells (1999), Bonilla and Oliveira (2011), Lévy (2011) among others and having as a descriptive methodology, this study concludes that the school, mainly the public ones in Brazil with the internet, it is essential for human development and social inclusion.

**Keywords:** information; internet; digital inclusion; public schools.

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, falar do poder da informação, seu acesso de forma democrática, como também por meios digitais, nunca foi tão necessário. Shera (1960) cita Platt para afirmar a importância da informação para o homem e a sociedade. Platt, desde 1959, já sinalizava a informação como a quinta necessidade do ser humano, que antecede o ar, a água, a alimentação e o abrigo. Segundo ele, o homem desprovido de informação, o seu cérebro definha pela ausência de um fluxo informacional contínuo e novo. Platt afirma:

Assim como a necessidade de informação orienta o indivíduo, assim também orienta sociedades. É a base do comportamento coletivo, tanto quanto do comportamento individual. Assim como o cérebro se deteriora quando privado de informação, assim também a sociedade, se se quer evitar-lhe a decadência, deve fazer constante provisão para aquisição e assimilação de novas informações. (PLATT *apud* SHERA, 1960, P. 19-21).

A informação tem o poder de orientar, gerar conhecimentos, auxiliar na tomada de decisões, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, a ausência da informação pode ser utilizada para fins manipuladores, não verídicos, agindo para a desinformação. A averiguação das fontes de onde são fornecidas as informações que consumimos diariamente é imprescindível, principalmente, as que acessamos por meio digital, por ter um caráter de maior disseminação por conta da Internet conectada a diferentes dispositivos, a exemplo de computador móvel ou fixo, plataforma *streaming*, celular.

Tomaél, Alcará e Chiara (2005) nos chama a atenção da rede de informações que fazem parte da vida humana.

As pessoas estão inseridas na sociedade por meio das relações que desenvolvem durante toda sua vida, primeiro no âmbito familiar, em seguida na escola, na comunidade em que vivem e no trabalho; enfim, as relações que as pessoas desenvolvem e mantêm é que fortalecem a esfera social. A própria natureza humana nos liga a outras pessoas e estrutura a sociedade em rede” (TOMAÉL; ALCARÁ; CHIARA, 2005, p. 93).

152

Mundialmente, o que alterou com o passar das décadas o acesso à informação é o formato digital. A informação ganhou novas dimensões e rapidez com a Internet. Para Castells (1999),

[...] O processo atual de transformação tecnológica expande exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida (CASTELLS, 1999, p. 50).

As tecnologias no formato digital transformaram a forma de acessar, usar, recuperar e compartilhar informação como nunca visto antes. A velocidade de circulação da informação é tão grande, que nesse ínterim se produz, acessa e consome até a desinformação. O filósofo analista sul-coreano, Byung-Chul Han (2022, p. 26), afirma que as informações podem ser utilizadas, também, não apenas com o objetivo de informar, mas “como armas” para seduzir, manipular e entreter (distrações).

Nesse contexto, este artigo discute de forma breve a expansão da Internet no Brasil e a inclusão digital nas escolas públicas.



## 2 A EXPANSÃO DA INTERNET NO BRASIL

A Internet como meio de comunicação em rede, surgiu nos anos 1960, durante a Guerra Fria, como instrumento alternativo militar para comunicação entre computadores. Esta criação de uma rede experimental de computadores, a ARPAnet, foi uma iniciativa do Departamento de Defesa do governo americano. A *Advanced Research Projects Agency Network* (ARPAnet), em 1969, foi a primeira rede de computadores para transmitir dados militares de forma sigilosa e conectar os departamentos de pesquisa em todo os Estados Unidos.

O nome Internet que é a abreviatura de “*internet word*” se deu no objetivo de interligar LANs e WANs. A Internet é de abrangência mundial na contemporaneidade, mas foi com a Noruega e a Inglaterra, países europeus que a ARPA experimentou a comunicação via satélite. Desta forma, estes países europeus foram os que tiveram acesso à Rede. Outro fato histórico (1969), foi quando a ARPAnet, interligava 04 (quatro) computadores, e esta interligação dava-se o nome de “nós da rede”, para as Universidades da Califórnia Los Angeles, Califórnia San Bernadino, Stanford e Utah. Já no ano de 1983 o crescimento da Internet tornou-se mais rápido, duplicando a cada ano o número de “nós” ligados à rede.

Segundo Vieira (2003, p. 8), o primeiro contato com a Internet no Brasil ocorreu no ano de 1988, com a primeira conexão em rede entre a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) e o Centro de Pesquisa Científica dos Estados Unidos, Fermilab. A partir desta experiência, outras instituições acadêmicas no Brasil, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), se conectaram por meio de links à rede com universidades americanas. Em 1992, o governo federal do Brasil, criou a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), coordenada pelo cientista Tadao Takahashi, departamento este, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que criou uma infraestrutura para receber o link internacional e neste processo foi se espalhando com pontos de conexão para o funcionamento da Internet no País por meio de redes que davam o acesso para universidades, fundações de pesquisas e os órgãos governamentais no país.

Em 1996 foi criado pelo Governo Federal, o Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI), que reuniu representantes do MCT, ONG, universidades e provedores de acesso para tratar dos assuntos ligados à rede mundial de computadores.

A Internet modificou nosso comportamento de comunicação com o outro. Este meio de informação e comunicação sem fronteiras, virtualmente, nos faz acessar lugares, pessoas, trabalho, reuniões e uma infinidade de possibilidades, sem sairmos do lugar. A conectividade é intermediada por uma infraestrutura de rede que evoluiu paulatinamen-



te e dispositivos outros, como computadores, smartphones, tablets, por onde acessamos a conexão com a rede.

O Comitê Gestor de Internet no Brasil, adverte, que pelo simples fato de termos uma conexão com a Internet para acessar e usar as informações e atender às nossas necessidades laborais ou não e a forma crescente no acesso da rede no Brasil, isto não significa dizer que seu uso seja para todos. Por mais que muitas pessoas utilizem dispositivos móveis, “sabemos o quanto as conexões móveis podem ser precárias ou instáveis, que as franquias de dados dos planos pré-pagos são baixas e os aparelhos limitados em relação aos usos criativos que podemos fazer por meio da rede” (CGI, 2016).

Segundo os resultados do marco de referência da Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura (UNESCO, 2018, p. 17) de universalidade da rede, apontam que o “[...] ambiente da Internet no Brasil é forte e positivo”, contudo, sinaliza alguns problemas em determinadas áreas de sua implementação no Brasil, e deficiência relevante para o cidadão com relação ao acesso e conexão com a rede. Em 2013, a UNESCO teve início debates sobre o conceito de Universalidade da Internet, que abarca quatro (04) princípios denominados de DAAM-X: Direitos Humanos, os quais os princípios estão presentes na Constituição brasileira de 1988 e que podem ser aplicados ao espaço digital; a Abertura quanto à inovação, pois o marco regulatório e legal da internet, apresenta-se como positivo na perspectiva da inovação; Acessível à todos ainda a Internet no Brasil não tem conectividade com todos, devido às questões sociais, econômicas, políticas e estruturais para a sua implementação com equidade e Multissetorial, ambiente da governança da internet no Brasil, liderado pelo GCI.br para coordenar, integrar e de promoção da qualidade técnica da Internet no país. Os princípios denominados de DAAM, foram aprovados em 2015 pela Assembleia Geral da UNESCO. Estes princípios serviram como base para que a UNESCO criasse indicadores de medição da universalidade da internet (DAAM-X).

### **3 INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

O tema inclusão digital suscita muitas indagações. Mas, antes de falar sobre, é importante nos desafiar a pensar sobre o que significa uma “sociedade da informação”? Numa pesquisa rápida em site de “busca”, on-line, podemos citar um dos conceitos encontrados: “A sociedade da informação está “estritamente ligada ao processo de transição da fase industrial para a informacional” (EDUCA+BRASIL, 2021), onde a construção foi o desenvolvimento da Internet. Logo, é uma sociedade que entende a informação no sentido de “conhecimento comunicado e o que torna a informação imprescindível é a sua natureza digital” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 149). Numa sociedade contemporânea, ter acesso à internet para usar as informações que estão disponíveis no espaço virtual, é

“imprescindível”, como defendem Capurro e Hjørland, acima.

Sobre o conceito de virtual, Lévy (2011, p. 15) afirma que vem do latim medieval *virtualis*, derivado de *virtus*, força, potência. O virtual tende a atualizar-se...”. E neste atualizar-se, a informação que circula por meio digital é “potência” para quem está incluído nesta rede, conectada à internet.

Bonilla e Oliveira (2011, p. 24) afirmam, que “Inclusão digital vem sendo pauta política obrigatória em quase todos os governos e tema de estudos em diversas áreas do conhecimento”. É possível lembrar imediatamente do evento Virtual Educa – XIX Encontro Internacional Virtual Educa (Bahia) 2018 - , promovido em parceria com o governo do Estado da Bahia. Evento este, que reuniu autoridades políticas, pesquisadores de diferentes partes do mundo, professores, estudantes, com palestras, oficinas, apresentação de projetos científicos, dentre outros.

As reflexões sobre a inclusão digital, nos leva a pensar: “quem fica de fora”? Que sociedade da informação é esta, que alguns grupos conseguem inserção e outros não? Que grupos são estes? Pensar em incluir digitalmente determinados grupos, ignorando os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, onde o indivíduo ou determinados grupos estão inseridos, pode não atender o objetivo de incluir.

Na verdade, a exclusão digital e a exclusão social são fenômenos estreitamente associados” (BAHIA, 2004). Agora, uma inquietação: quais as políticas públicas implementadas ao longo dos anos para resolver este problema, já que a SECTI – Ba, tem estes dados, estas informações relevantes, desde 2004?

Entendemos que a Escola, principalmente as públicas, como um sistema social imprescindível, poderia render melhores resultados, como um todo. Nesse sentido, Luhmann (2006), aborda os sistemas sociais como

[...] o processo de evolução sociocultural como a transformação e ampliação das possibilidades de estabelecer uma comunicação com probabilidades de êxito, graças a qual a sociedade cria as suas estruturas sociais; e é evidente que não se trata de um mero processo de crescimento, mas de um processo seletivo que determina que tipos de sistemas sociais são viáveis e o que terá que excluir-se devido à sua improbabilidade” (LUHMANN, 2006, p.44).

O evento citado, Virtual Educa 2018, poderia render maiores resultados na prática, com o mesmo objetivo que foi implementado. Pois, o compartilhamento de experiências, entre diferentes grupos, os investimentos feitos para a realização do evento, poderia fomentar políticas públicas com maior eficiência para a inclusão digital na área educacional na Bahia.

Para Mark Warschauer (2006, p. 23), “o objetivo da utilização da TIC com grupos marginalizados não é a superação da exclusão digital, mas a promoção de um processo

de inclusão social. Para realizar isso, é necessário “focalizar a transformação e não a tecnologia”. Assim, evidencia a urgência em trabalhar a cidadania digital na contemporaneidade. Ter acesso a uma sociedade da informação, implica na equidade social em direitos e deveres a todo cidadão. Esta inclusão digital, claro que há “ambiguidades” em seu (per)curso.

Diante do exposto, faz-se urgente a compreensão de que sendo a tecnologia “[...] o reflexo da sociedade, não há como de fato o sujeito ser excluído desta” (NEVES, 2019, p. 21). A inclusão digital, nos últimos anos, tem sido observada na educação brasileira como política pública (NEVES, 2019) e enquanto política precisa ser pensada como uma educação tecnológica para todos. No entanto, como ressalta a referida autora, na maioria das vezes, tal inclusão é compreendida como um discurso político apropriado pelos governantes visando o desenvolvimento de programas e linhas de ação, com isso, parcela da população, embasada no discurso destes, tem uma compreensão de inclusão digital “[...] distorcida e restrita com relação ao acesso às tecnologias, sobretudo, aos computadores e a Internet” (NEVES, 2019, p. 22).

Hoje, os estudantes têm usado cada vez mais os aparatos tecnológicos digitais conectados com a Internet como recurso no seu processo de aprendizagem. Mesmo assim estes, quando existem, são subutilizados por grande parte das instituições de ensino brasileiras, principalmente as escolas públicas. Existe ainda um expressivo número de escolas públicas, filantrópicas e privadas que não contam com aparatos tecnológicos de última geração, o que nos leva a questionar: como o Estado brasileiro tem contemplando em suas políticas de educação a questão das tecnologias digitais? (SOBRINHO, 2021, p.2).

Em pesquisa realizada sobre tecnologias digitais e uso da Internet na educação infantil, Sobrinho, Araújo e Neves (2021, p. 76) apontam que, segundo as professoras entrevistadas com a pesquisa:

[...] faltam aparatos tecnológicos digitais conectados à Internet e quando têm, as professoras não estão qualificadas ou familiarizadas com o seu uso. Todas têm celular, mas é subutilizado por elas como recurso pedagógico. Mesmo assim, utiliza-se dele para baixar vídeos do YouTube, acessar as redes sociais, porém, por falta de formação para uso de tecnologias digitais na escola, não têm a curiosidade em buscar aplicativos que as auxiliem no seu fazer pedagógico.

Diante disso, Sobrinho, Araújo e Neves (2021) questionam: será por que a dinâmica da escola não permite, por estar imbricada em uma educação infantil tradicional, onde pouco se fomenta tecnologias digitais na rotina dos pequenos? Ou será pela falta de conhecimento mesmo? Como se sentem estas professoras diante de um momento onde as tecnologias digitais se tornaram peças fundamentais para que a educação chegue até os alunos em suas casas?

Entende-se que é preciso lhes proporcionar as condições necessárias para que possam utilizar os aparatos tecnológicos digitais conectados à Internet com recursos pedagógicos que potencializam a ação educativa, assim como estimulá-las à reflexão crítica sobre a sua prática (SOBRINHO; ARAÚJO; NEVES, 2021).

Após quatro anos (2018-2022) de estagnação no contexto de expansão da rede e uso das tecnologias digitais nas escolas, em dezembro de 2022 foi sancionada a política nacional de educação digital (PNED).

O Plenário do Senado aprovou o projeto de lei da Câmara dos Deputados criando a Política Nacional de Educação Digital, que prevê o ensino de computação, programação, robótica nas escolas (PL 4.513/2020). Como foi aprovado com modificações, voltou para a Câmara (AGÊNCIA SENADO, 2022).

A política nacional de educação digital no Brasil foi instituída em 2020 pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 1.499/2020. A política tem como objetivo promover o uso das tecnologias digitais na educação, tanto no ensino básico quanto no ensino superior, visando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Entre as principais diretrizes da política nacional de educação digital, estão a formação de professores para o uso de tecnologias digitais na educação, a oferta de conteúdos educacionais digitais de qualidade e a promoção da inclusão digital de alunos e professores.

O texto aprovado foi um substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), do senador Jean Paul Prates (PT-RN). No Plenário, ele defendeu que o tema da educação digital é uma “premência” dos tempos atuais e falou das mudanças mais importantes que promoveu no projeto (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Nesse sentido, espera-se que nos próximos quatro anos, sejam reconsideradas políticas como o PNED e outras iniciativas que visam a expansão da Internet, uso e formação de estudantes e professores para o fomento da inclusão digital nas escolas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES**

A informação é imprescindível para o desenvolvimento do ser humano e de todo o contexto em sociedade: política, economia, cultura, educação, dentre outros. Não se pode negar na contemporaneidade a presença da informação digital, a qual apresenta novas formas de trabalhar, estudar, aprender, pesquisar. Quem pode acessar as informações em seu formato digital, tem possibilidades outras com relação aos que não têm acesso ao mundo digital.

A escola é a instituição social apropriada para o conhecimento e aprofundamento desta tecnologia, no que tange a descobrir de onde veio, com qual finalidade e como de-

envolver o senso crítico para acesso e uso. Conectar a escola, principalmente as públicas no Brasil com a internet, é imprescindível para o desenvolvimento humano e inserção social.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Política Nacional de Educação Digital é aprovada e volta para Câmara. **Agência Senador**, Brasília, 20 de dez. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/20/politica-nacional-de-educacao-digital-e-aprovada-e-volta-para-camara> . Acesso em: 25 abr. 2023.

ALVES SOBRINHO, R.; ARAÚJO, J. A.; NEVES, B. C. Covid-19, tecnologia digital e educação. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 6, n. 2, p. 70-82, 2020. DOI: 10.46902/2020n2p70-82. Acesso em: 27 abr. 2023.

ARAÚJO, J. de A.; ALVES SOBRINHO, R.; NEVES, B. C. Os avanços científicos e tecnológicos e suas implicações no campo da desigualdade e da inclusão socioeducacional. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 13, n. 3, dez. 2019, p.57-69.

BRASIL. Virtual Educa. Virtual Educa Bahia 2018: resumo. **Youtube**, 8 jun. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KX-CZ8M-2mE&t=129s>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L. **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: Edufba, 2011.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?format=pdf> Acesso em: 27 abr. 2023.

CGI.br/NIC.br. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2016.

EDUCA+BRASIL. Sociedade da informação. **Educa+Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/sociedade-da-informacao> Acesso em: 27 abr. 2023.

EISENBERG, J. Internet e Política. **Cadernos da Escola do Legislativo**, [S.l.], v. 5, n. 10, p. 63 – 106, nov. 2019. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/329/282>. Acesso em: 27 abr. 2023.

HAN, B.-C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

LÉVY, P. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.

NEVES, B. C. **Inclusão digital na educação**: ciborgues, hackers e políticas públicas. Curitiba: CRV, 2019.

PLATT, J. R. "The Fifth Need of Man". **Horizon**, [S./], v. 1, n. 6, 1959.

RIBEIRO, L.M. **A história da internet**. Porto: FEUP-CICA 1998-3-6. Disponível em: <https://paginas.fe.up.pt/~mgi97018/historia.html> Acesso em: 27 abr. 2023.

SHERA, Jesse H. Social epistemology, general semantics, and libraries. **Yearbook of the Institute of General Semantics**, [S./], 26, v. 27, p. 19-21, 1960.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G. Das redes sociais à inovação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 34, p. 93-104, 2005.

UNESCO. Avaliação do Desenvolvimento da Internet no Brasil • Usando os Indicadores de Universalidade da Internet DAAM-X. **CGI**, fev. 2021. Disponível em: [https://cgi.br/media/docs/publicacoes/8/20210217115717/avaliacao\\_do\\_desenvolvimento-da-internet-no-brasil.pdf](https://cgi.br/media/docs/publicacoes/8/20210217115717/avaliacao_do_desenvolvimento-da-internet-no-brasil.pdf). Acesso em: 27 abr. 2023.

VIEIRA, E. **Os bastidores da Internet no Brasil**. Barueri: Manole, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=tR4t1Lg2uCcC&oi=fnd&pg=PR18&dq=a+internet+no+Brasil&ots=0jZTVMJuG7&sig=WdXuydrKaxtEsFj7MA1XbHQC0B4#v=onepage&q=a%20internet%20no%20Brasil&f=false>. Acesso em: 27 abr. 2023.

**Recebido/ Received: 13/03/2023**  
**Aceito/ Accepted: 20/04/2023**  
**Publicado/ Published: 30/04/2023**